



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 80

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 13 de dezembro de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Jorge Jorge (substituídos no decorrer dos trabalhos pela Deputada Bárbara Chaves e pelo Deputado Bruno Belo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada às Sras. e aos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentadas as seguintes Declarações Políticas:

- [Declaração Política sobre a SATA](#), apresentada pelo Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), tendo participado no debate os Deputados Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Mendes (*BE*), bem como o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

- [Declaração política – Está na hora de apostar na educação](#), apresentada pela Deputada Rute Gregório (*CDS-PP*).

Após a sua leitura, intervieram no debate a Deputada Sónia Nicolau (*PS*), os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Jorge Jorge (*PSD*) e ainda o Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

- [Declaração Política - INE revela que um terço dos Açorianos vive em risco de pobreza](#), apresentada pelo Deputado António Lima (*BE*).

Seguidamente, proferiram intervenções a Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), os Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Após o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, entrou-se diretamente na Agenda da Reunião com a discussão dos seguintes pontos:

- [Projeto de Resolução n.º 70/XI – “Recomenda ao Governo Regional que crie as condições necessárias para que as unidades orgânicas da Região recuperem a gestão dos refeitórios e cantinas e a conseqüente confeção das refeições escolares”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pelo Deputado Paulo Mendes, participaram no debate as Deputadas Renata Correia Botelho (*PS*) e Rute Gregório (*CDS-PP*), os Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Jorge (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Ávila (*PS*) e António Lima (*BE*), bem como os Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*) e o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o Projeto de Resolução foi rejeitado.

Ainda antes de finalizar este ponto da Agenda, proferiram declarações de voto os Deputados Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Jorge Jorge (*PSD*).

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XI – “Alteração ao Orçamento da RAA para o ano 2018”](#).

A leitura da proposta esteve a cargo do Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), tendo, seguidamente, usado da palavra os Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*) e Carlos Silva (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XI – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2016/A, de 18 de maio e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018/A, de 3 de janeiro, que regulamenta o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial – COMPETIR+”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Terminada a apresentação deste projeto de DLR pelo Deputado António Lima, participaram na discussão os Deputados Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

O diploma em apreço foi aprovado.

Finalizando este ponto, proferiram declarações de voto os Deputados António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Silva (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e António Vasco Viveiros (*PSD*).

- [Projeto de Resolução n.º 76/XI – “Estatísticas sobre desemprego e programas ocupacionais”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o Projeto de Resolução pelo Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), usaram da palavra o Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*), a Deputada Graça Silva (*PS*), os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*) e o Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Após ter sido aprovado por unanimidade, proferiu uma declaração de voto o Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 59 minutos.

Presidente: Muito dia a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 09 minutos)

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Marta Ávila **Matos**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria João Soares **Carreiro**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal Lima

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 senhoras e senhores deputados, temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP. Uma vez que não foi apresentado nenhum voto, vamos passar de imediato para as declarações políticas.

A primeira cabe ao PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 10 anos e com 200 milhões de euros de prejuízo, depois, a SATA bateu no fundo. O caos está instalado, as acusações de gestão ruínosa e do interesse

público são recorrentes, encontra-se em falência técnica, a sua mera sobrevivência é agora a principal preocupação dos seus trabalhadores e da generalidade dos açorianos.

A única medida estrutural proposta pelo governo é a realização de um novo concurso para a privatização de 49% do capital da Azores Airlines, depois da desastrosa condução do primeiro concurso. A opinião pública, e os açorianos em geral, entenderam o que se passou com aquele concurso, estão já elucidados e bem. Os açorianos não se deixaram enganar.

Porém, quando se pensava que pior seria impossível, o relatório final da comissão de avaliação de acompanhamento, recentemente divulgado, acrescenta ainda mais certezas, não só quanto à incompetência na gestão e nos erros de todo o processo, como confirma e legitima as nossas conclusões de absoluta falta de ética e de decência política por parte do governo.

Os erros apontados foram os seguintes:...

Deputado Carlos Silva (PS): Por acaso diz o contrário!

O Orador: ... divulgação insuficiente do concurso; reduzido prazo para apresentação das propostas; comunicado do Conselho de Administração da SATA sobre manifestações de interesse no final do prazo para entrega das propostas, sugerindo a existência de vários potenciais compradores, quando existia apenas um; pré-qualificação do único concorrente duvidosa, mediante a apresentação de uma carta conforto; prorrogação do prazo da entrega de proposta vinculativa por duas vezes, adiamento de entrega da proposta vinculativa por duas vezes, com dúvidas sobre a sua legalidade; informações e dados alegadamente não obtidos pelo potencial comprador. Acrescentamos a todos estes erros a ausência de um trabalho prévio pela SATA, com a elaboração de um dossier de apresentação, contendo orientações estratégicas e a avaliação da empresa, bem como um *roadshow* junto de potenciais compradores. Foi trabalho de amadores, ou não queriam mesmo privatizar a SATA?

Com estas dúvidas, passemos, então, à proposta, que não era vinculativa.

A comissão transmite a sua posição de que a proposta não é vinculativa, logo no início de agosto, em reuniões com o Sr. Vice-Presidente e com a Sra. Secretária Regional.

O fundamento da comissão foi o seguinte, e cito: “Não obstante o procedimento de alienação prever, nos termos do caderno de encargos, que compete à SATA Air Açores qualificar a proposta como vinculativa ou não, a comissão entendeu, desde o início, que aquela não preenchia os requisitos do caderno de encargos...”, e continua, “Por mero exemplo, mas que vale por outros tantos, o potencial comprador não apresentou o plano de capitalização proposto pela empresa e também não formalizou o projeto estratégico”, fim de citação.

Porém, perante uma opinião tão clara da comissão, o entendimento dos referidos membros do governo foi de que a classificação da proposta ficava dependente de um parecer jurídico encomendado pela SATA, mas, na verdade, o que se iniciou foi a encenação e a mentira aos açorianos. São quatro meses de mais baixa política, fazendo crer aos açorianos que enviou proposta vinculativa para a compra da SATA Internacional,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... como afirmou, cinco vezes, a Secretária Regional dos Transportes, na comissão de inquérito, a 9 de outubro, e repetindo dia 10 de dezembro, na RTP-Açores, por diversas vezes. Mas era falso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Em agosto, a Sra. Secretária informou a comissão de avaliação que era necessário aguardar por um parecer jurídico para avaliar se a proposta era ou não vinculativa. Esse parecer só chegou no final de novembro.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Ainda assim, a 9 de outubro, na comissão de inquérito, a Secretária Regional já afirmava que a proposta era vinculativa. Todas essas falsidades e contradições, que fizeram o processo de privatização da SATA Internacional

uma fraude política, têm um culpado: o Presidente do Governo, Vasco Cordeiro.

Toda esta encenação teve como único objetivo enganar os açorianos. É que já todos perceberam que a situação da SATA pode comprometer o futuro político deste governo.

Para o PSD Açores o que importa é salvar a SATA; para Vasco Cordeiro só importa salvar o seu futuro político.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que sobra ao governo é apenas a fé de que as mesmas medidas, as mesmas práticas e o mesmo plano estratégico possam gerar resultados distintos.

O Grupo SATA é, porventura, a face mais negra e evidente da irresponsabilidade da governação dos últimos 10 anos. Entre 2008 e o final de 2018, serão mais de 200 milhões de euros de resultados negativos, são 200 milhões de euros perdidos, que serão pagos pelos açorianos.

Já que este governo e o seu presidente não assumem responsabilidades e consequências políticas, então, que no mínimo, peçam desculpa aos açorianos.

O desastroso desempenho financeiro do Grupo SATA, em 2017, e o que se conhece e prevê para 2018 apontam para prejuízos próximos de 90 milhões de euros em apenas dois anos, realidade desconhecida aquando da decisão do anterior concurso.

Qualquer que seja o caminho seguido em termos de alienação do capital, a atratividade de qualquer empresa nessas condições é claramente reduzida, sendo as hipóteses de sucesso manifestamente mínimas.

A recapitalização substancial da empresa é inadiável, não só como medida prévia à sua venda, mas como condição para garantir a sua sobrevivência.

Este é um assunto a que o governo se esquivava.

O tempo urge, as ameaças à sobrevivência da SATA são diárias. Dez anos e 200 milhões de euros de prejuízo, depois, apenas e só na SATA, quem bateu no

fundo foi este governo socialista. A responsabilidade pela situação é toda, mas mesmo toda, do Governo Regional.

Disse.

Deputado Carlos Silva (PS): Eu não sei para que é que criaram a comissão de inquérito? Andamos a brincar às comissões de inquérito?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confesso que não esperava esta interpelação pela parte do PSD.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Surpresa!

O Orador: É uma interpelação! Está a interpelar o governo numa declaração política!

Confesso que não esperava.

Aliás, ninguém me levará a mal que eu diga isso, que quando os nossos colegas e eu discutíamos, em reunião do grupo parlamentar, qual seria o tema da declaração política do PSD,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Gabinete estratégico!

O Orador: ... a resposta unânime de todos os deputados do Partido Socialista foi não. O PSD não iria trazer a esta câmara o tema SATA, quando, na próxima quinta-feira,...

Deputado Carlos Silva (PS): Cobardia!

O Orador: ... quando na quinta-feira da próxima semana, teria oportunidade de perguntar, de inquirir, de retirar todas as dúvidas que pudessem existir sobre o processo de alienação de parte do capital da SATA Internacional e sobre a situação da própria empresa. Tinham uma oportunidade única na democracia açoriana, e, cálculo eu, até na democracia nacional, de ter um chefe de um executivo numa comissão de inquérito, de peito aberto, a responder a qualquer pergunta de um partido de oposição ou da posição.

Deputada Sónia Nicolau e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Porquê? Porque achávamos nós que o Partido Social Democrata estaria disponível e da mente aberta para ouvir para concluir, e não concluir para depois ouvir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Foi isso que os senhores quiseram aqui fazer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E perdoem-me, Sras. e Srs. Deputados do PSD, eu acho que isso não vos fica nada bem e é um bom exemplo para os açorianos do tipo de política que estão a tentar implementar.

Deputado Luís Garcia (PSD): E a SATA? E falar sobre a SATA?

O Orador: Segundo ponto.

A questão com o Presidente Vasco Cordeiro é pessoal.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É pessoal, porque os senhores não conseguem falar de qualquer coisa que tenha a ver com a SATA...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a SATA, Sr. Deputado?

O Orador: Eu já lá vou, Sr. Deputado! Tenha calma! O senhor que leia o *Diário Insular* e ficará esclarecido, certamente!

Os senhores não conseguem falar de qualquer coisa sobre a SATA que não termina em Vasco Cordeiro. Os senhores sabem demais: é que fazer oposição não é só isso, não é atacar o Presidente do Governo por tudo e por nada!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores têm oportunidade de falar com ele. Os senhores primeiro tentem perceber o que verdadeiramente se passa. Vamos concretamente ao processo de alienação, e aquilo que nos choca é que os senhores querem tanto que seja de uma determinada maneira, que não lhes interessa os factos,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... não lhes interessa a história, não interessa o que aconteceu; o que interessa aos Srs. Deputados é concluir que o governo e Vasco Cordeiro, o seu presidente, é culpado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Se não, vejamos!

Nós estamos a falar de uma comissão, o relatório que trazem aqui, é de uma comissão que, no seu campo de ação, não poderia ordenar prática de atos ou impor a execução de despachos ou determinar a tomada de qualquer decisão. Ou seja, nós estamos a falar de uma comissão que tem o poder de fiscalizar e dar opinião, não tem o poder de intervir. Primeiro facto que eu acho que deve ficar aqui esclarecido. Os senhores dão a entender que a comissão foi desrespeitada, porque queria e poderia ter feito um conjunto de atos aos quais não tinha mandato.

Segundo ponto.

Não é por os senhores me estarem a interromper que eu vou-me calar!

Segundo ponto.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai-se calar quando acabar o seu tempo!

O Orador: Naturalmente!

A proposta que foi entregue pela Icelandair (e perdoem-me que eu diga Icelandair, porque eu não consigo dizer o outro nome) não era vinculativa e o governo sabia que não era vinculativa e andou a enganar os açorianos. A narrativa dos senhores é esta. Então, vamos ver o que é que aconteceu.

A Icelandair entrega uma proposta à SATA;...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma não proposta!

O Orador: ... a SATA, passado quatro ou cinco horas, diz sim: “Foram entregues propostas”. E é questionado, mais tarde, se essas propostas eram vinculativas ou não eram vinculativas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Nunca foram!

O Orador: Estas propostas são, naturalmente, vinculativas para a empresa, porque aquela proposta não pode ser mudada, aquela proposta compromete a empresa e, depois, cabe à SATA e, em último lugar,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: ... a quem tem responsabilidade nisso...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Falar da SATA é complicado! 200 milhões de euros!

O Orador: ... (vou já terminar) avaliar se ela cumpre ou não cumpre o caderno de encargos.

Deputado André Bradford (PS): Foi o que foi feito!

O Orador: O que é que o governo, e termino já, disse, por quatro vezes, publicamente? E não há nenhum dos senhores que possa aqui desmentir, nenhum! O que o governo disse foi:...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Disse que a proposta era vinculativa!

Deputado André Bradford (PS): Não disse!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Disse! Esse é que é o problema!

O Orador: Oh, Sra. Presidente, eu bem tento! Vai ter que me dar mais um minuto, ou dois!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Francisco César termine, porque, efetivamente, já ultrapassou o tempo!

O Orador: O que é que o governo disse por quatro vezes, o governo e a SATA? Primeiro: há propostas que vinculam a empresa? Sim! Segundo: para saber se essas propostas cumprem ou não o caderno de encargos, carece de um parecer jurídico. O que é que diz o relatório da empresa? O que é que diz o relatório de fiscalização? Exatamente o mesmo: que, para validar a proposta vinculativa, era necessário um parecer jurídico. O que é que o PSD quer fazer? Com que nada disso seja a verdade, quando, na verdade, o é.

Portanto, há um compromisso que nós temos aqui: nós não vamos deixar cair a SATA,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Grande tanga, Sr. Deputado!

O Orador: ... nós vamos trabalhar para que ela tenha futuro, nós vamos garantir um processo de alienação que funcione... e nós sabemos o que queremos com a SATA,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores destruíram a SATA!

O Orador: ... algo que já não se pode dizer da parte do Partido Social Democrata.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado!

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando me reuni também com o meu gabinete estratégico,...

(Risos)

Deputado Bruno Belo (PSD): O seu gabinete estratégico é melhor!

O Orador: ... uma coisa que eu faço também para tentar antever aquilo que vai ser proposto, que vai ser aqui apresentado em termos de declarações políticas pelos diversos partidos, eu consegui adivinhar que o assunto era a SATA, e consegui adivinhar que o assunto era a SATA, porque a SATA, neste momento, é uma espécie de Vietname para o Governo Regional, é o vosso Vietname, é a exteriorização do fracasso da vossa governação e, por isso, é fácil de antecipar que este é um tema que aqui será apresentado recorrentemente, não só porque é uma fragilidade da governação, exterioriza muitas das questões que fragilizam a vossa governação, como também é uma grande preocupação por parte dos partidos da oposição e da sociedade açoriana.

E a verdade, meus senhores, é que os senhores faliram empresa. A verdade é que os senhores não têm soluções para a empresa.

Deputado André Bradford (PS): A verdade é que a gente é que a criou!

O Orador: A verdade é que cada vez que se anuncia uma nova medida, é mais uma medida que provoca mais desequilíbrio financeiro; de cada vez que se conhecem mais dados, verifica-se a ausência de qualificação, a ausência de competência na gestão da empresa; verifica-se que há uma intrusão política na gestão da empresa; verifica-se que as pessoas que são escolhidas para gerir empresas estão próximas do Partido Socialista;...

Deputado Francisco César (PS): Como?

O Orador: ... verifica-se que V. Excelências escolhem como administradores e presidentes do conselho de administração gente incompetente, e, portanto, os senhores têm todas as responsabilidades da SATA, no âmbito da gestão da SATA, e não têm nenhuma resposta.

No caso do processo de privatização (oiçam!), sem querer ofender esta câmara, eu vou resumir o processo de privatização numa só palavra: é uma vergonha! Porque os senhores, desde o início, sabem que o processo de privatização não funcionou (o processo de privatização não funcionou!). Não tiveram a coragem política de admitir, mais uma vez, como acontece em tantas áreas da vossa governação, o processo de privatização não funcionou, que não o lançaram em condições corretas, tal como aconteceu... Estão há anos e anos para conseguir construir um navio! É também uma questão do mesmo tipo. Mas no processo de privatização, todos nós... Eu lembro-me de declarar aqui, há uma série de meses, e o Sr. Deputado Artur Lima lembra-se, com certeza, eu, na altura, o que disse é que não acreditava que o processo de privatização tivesse sucesso, e tive a oportunidade de dizer aqui, nesta câmara,...

(Burburinho)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... que, pelo que era do conhecimento público, o processo era um autêntico fracasso. O que os senhores fizeram foi arrastá-lo artificialmente.

E, depois, para terminar. Então, e a comissão? Aquele relatório da comissão, para mim, é uma vergonha. É uma vergonha que o Governo Regional não dê as condições às pessoas, não dê as informações. Quer dizer, escolhem-nos porque são isentos e porque são pessoas representativas da sociedade açoriana, com competência e, a seguir, não lhes dão as condições, não lhes dão a informação, dificultam o trabalho o mais possível.

Portanto, nesta matéria, os senhores têm todas as responsabilidades, meus senhores, e é, da minha parte, evidente que, mais uma vez, nesta matéria, as vossas responsabilidades são muito grandes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, felicitar a comissão de acompanhamento pelo excelente relatório que fez e tornou público, com a realidade a nu e a cru daquilo que se passou efetivamente, e que se lamenta, obviamente, o comportamento, quer do conselho de administração, quer do governo, neste processo.

Depois, dizer que concordo plenamente com o Sr. Deputado, com o que foi dito, de nomear gente incompetente. Começo pelo conselho de administração, obviamente, pelo seu presidente, mas começo também pelo seu novo diretor comercial, a quem não reconheço o mínimo de competência, e que é afeto, não ao PS, ao PSD.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado Paulo Estêvão, vai ter que pedir desculpas!

Deputado Manuel Pereira (PS): Se calhar há mais algum?

O Orador: Portanto, isso é que eu não percebo, essas nomeações, que deviam ser por competência, e esse é afeto ao PSD, segundo me consta. Não sei o nome, mas dizem-me que é afeto ao PSD, um cérebro. E o que se diz ainda pior, senhoras e senhores do Partido Socialista, o que é pior para a SATA,...

(Burburinho)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu tenho pouco tempo, Sr. Deputado Francisco César, portanto, eu peço que o senhor respeite os outros!

Deputado Francisco César (PS): Vou respeitar como o senhor respeita os outros!

O Orador: O que eu ia dizer é que o governo está a permitir, infelizmente, o desastre da SATA, que já é o que é, mas está a permitir que a SATA seja administrada por telecomando, a SATA é administrada por quem não está no

conselho de administração, a SATA é administrada por quem está fora e manda instruções para dentro, e quem manda instruções para dentro também não é afeta ao Partido Socialista nem ao governo.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Pereira (PS): Quem é?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que sabem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos**

Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, caros colegas de Governo:

Em primeiro lugar, dizer, sem prejuízo, naturalmente, da utilização das figuras regimentais dos partidos políticos que aqui estão representados como muito bem entenderem, que discutir uma matéria desta profundidade e todo o contexto que está aqui incluído é difícil quando, depois da declaração política, cada partido e o governo têm apenas 5 minutos. De qualquer forma, vamos tentar esclarecer algumas das matérias que foram aqui levantadas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nomeadamente o diretor comercial!

O Orador: ... e dizer o seguinte.

Sras. e Srs. Deputados, de hoje a oito dias, o Presidente do Governo dos Açores, por sua iniciativa,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: ... estará sentado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Isso não é verdade!

O Orador: ... na Comissão de Inquérito ao Setor Público Empresarial Regional...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... a dar a cara e disponível para responder a todas as perguntas que as Sras. e os Srs. Deputados daquela comissão quiserem perguntar. Pela primeira vez na história da autonomia democrática dos Açores, um presidente do governo vai pessoalmente a uma comissão de inquérito deste parlamento, estando disponível para esclarecer tudo aquilo que os senhores quiserem, quer enquanto Presidente do Governo, quer, já percebemos também, enquanto Secretário Regional da Economia, na altura, também tutelando a SATA.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, que não restem dúvidas, apesar de tudo aquilo que o PSD tenta aqui montar, o governo, o Presidente do Governo está, como sempre, disponível para esclarecer tudo aquilo que os senhores quiserem perguntar e tudo aquilo que os senhores muito bem entenderem.

Deputado Carlos Silva (PS): É melhor repetir mais uma vez!

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Mas eles não querem esclarecer nada!

O Orador: Essa audição decorrerá daqui a oito dias, na comissão de inquérito. E é preciso também dizer o seguinte, Sras. e Srs. Deputados, porque o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, ali da tribuna, enfim, em alguns casos, com uma terminologia a que nem vou dar qualquer segundo a responder, porque esses termos e esse registo, na minha perspetiva, lamentável, ficam consigo e com este novo PSD-Açores,...

Deputado André Bradford (PS): Lamentável!

O Orador: ... é importante esclarecer o seguinte.

De acordo com o caderno de encargos, que, como sabem, já é público, a proposta é sempre vinculativa (é sempre vinculativa!), quer seja na sua versão inicial, quer seja na sua versão final, sendo que esta última versão...

Deputado Bruno Belo (PSD): A comissão de acompanhamento também está errada!

O Orador: ...sendo que...

Ouçam!

... esta última pode resultar da negociação propriamente dita ou corresponder à versão inicialmente apresentada.

E também é preciso dizer o seguinte. Em lado nenhum, a comissão de acompanhamento independente, que foi criada por decisão do Presidente do Governo,...

Deputado André Bradford (PS): Pensava que tinha sido por proposta do PSD!

Deputado Luís Maurício (PSD): Foi proposta do PSD no Orçamento!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que mandou criar? Foi proposta nossa aqui, nesta Assembleia!

O Orador: ... essa comissão disse, seja onde for, que não houve integridade e transparência total pela parte do Governo Regional.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que o Governo sempre disse, não estando em causa...

Eu gostava de continuar, não sei se me permitem. Muito obrigado, Srs. Deputados. Gostava de poder continuar com alguma capacidade de concentração, se me permitirem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: A comissão de acompanhamento nunca disse, em lado nenhum, que há falta de integridade ou de transparência no processo e atesta aquilo que sempre foi dito pelo governo. Pode-se discutir a demora do parecer jurídico, com certeza, pode-se discutir isso, mas o governo sempre disse o mesmo, o conselho de administração sempre disse o mesmo: aguardamos o parecer jurídico que vai aferir se a proposta tem ou não tem conformidade com o que está no caderno de encargos. Mas isso não põe em causa, tendo em conta também o que está no caderno de encargos, o facto de a proposta ser vinculativa. Isso, para nós, é absolutamente claro e basta ler o caderno de encargos para perceber isso, independentemente da estratégia que já percebemos que está aqui a ser feita.

Também não posso deixar de dizer o seguinte. O Sr. Deputado Francisco César disse que não percebia esta intervenção do PSD, tendo em conta todo o contexto que existe e tendo em conta também o facto de, tal como já o disse, daqui a oito dias, o Presidente do Governo, por sua iniciativa, estar sentado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é por sua iniciativa!

O Orador: ... perante todos vós, na comissão de inquérito, que está também a avaliar as questões da SATA e que quer, naturalmente, também discutir estas questões. Mas eu discordo do Sr. Deputado Francisco César. Eu percebo esta intervenção do PSD. Esta intervenção do PSD serve para criar uma cortina de fumo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Outra vez?

O Orador: ... e para disfarçar as fragilidades do PSD, nesta matéria. É que, por vezes, no debate político, nós temos memória curta, e as dúvidas que tivemos aqui, há 15 dias, com a falta de posição e com os ziguezagues do PSD sobre aquilo que querem para a SATA e sobre aquilo que deve ser ou não deve ser alienado e privatizado na SATA Internacional e na SATA Air Açores, não está esclarecido ainda (não está esclarecido ainda!).

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pois não!

Deputada Mónica Rocha (PS): Vai ser para a semana!

Deputado António Almeida (PSD): Os senhores é que têm que esclarecer!

O Orador: Os senhores ainda não esclareceram os ziguezagues e o imbróglio ou, se quiserem, como diria o Deputado Paulo Estêvão, o Vietname em que estão envolvidos...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Termina já, Sra. Presidente!

... pelo facto de não saberem ainda, ou se calhar sabem, mas não querem dizer, que estratégia é que defendem para o futuro da SATA. E sejamos justos com o Sr. Deputado Duarte Freitas, que tinha uma posição muito clara e que em alguns casos estava ao lado do governo nessa posição clara em defesa da

SATA, controlada pela Região Autónoma dos Açores. Este novo PSD já não é assim, está envolto num conjunto de contradições e continua sem esclarecer aquilo...

Deputado Luís Garcia (PSD): E salvar a SATA da falência que os senhores criaram?

O Orador: ... que defende para o futuro da SATA.

Nós sabemos o que queremos, nós sabemos o que estamos a fazer, temos consciência dos desafios que temos que vencer, temos consciência das opções que tomámos a favor do setor turístico dos Açores, a favor dos açorianos e, daqui a oito dias, pela primeira vez na história da autonomia, o Presidente do Governo, por sua vontade, estará sentado na comissão de inquérito...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... a dar a cara pelas suas opções, a responder ao que tem que ser respondido, como sempre fez e como, estou certo, continuará a fazer.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda não vai entrar neste campeonato sobre quem privatiza melhor, porque parece-me que é para aí que o debate se direciona. Portanto, não vamos entrar numa lógica concorrencial para apurar quem melhor entrega aquilo que é de todos para o negócio de alguns, e isso não deveria ser um imperativo deste debate sobre a SATA.

O PS, segundo o PSD, parece que privatiza mal; o PSD arroga-se de privatizar mais e melhor. E, portanto, da parte do PS, quando nós assistimos a um processo que foi tudo menos transparente quanto à semiprivatização da Azores Airlines, responde com uma lógica que nos parece completamente absurda, porque ficámos a saber que uma proposta vinculativa pode ser qualquer proposta, inclusive, no absurdo, o que poderia acontecer era a Icelandair apresentar uma proposta que compraria 49%, que se proponha a comprar 49% da Azores Airlines por um presunto e uma linguiça, às tantas.

Portanto, parece-me, da parte do Governo Regional e do Partido Socialista, que, perante todo este processo, este processo aparenta ser um processo de privatização que, deliberadamente, teria de fracassar. Agora, ficamos na dúvida de o porquê deste processo ter sido tão inabilmente liderado, tão mal-organizado, tão mal planeado. Não foi, de certeza, para evitar que a SATA fosse privatizada e para que se mantivesse na esfera pública, mas não sabemos ainda que propósito é que serve. E essa é a pergunta que se coloca: a quem serve um processo tão mal-organizado, tão mal planeado?

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Então, para encerrar a declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu começo por descansar o Sr. Deputado Francisco César e o Sr. Secretário que não faltarão perguntas para o Sr. Presidente na comissão. Portanto, só sobre isso, não se preocupe, faltam muitas.

Deputado André Bradford (PS): Mas não servem para nada! Os senhores já têm as conclusões!

Deputado Francisco César (PS): Os senhores já concluíram tudo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas bem sabemos que o Sr. Presidente foi à comissão a pedido de um partido, independentemente das questões que foram levantadas depois.

E mais! Também sabemos que o Sr. Presidente poderia ter falado sobre a SATA no seu discurso de encerramento do programa, no encerramento da aprovação do orçamento. Num discurso aborrecido de 40 minutos, nem uma palavra sobre a SATA, no discurso...

Deputado Francisco César (PS): Aborrecido?! Pergunte aos professores!

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não foi nada aborrecido! Aborrecido para si!

Deputado José Contente (PS): A parte dos professores é que foi mais aborrecida?

Deputado Carlos Silva (PS): Qual foi a sua proposta para a SATA, Sr. Deputado?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... sobre a questão...

Deputado Francisco César (PS): Ou melhor, ficaram aborrecidos com esse discurso! É diferente!

Deputado André Bradford (PS): Era um discurso que aborreceu, mas não era aborrecido!

O Orador: Mas sobre a questão do processo e da declaração política, nós não temos perguntas aqui. Nós fizemos e mostrámos a nossa indignação sobre aquilo que resultou do relatório da comissão de avaliação. Pensamos que não poderia ser tão mau. E essa é a questão de fundo e acredito que a maior parte dos deputados da bancada do Partido Socialista, perante aquele relatório e perante o processo de alienação dos 49, todos, no seu silêncio, hão de mostrar muita indignação também...

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não! Não se preocupe com isso!

O Orador: ... sobre a forma como foi conduzido o processo. E é bom que assim seja, porque mostra quem tem consciência.

Agora, a questão fundamental, e essa é uma questão de....

Deputado João Vasco Costa (PS): Coisa que o senhor não tem, consciência!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, isto é inadmissível!

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que é inadmissível?

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Francisco César (PS): Ele disse: “Os senhores não têm consciência.”. Foi o que ele disse!

Presidente: Srs. Deputados!

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, pode continuar.

Deputado André Bradford (PS): Para ver se o enervam!

O Orador: Não enervam! O que me enerva é saber que a região perdeu 200 milhões de euros...

Deputado Francisco César (PS): Não perdeu! Os senhores é que querem acabar!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor é economista, como é que diz uma coisa dessas? Isso não é para si!

O Orador: ... e ninguém assume a responsabilidade. Isso é que é grave!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): A região não perdeu 200 milhões de euros e o senhor sabe isso!

O Orador: A região perdeu 200 milhões de euros...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

Presidente: Srs. Deputados, por favor! Vamos permitir que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros possa continuar a sua intervenção.

O Orador: Eu ficaria indignado também como o Sr. Deputado está se o meu governo tivesse contribuído para que se perdesse 200 milhões de euros!

Deputado André Bradford (PS): O senhor não tem governo nenhum!

Deputado Francisco César (PS): O seu governo perdeu muito mais!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Mas a questão da proposta vinculativa, é atraçoada a posição do Sr. Secretário e do Sr. Deputado Francisco César pelo relatório da comissão. Esse é que é o drama...

Deputado Francisco César (PS): Em nada!

O Orador: ... e essa é uma indignação nossa e eu posso...

Deputado André Bradford (PS): Diga, diga!

O Orador: Diz o seguinte: “A comissão...” Se calhar, vou ter que ler, mas se o Sr. Deputado tiver oportunidade de ler o fim da página 3, do relatório, diz o seguinte: “Em resposta, quando a comissão manifesta as suas dúvidas de que a proposta seja vinculativa, responde e aquilo que é transmitido pela Sra. Secretária e pelo Sr. Vice-Presidente é o seguinte...”. Não, não, não! “Em resposta, foi comunicado à comissão pelo Sr. Vice-Presidente do Governo e pela Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas que a decisão de qualificação da proposta como vinculativa dependia de um parecer jurídico, entretanto solicitado à SATA Air Açores”. É o que está aqui! Ou seja, a Sra. Secretária...

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Não é verdade?!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor está a confundir isso de propósito!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. António Vasco Viveiros possa continuar a intervenção.

(Burburinho)

O Orador: O que está aqui no relatório é exatamente isso, ou seja, a Sra. Secretária, no dia 16 de agosto, transmite à comissão de acompanhamento que a decisão se a proposta é vinculativa ou não depende de um parecer que a SATA iria pedir. Isso é o que é dito, em 16 de agosto.

Deputado André Bradford (PS): O que é que é quer dizer uma proposta ser vinculativa?

O Orador: O que é dito pela Sra. Secretária, repito, é que a decisão se a proposta era vinculativa ao não dependia de um parecer jurídico. É o que está aqui! Se o que está aqui é falso, então, Sra. Secretária, que desminta a comissão. É isso que se espera.

Deputado André Bradford (PS): Já disse na comissão!

O Orador: E, portanto, o que está aqui é exatamente isso e isso mostra que, quando a Sra. Secretária volta a frisar que a proposta é vinculativa, falta à verdade e contradiz-se com o que está aqui. E esse é o drama que, para nós, levanta suspeitas sobre a ética na condução desse processo, que é a encenação que é feita durante quatro meses, com uma situação que, objetivamente, já tinha sido transmitida pela comissão e qualquer pessoa, olhando para a proposta, chegava a essa conclusão. E o governo, durante quatro meses, adiou uma decisão de um processo que tinha sido mal conduzido, de um processo que a comissão levanta dúvidas quanto à sua qualidade técnica e aquilo que foi a decisão. Ou seja, houve um processo mal conduzido em que, na fase seguinte, é

feita uma encenação política enganando os açorianos, de uma empresa que já perdeu e já está a custar aos açorianos 200 milhões de euros. Esse é o drama!

E em termos de coerência, Sr. Deputado Francisco César, só para recordar a sua memória, em 2015, foi dito aqui, pelo então Secretário das Obras Públicas e dos Transportes, Eng.º Vítor Fraga, a uma pergunta da Deputada Zuraida Soares, num debate sobre a SATA, taxativamente que, em 2015, não havia qualquer intenção do governo privatizar a SATA.

Deputado Francisco César (PS): Claro que não!

Deputada Sabrina Pimentel (PSD): Mudaram de ideias! A gente não pode, mas os senhores podem mudar de opinião!

O Orador: Em 2015! Em 1997, há anúncios...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado André Bradford (PS): A gente foi a eleições!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Por favor!

Deputado André Bradford (PS): Já passou cinco minutos, mas há muito tempo!

O Orador: Portanto, há aqui, ao longo do tempo, uma flutuação de intenções, privativa ou não. Começamos em 1997, é o primeiro anúncio do então Secretário da Economia, depois, sucessivamente, há um conjunto de anúncios.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Oh, senhor, isso é do passado!

O Orador: Portanto, se alguém aqui tem andado numa insegurança, numa indecisão sobre o futuro da SATA, tem sido o governo, ao longo desses anos.

Deputado Francisco César (PS): Oh, senhor, a gente é que criou a SATA!

O Orador: Portanto, a questão relevante é se há uma empresa que perdeu 200 milhões de euros e nós entendemos que alguém tem que assumir responsabilidades políticas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Coelho (PS): É incoerente! Não cumpre a lei e o Regimento, e V. Exa. sabe isso!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente:

Foi aqui afirmado que o Sr. Presidente do Governo Regional se irá deslocar à comissão de inquérito por sua vontade, e o que eu lhe pergunto é se é do seu conhecimento que, no âmbito da comissão de inquérito, que o PPM integra, eu próprio integro, existiu ou não uma solicitação para a deslocação do Presidente do Governo Regional para ser inquirido. A pergunta é essa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Daquilo que aconteceu dentro da comissão de inquérito, naturalmente, eu não me posso pronunciar, porque o processo foi longo, como o senhor sabe. Aquilo que eu posso atestar também é que o Sr. Presidente do Governo endereçou um ofício a solicitar a sua presença na comissão de inquérito.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa.

A questão que eu lhe coloquei é se é do seu conhecimento, que, da minha parte, existiu um pedido para que o Sr. Presidente do Governo Regional se deslocasse à comissão de inquérito.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu vou repetir exatamente aquilo que lhe disse.

Do processo que decorreu dentro da comissão de inquérito, eu não me vou pronunciar, porque ele é longo, como o senhor sabe, e teve várias nuances. Confirmando a existência do ofício que recebi por parte do Sr. Presidente do Governo.

Penso que este assunto está esclarecido.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração política... Será a Sra. Deputada Rute Gregório.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(Neste momento, o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)

Deputada Rute Gregório (CDS-PP): Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo,

O reconhecimento da justiça das pretensões dos professores trouxe, às escolas da RAA, o início de uma pacificação e tranquilidade que o Grupo Parlamentar do CDS-PP exigia na sua última intervenção sobre ensino e reivindicações dos professores.

A justiça, a legalidade, as reivindicações e o reconhecimento e respeito pelo papel do professor na sociedade não nos faziam perspetivar outro cenário. A principal e última questão que então colocáramos tinha sido: “quando, senhores membros do governo? Quando Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura?”.

Chegou, então, o momento: mais vale tarde do que nunca! E enquanto as partes negociam, foquemo-nos, então, em questões essenciais do ensino.

Hoje, apesar das muitas discussões, o ensino formal e informal deve muito primeiramente promover aquilo que se designa por competências sociais e

comportamentais (as designadas soft skills), traduzidas em competências como a comunicação, a adaptação à mudança, a resiliência, a superação da frustração, a capacidade de resolver problemas complexos, o trabalho de equipa / cooperativo, a integração da diferença, o pensamento crítico, a autonomia... (só para citar as mais importantes).

A par, o novo paradigma educativo do século XXI também implica a necessidade de estimular e desenvolver competências técnicas, importantes, sem dúvida, mas num outro patamar e tendo as competências sociais e comportamentais como pedra angular de todo o sistema.

Hoje em dia, educar, ensinar e aprender tem muito menos a ver com a transmissão de conhecimentos – apesar de tudo, o mais fácil de fazer – e tem muito mais a ver com a mediação de um processo de aprendizagem que visa, na sua substância, ajudar os nossos alunos a “aprender a aprender”, a aplicar conhecimentos e a cumprir os valores da cidadania ativa. Estamos, pois, muito, muito longe dos modelos que visavam a simples reprodução, memorização ou a conformação acrítica dos modelos existentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Hoje em dia, fala-se e cumpre-se o derrubar de paredes, grandes espaços para trabalho em grupo, acesso contínuo às novas tecnologias, salas de aula completamente diferentes para os nativos digitais, projetos em vez de disciplinas, recurso educativos que ultrapassam o velhinho manual em papel (hoje, cada vez mais desmaterializado e interativo), produção de conteúdos mais do que consumo de conteúdos, flexibilização de currículos, metodologias ativas, empreendedorismo, ensino presencial, ensino à distância, ensino misto, “Escola na nuvem”, aprendizagem contínua e ao longo da vida, etc., etc., etc.

Muitos destes princípios, modelos, métodos, estratégias, assentes em teorias mais ou menos recentes, há anos que vão sendo aplicados no nosso país, com mais ou menos sucesso, com mais ou menos resistência, com mais ou menos predisposição à mudança.

Mas a verdade é que o último teste PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), de 2015, regista “Os estudantes Portugueses tendem a ter boas prestações em tarefas que exigem uma reprodução de conteúdos ensinados na escola. No entanto, não são tão bons ao nível da aplicação criativa de conteúdos. Nesse sentido, as escolas portuguesas ainda não fizeram a transição para o século XXI”.

A par, todos conhecemos os indicadores da educação em Portugal. O Eurostat situa-nos em penúltimo quando consideramos a população entre 25 e 64 anos que completou o secundário; regista uma taxa de abandono escolar das mais elevadas de toda a UE (18-24 anos); insiste em taxas de retenção altas demais; frisa percentagens elevadas de alunos que com 15 anos apresentam uma retenção (mais do dobro da média dos países da OCDE), entre outros.

Nos Açores o panorama agrava-se. Sem qualquer satisfação ou gáudio - ao contrário do que já ouvimos dizer da bancada parlamentar do PS -, temos demasiados indicadores abaixo das médias nacionais e/ou na cauda dos resultados por região.

E os dados de 2016 e 2017 não enganam: taxa de abandono precoce de educação e formação 28% (mais do dobro que a média do país); classificação a Português, média interna final e de exame, as médias mais baixas do país; classificação média de exame a Físico Química A, a Geografia A, a História A, todas médias de exame mais baixas do país... mas avancemos para outro tipo de indicadores... população com 15 ou mais anos sem o ensino secundário 70% (61% no país); população com 15 ou mais anos com o ensino superior 13% (18% no país); proporção de pessoas, entre os 18 e os 64 anos, que participou em atividades de aprendizagem ao longo da vida 30,9% (50,2% em Portugal); proporção de pessoas, entre os 18 e 64 anos, que conhece pelo menos uma língua para além da materna, 61,8% (estamos em último lugar, no contexto do país)...

Face a estes dados, não podemos deixar de insistir:

- mais de 40 anos de autonomia e mais de 20 anos de Governo do PS e ainda não somos capazes de nos catapultar para os lugares cimeiros dos indicadores.

- mais de 40 anos de autonomia e mais de 20 anos de Governo do PS e ainda temos a população menos escolarizada, os menores indicadores de frequência do ensino superior, os menores indicadores de aprendizagem ao longo da vida e os menores indicadores de conhecimento de uma 2ª língua para além da materna, numa região que está apostada no turismo.

A pergunta que agora se impõe é: até quando, Srs. Membros do Governo? Até quando, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura?

Está na hora de definir caminhos e apostar na educação como o pilar verdadeiro...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e sustentável do desenvolvimento regional; está na hora de apresentarmos resultados!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Deputada António Almeida (PSD): O plano está aí, pronto e aprovado! Resolve isso tudo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão, agora, abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam para o debate, no âmbito desta declaração política, caso assim o pretendam, naturalmente.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É bom saber que o anúncio do Presidente do Governo para a recuperação do tempo de serviço é mote de um voto de congratulação e de uma declaração política, e nós regozijamo-nos com isso. Regozijamos também e o Partido Socialista com o facto de os docentes açorianos virem a recuperar os sete anos de serviço em seis anos, representando a melhor proposta que deu entrada nesta casa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Regozijamo-nos também que os professores açorianos, contrariamente ao que muitas vezes foi dito nesta casa, a partir de junho de 2018, manterão o melhor estatuto da carreira docente do país, e isso dá-nos um orgulho que não há declaração política alguma que o retire.

Deputado Jorge Jorge (PSD): 2009 foi o melhor!

A Oradora: Quanto concretamente à intervenção da Sra. Deputada Rute Gregório, à declaração política, após o claro, pensamento, digo eu, do CDS-PP inscrito nesta declaração política. Sra. Deputada Rute Gregório, com certeza, o tempo não permite,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Permite, permite!

A Oradora: ... mas, com certeza que concordará comigo que a história da educação, em Portugal, e muito em particular nos Açores, tem um contexto muito particular e que muitas vezes contraria todas aquelas que são as taxas

européias, as taxas continentais, e sabe muito bem disso, e sabemos todos, e aqueles que são professores nesta casa têm um conhecimento mais aprofundado desta matéria, que toda a componente socioeconómica das nossas famílias também contribui para o percurso educativo dos nossos alunos.

Portanto, quando aqui é referido, e eu percebo o contexto, porque é uma posição ideológica do CDS-PP,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São muitas!

O Orador: ... que eu compreendo, mas, por outro lado, não consigo perceber algo que para mim é muito simples: quando se vem dizer, e tenho também que afirmar que tem concordância nessa matéria, ou seja, a necessidade de um modelo de sistema educativo que evolua para as chamadas soft skills, que evolua também para a gestão emocional, a gestão comportamental, a gestão sócio educativa, dentro e fora das salas de aulas, a gestão das famílias,...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Fale das férias!

A Oradora: ... quando se olha para aí, Sra. Deputada Rute Gregório, que eu concordo,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... também tem que se olhar para todos os estudos e todos os pareceres que aferem as necessidades desta gestão emocional comportamental, dentro e fora das salas de aulas, e quando também se diz que, para este novo modelo, que eu concordo, o paradigma do século XXI, que é muito mais do que aquilo que a Sra. Deputada Rute Gregório disse ali,...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Se é muito mais, imaginem onde estamos!

A Oradora: ... a verdade é que este novo modelo de paradigma do século XXI, não se coadune, na nossa perspetiva, com a cega conduta da ligação aos rankings e às taxas e aos exames nacionais.

Portanto, aí estamos perfeitamente em desacordo. Nós concordamos e vamos ao encontro de um modelo paradigma sistema educacional diferente para as nossas crianças, onde, efetivamente, a gestão emocional, comportamental é vista de

forma diferente, não é vista numa escola do passado, mas não podemos, e o nosso entendimento é estar a favor deste modelo, que é correto, é um modelo de futuro, e depois, ao mesmo tempo, privilegiar as taxas de exames, as taxas de apuramento do PISA, no nosso entendimento, não se pode. As crianças não podem nem devem ser seriadas. Ponto número um.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ai não!

A Oradora: Portanto, isto para dizer que quando fala aqui das taxas de abandono, que aqui referiu, eu gostaria de relembrar, porque, com certeza, se lembra que, nestes 40 anos de trabalho também parte do PSD, enquanto governo, destes 40 anos e de 22 anos orgulhosamente do Partido Socialista nesta região, nós conseguimos, Sra. Deputada Rute Gregório, reduzir a taxa de abandono escolar, ou seja, as crianças que não frequentavam as nossas escolas, que, em 1991, era em cada 100 crianças 17, no ano de 2011, ano dos últimos Censos, nós estamos a falar de cerca de duas crianças, uma redução que, como, com certeza, compreenderá e aceitará, é uma redução, foi um desafio imenso trazer as nossas crianças para a escola.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Nas férias!

A Oradora: As taxas de transição, nós estamos a aumentá-las todas, nós estamos a chegar às taxas de transição a nível europeu.

Deputado André Bradford (PS): Da OCDE!

A Oradora: As taxas do pré-escolar, nós estamos a conseguir que as nossas crianças entrem no sistema de ensino, antes do 1º ciclo, já acima da média europeia.

Oh, Sra. Deputada, nós temos e nós sabemos o trabalho que é preciso fazer. Quanto a isso, não tenha dúvida! Nós sabemos o trabalho de dignificação da classe docente, de valorização do trabalho dos pais, de valorização do empenho dos alunos. Nós temos a clara convicção que o modelo do século XXI, face ao atraso estrutural que Portugal, e os Açores tiveram, é um trabalho que nos exige todos muito mais, mas quando nós reduzimos a taxa de abandono escolar, ou

seja, colocamos as nossas crianças na escola, não estamos a falar de jovens dos 8 aos 24, estamos a falar de taxa de abandono escolar de crianças que não estavam na escola.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Termino já.

E, para concluir, é algo que nos orgulha muito, é quando tínhamos, em 1991, 17 crianças em cada 100 fora da escola,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não deixamos ninguém para trás!

A Oradora: ... e essas, sim, são muitos dos jovens que hoje são mães e pais,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Trabalho dos pais!

A Oradora: ... que não tiveram direito a escolaridade básica, nós conseguimos, em 2011, passar para cerca de duas crianças.

Portanto, há um trabalho a fazer? Há! Nenhuma criança deve estar fora da escola, face à escolaridade obrigatória, mas nós temos orgulho no trabalho que estamos a fazer e nós sabemos muito bem que o atraso estrutural que Portugal teve nesta matéria, e os Açores também, fruto também, na altura da governação do PSD, é um trabalho que nós temos que fazer, sabemos que o queremos fazer com as famílias, com os professores e com os alunos. E isso, Sra. Deputada, também, como bem sabe, pertence ao sistema educativo do século XXI.

Muito obrigada.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Os professores é que são do século passado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero felicitar a Sra. Deputada Rute Gregório pela excelente intervenção que fez naquela tribuna.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Sra. Deputada fundamentou-se, apresentou os dados, mostrou insatisfação em relação aos resultados que estamos a alcançar, o PS mostra-se satisfeito por estarmos nos índices mais baixos do país e da Europa, nos vários valores que V. Excelência referenciou, V. Excelência demonstrou, V. Excelência defendeu que o sistema educativo dos Açores deve ter a ambição de melhorar, deve ter a ambição de não ser o último. Nós devemos ter a ambição dos nossos alunos serem os melhores alunos, alcancarem os melhores resultados do nosso país.

Devo dizer também que fiquei algo surpreendido com a primeira proposta do Partido Socialista para reformar o sistema educativo, depois de ganhar esta embalagem de, finalmente, ter reconhecido o seu erro em relação ao não reconhecimento do tempo de serviço dos professores, e, de repente, quando nós pensávamos que entrámos num novo ciclo, com medidas realmente importantes e com medidas que possam alcançar resultados, o que é que o Partido Socialista propõe? Aulinhas durante o Natal e durante a Páscoa e durante o Carnaval.

Eu penso que esta não é nenhuma inovação pedagógica, nenhuma inovação do sistema educativo, não é nada que se possa considerar, não significa, certamente, um novo ciclo no âmbito da criatividade que é necessário ter, das reformas que é necessário implementar no nosso sistema educativo.

Deputado André Bradford (PS): Isso é das mais velhas técnicas da propaganda!

O Orador: E devo dizer-vos que se tratou de mais um erro político de V. Excelências e que mais uma vez se mostra a descoordenação absoluta que existe, nesta matéria, por parte do Governo Regional e por parte do Partido Socialista, porque o Partido Socialista propõe aprovar e o Governo Regional, confrontado com esta matéria, tem estado aqui na reunião, em relação às interrupções letivas, em relação a essa matéria, foi o Partido Socialista, não foi o governo, foi o Partido Socialista. E V. Excelência teve oportunidade de se pronunciar sobre esse tema, mas o que é que aconteceu? V. Excelência ficou

sentado aí e nada disse sobre esta temática quando ela foi discutida aqui, neste Parlamento.

O que eu devo dizer... Agora, diz-me V. Excelência o seguinte: “Bem, este assunto tem que ser estudado”. Eu pensava, no âmbito da minha... às vezes, tenho uma certa ingenuidade, ainda, ao fim de todos estes anos, eu pensava que, quando se apresentavam propostas e se faziam propostas legislativas, esses assuntos eram previamente analisados e as suas consequências eram devidamente medidas e previstas. Eu pensava que fosse assim! Ora, Partido Socialista não faz isto nem o governo.

Primeiro, aprovam a legislação, procedam à alteração da legislação e, depois de procederem à alteração da legislação, então, agora vamos pensar no seu futuro impacto. Isto é forma de governar? E, depois, o Sr. Presidente, o Sr. Secretário da Educação diz outra coisa. “Não!”. Os Açores fazem parte do Estado de Direito, pelo que um consta ainda! “Não, a lei não se aplica”. V. Excelência está submetida à lei. A lei, quando é aprovada, no âmbito do Parlamento dos Açores, V. Excelência não tem competência, não tem, do ponto de vista ético,...

Deputado André Bradford (PS): Ético? O que é que isso tem a ver com ponto de vista ético!

O Orador: Sim, sim! Do ponto de vista ético. Oiça, o governo tem a obrigação de cumprir a lei.

Deputado André Bradford (PS): Mas isso não é ética, isso é uma obrigação legal!

O Orador: Tem obrigação de cumprir a lei e o Sr. Secretário dizer: “Não, não vamos aplicar a lei!”. Oiça, não é uma competência de V. Excelência, não tem essa competência, Vossa Excelência tem que cumprir a lei, quer dos pressupostos que gosta, quer daqueles que não gosta, mas a lei está acima do exercício de funções no governo. O senhor tem que cumprir, em todas as circunstâncias, a legislação e, portanto, isto não faz sentido nenhum e é um

exemplo da forma como V. Excelências estão perdidos no âmbito da governação.

E devo dizer também seguinte.

Uma homenagem aos professores portugueses, que, ao longo de todos estes anos,...

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, isto vale tudo!

O Orador: ... conseguiram que o país tivesse a melhor progressão na Europa, em termos de resultados educativos. Ninguém cresceu tanto como nós! Eu li, há quatro ou cinco meses, uma reportagem do *El País* que tinha como título “O milagre educativo português”. Ou seja, o que os professores portugueses demonstraram, ao longo destes anos, é que é possível melhorar, e muito, mesmo em circunstâncias sociais tão difíceis como aqueles que temos em Portugal e tão difíceis como temos nos Açores. Mas os professores portugueses conseguiram e os alunos conseguiram uma progressão como ninguém conseguiu na Europa. Vejam bem que, neste momento, Portugal tem resultados superiores à França, no âmbito do PISA, e tem resultados superiores à Espanha; isto mostra a qualidade dos professores portugueses.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): E do sistema!

O Orador: Por isso, Sra. Presidente, era uma injustiça que esse trabalho por parte dos professores portugueses, do seu empenho, do seu profissionalismo, da sua qualidade não tivesse sido reconhecido no âmbito do sistema educativo açoriano. E foi possível, termino, Sra. Presidente, obter estes resultados fabulosos,...

Deputado André Bradford (PS): E os resultados agora não são fabulosos?

O Orador: ... porque nós temos, não tenho nenhuma dúvida que nós conseguimos obter estes resultados, porque temos dos melhores professores da Europa e do mundo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por felicitar o CDS-PP e a Deputada Rute Gregório por terem trazido aqui esta iniciativa sobre educação, uma iniciativa muito bem construída e que diria que está realmente na hora de apostar na educação como um pilar do desenvolvimento desta nossa região.

Gostava também aqui de lembrar quanto os professores são essenciais para que o sistema educativo possa ser melhor.

Deputado André Bradford (PS): Mais um caniço para a água, para apanhar umas tainhas!

O Orador: Obviamente que os professores sabem, sentiram e têm feito sentir e, particularmente, alguns deputados ou deputadas que estão nesta casa, tenho sentido bem perto, nestes últimos dias, que os professores perceberam muito bem quem é que esteve com eles na luta e de que lado cada um dos partidos aqui presentes estava.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Foi o PSD!

(Risos)

O Orador: Se tivesse havido boa vontade, hoje, os professores estariam a poucos dias de começar a ser reposicionados, caso tivesse sido aprovado o Decreto Legislativo Regional que o PSD apresentou nesta casa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas mais! Se o PS e o Governo Regional tivessem a intenção de contabilizar o serviço dos professores, como foi dito aqui, no dia 29 dezembro, os professores

já podiam estar a ser posicionados, neste momento, porque o PS já poderia ter feito, há muitos meses, aquilo que disse só a 29 de novembro que fazia. O PS e o Governo Regional nunca tiveram a intenção de contabilizar o tempo todo dos professores.

Deputado Manuel Pereira (PS): É falso!

O Orador: O Sr. Secretário disse na comissão, e vou citar o relatório, “Vou repetir a posição que o Governo Regional assume, desde novembro de 2017, aquando do início desta discussão”, e acrescentou, “Nunca se assinou um compromisso para a recuperação integral do tempo de serviço nem se inscreveu em orçamento da região verba destinada a tal”.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E é verdade!

O Orador: O governo não tinha intenção de recuperar o tempo de serviço dos professores. Da mesma maneira e no mesmo relatório, o Sr. Secretário disse: “No passado, não se abriu processo negocial e também não fará, no presente, até porque a decisão nacional está mais próxima e isso não significa que o Governo dos Açores tenha pejo no uso dos seus atributos”.

Mais! No mesmo relatório, página 11, a Sra. Deputada Sónia Nicolau diz o seguinte: “Face aos novos desenvolvimentos, solicitou a confirmação da adaptação da aplicação da solução encontrada a nível nacional, ao que o Sr. Secretário Regional disse que o compromisso se mantém”.

Portanto, o vosso compromisso era de aplicar aquilo que se passasse da República; está aqui no relatório, aliás, foi dito, na terça e na quarta-feira, da sessão plenária anterior.

Deputado André Bradford (PS): Que chatice! Fizeram uma coisa melhor para os professores!

O Orador: Sinceramente, quando vi, no dia 29 de novembro, a Sra. Deputada Sónia Nicolau...

Deputado Carlos Silva (PS): Foi uma chatice os professores verem o seu tempo contabilizado!

O Orador: ... a levantar-se para aplaudir o anúncio do Sr. Presidente do Governo Regional, sinceramente pensei que ia abandonar a sala em protesto, e o Sr. Secretário também,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Que chatice!

O Orador: Não é chatice nenhuma, chatice foi o papel que...

(Burburinho)

Deputada Sónia Nicolau (PS): Que chatice os professores terem o tempo contabilizado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Que chatice!

O Orador: A chatice, Sra. Deputada, foi o tempo perdido pelos professores e pelas suas famílias, a chatice, Sra. Deputada, foi isso, essa é que foi a chatice; a chatice foi aquilo que a Sra. Deputada, o papel que desempenhou aqui, na terça-feira e na quarta, perante o sindicato de professores, e depois, na quinta, ser completamente cilindrada pela decisão do Sr. Presidente do Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Ainda me ecoam as palavras que não se mudava nem uma vírgula àquilo que já tinha sido dito. Pelos vistos, faltava pôr o ponto final: o ponto final foi posto aqui, a 29 de novembro, o ponto final foi posto, porque foi nesse dia que os professores dos Açores deixaram de estar ao serviço do PS nacional, foi no dia 29 de novembro.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quem é que pôs o ponto final?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Que chatice!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: O mal-estar do governo e do PS foi de tal ordem que até se apelidou da coligação negativa; não é uma coligação negativa, é uma coligação positiva pelos professores. O que se fez na República foi uma coligação positiva pelos professores; negativo foi o que o Governo Regional e o PS tentou fazer aos professores nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas mais, e vou continuar. É de tal forma, foi de tal forma com azedume que o PS fez aquilo, foi de tal forma contra vontade que o Governo e o PS fizeram aquilo, que foi contabilizar o tempo todo aos professores, que, inclusivamente, criaram, não sei a que título, mas reduzem (não reduzem nada, peço desculpa!) leva-os a fazer uma alteração ao orçamento, em que propõe que os alunos com negativa passem a ter que ir para a escola...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): É um direito, Sr. Deputado, e o Sr. Deputado sabe!

O Orador: Isso é antipedagógico! Os alunos têm direito às suas férias!

Mas mais! Isso foi feito apenas para sobrecarregar os professores com trabalho burocrático...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Diga, diga!

O Orador: ... e é uma dupla penalização aos alunos, porque os alunos, além das classificações que têm, são obrigados a ir para a escola...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... quando os outros alunos estão nas suas férias.

Mais!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso é uma vergonha!

O Orador: Não, não! Vergonha foi terem introduzido a palavra negativa, naquele documento, quando, se forem lá procurar o documento todo, não havia, até ao momento, uma única referência a negativa, a níveis negativos. Isso é

antipedagógico. Fizeram isso de tal forma incomodados, que até introduziram essa linguagem azeda, como disse o Sr. Secretário:...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...”Não podemos combater a retenção à bruta”. Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Burburinho)

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sempre bom, sublinho, é sempre bom que neste Areópago maior da democracia nos Açores se fale de educação.

Claro que não tenho a esperança de propriamente construirmos um pacto em redor da educação. Também não sei se isso seria necessário, mas é por se falar em educação e, sobretudo, quando se fala em educação com elevação, que construímos, senão um pacto, pelo menos um entendimento em redor da educação, e disso não tenho dúvidas de que é efetivamente necessário.

A história da nossa autonomia de 40 anos é uma história de progresso, mas é uma história de progresso também na educação, com mais escolas, com mais professores, acima de tudo, com mais alfabetizados. Claro que nós temos dificuldades, claro que nós temos indicadores que são negativos, por uma razão também fácil de descobrir: nós partimos do mais baixo dos patamares.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: Não é, entretanto, verdade que não tenhamos um caminho, temos um caminho trilhado, desde o ano letivo 2014/15, que é o ProSucesso - Açores pela Educação. É um plano de intervenção a prazo, obviamente que o é, porque as transformações na educação são transformações, felizmente, irreversíveis, mas são transformações demoradas. É um plano que produzirá, esperamos nós, os seus efeitos todos a partir de 2026, no entanto, nós temos indicadores positivos. Com uma antecedência de quatro anos, atingimos metas delineadas para 2020/21. É, efetivamente, um bom indicador.

Bem sei que há, por parte da oposição, o desejo, a vontade de falar fundamentalmente em avaliação externa, inclusivamente em avaliação internacional. Ficaria, entretanto, bem que todos nós reconhecêssemos a realidade atual, qual ela é, para além de vociferarmos tanto o PISA até a exaustão, poderíamos também recordar os resultados do TIMSS, um estudo, portanto, com a mesma credibilidade e onde, na última avaliação, os alunos e as escolas dos Açores ficaram na dianteira a nível nacional.

Diria, para terminar, que o caminho faz-se caminhando e que os nossos indicadores são, obviamente, encorajadores, e terminaria exatamente como comecei: é bom que se fale em educação, nesta casa, se não para construir um pacto em redor dela, pelo menos para que haja um maior entendimento em redor dela.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

Então, para encerrar a declaração política, tem a palavra a Sra. Deputada Rute Gregório.

(*) **Deputada Rute Gregório (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membros do Governo:

Algumas notas para terminarmos este debate.

De facto, trazer o tema da educação a este plenário tem como objetivo, não falar apenas de professores, falar de modelos falar teorias, falar de sistemas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e também enfrentarmos os nossos resultados e refletirmos sobre eles.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em relação a algumas coisas que aqui foram sendo ditas, eu quero dizer que o ponto de partida da minha apresentação, mostrando regozijo, porque, de facto, fez tanta pressão, insistiu-se tanto para que os professores fossem ouvidos, para que as negociações se iniciassem, inclusivamente as nossas interpelações ao governo foram neste sentido, perguntámos tantas vezes quando e chegou o dia, foi quando o governo entendeu, para nós, já um pouco tarde, poderia ter antecipado perfeitamente esse início de negociações. Portanto, o nosso ponto de partida foi, de facto, esse regozijo. Mas não é só falar professores, ou melhor, falar de ensino não é só falar de professores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em relação à história da educação que a Sra. Deputada, há pouco, referenciava, eu acredito que os resultados positivos que nós temos, que dependem, de facto, do esforço de muitos e até de algumas políticas acertadas. Sra. Deputada não tenho problema em reconhecer isto. Agora, ainda são insuficientes e vocês são os primeiros a dizer que não estão satisfeitos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e a oposição não pode estar, o CDS-PP não pode estar mais insatisfeito, tem que estar insatisfeito. É o nosso papel.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Então, estamos as duas!

A Oradora: Agora, ficaria ainda mais satisfeita, se pudesse comparar resultados de hoje, por exemplo, com os resultados que eu vi numa apresentação da semana passada, sobre os resultados da educação nos inícios dos anos 20, em São Miguel e na Terceira. Ainda ficava mais espantada com os resultados a que chegámos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e se fôssemos comparar com o século XVI, seria o mesmo. Sabe que a minha veia histórica leva-me sempre a fazer estas comparações. É imperativo que a evolução nos obriga a crescer; a evolução obriga-nos a crescer. Era muito mau que 40 anos de democracia fosse mesmo zero. Eu não disse que foi zero,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Só alguns!

A Oradora: ... agora, temos ainda muitos indicadores negativos e temos que ultrapassar, porque são indicadores demasiado importantes. E a questão é esta. A questão das taxas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Alguns! Só alguns!

A Oradora: Taxas e rankings, de facto, não expressam tudo o que está na educação e muitas dessas taxas, já, há tempos, tive a oportunidade de fazer aqui algumas referências, muitos desses indicadores até são construídos numa perspetiva única, rácios simplistas, de primeira geração, e nós até temos que insistir em criação de indicadores multidimensionais, muito mais complexos. Mas não os temos, são estes que nós usamos. E a senhora também utilizou taxas e rácios para confrontar a minha posição, o que quer dizer que é óbvio que estamos a usar os mesmos argumentos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E isto é legítimo e é normal.

Outra questão também, que era muito importante aqui a referenciar. É claro, Sra. Deputada, que, por detrás das políticas educativas, estão políticas de carácter

social. Nós não temos dúvidas sobre isto. A estratégia e a intervenção na educação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aprenda!

A Oradora: ... é transversal, é multidimensional e, de facto, não depende única e exclusivamente das políticas de educação. Agora, eu não podia falar de todos os elementos aqui referentes, e agora estou a referenciar só para não ficarem omitidos.

Em relação ao paradigma do século XXI.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Estamos de acordo!

A Oradora: O paradigma século XXI, senhora, há teses e teses sobre esta temática e nós sabemos que um dos grandes problemas das escolas, hoje em dia, é, às vezes, serem demasiado experimentalistas ou serem experimentalistas conjunturais, ou seja, curta duração de implementação de reformas, que, às vezes, alteram a eficácia de resultados.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sim!

A Oradora: E isto também tem que ser pensado, e isto também tem que ser refletido. Portanto, não é só mudar, é mudar para melhor e dar tempo para que, de facto, estas implementações tenham resultados.

Chamava-me à atenção em relação ao paradigma do século XXI, uma questão muito importante: a participação dos pais. A participação dos pais e da comunidade, porque todos nós somos educadores,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada! Aprenda!

A Oradora: ... todos nós somos educadores, no âmbito das escolas, os *state holders* ou as partes interessadas somos todos nós (todos nós!).

Agora, só para terminar. Governar é uma responsabilidade, eu reconheço, governar é apresentar resultados e governar em autonomia, nos termos em que nós governamos, é uma responsabilidade ainda maior. Temos que ter melhores resultados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos esta declaração política. Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge reocupou o seu lugar de na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora à próxima declaração política, que cabe ao Bloco de Esquerda, e tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Instituto Nacional de Estatística publicou a 30 de Novembro deste ano um estudo sobre o risco de pobreza no nosso país.

Neste estudo podemos constatar que, a nível nacional e desde 2015, se inverteu o crescimento da taxa de risco de pobreza.

Apesar dos avanços alcançados, que não devemos menosprezar, o estudo aponta que cerca de 2,2 milhões de portugueses e portuguesas se encontram em risco de pobreza ou exclusão social.

Estamos a falar de 1/5 da população portuguesa que se encontra numa situação limite das suas vidas. Mesmo os ganhos acumulados nos últimos anos podem ser revertidos se as políticas que estão na origem destes ganhos não tiverem continuidade.

É indubitável, como salientam diversos académicos da área da sociologia, que concorreram de forma determinante para os ganhos no combate à pobreza os sucessivos aumentos do salário mínimo nacional, assim como a nova postura do governo na República sobre políticas e apoios sociais, como o abono de família, as pensões, entre outras.

Esta alteração de políticas de recuperação de direitos e salários só foram possíveis porque o governo do Partido Socialista na República teve o condicionamento à esquerda na Assembleia da República.

Não nos podemos esquecer que em 2015 o Partido Socialista se apresentou a eleições com a proposta de redução dos apoios sociais e pensões em 600 milhões de euros em quatro anos.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Não nos podemos esquecer que a este corte somava aos cortes perpetrados pelo governo de má memória de Passos Coelho e do PSD e CDS.

Mesmo o salário mínimo não era apresentado pelo PS com calendário e montantes definidos.

Deputado Francisco César (PS): Por acaso não é verdade!

O Orador: Todos nos lembramos das contrapartidas com as quais o PS estava disponível para agraciar os patrões através da diminuição da Taxa Social Única. Através de propostas concretas o Bloco de Esquerda, que não deixa de saudar estes ganhos, está consciente que se podia ter ido mais longe.

Mas este estudo do INE, pela primeira vez, divulga estimativas regionais de risco de pobreza. Saudamos este avanço.

No que diz respeito aos Açores este estudo, vem infelizmente confirmar as análises que estudiosos da área vêm, há muito, assumindo.

As taxas de risco de pobreza na nossa Região são as maiores do país. A taxa de risco de pobreza nos Açores atinge 31,5% dos açorianos e açorianas, enquanto a média nacional se cifra em 17,3%. Cerca de 75.000 açorianos estão em risco de pobreza ou de exclusão social. É esta a triste realidade com que nos deparamos no dia a dia.

Infelizmente este estudo não apresenta uma caracterização mais fina que nos permita uma análise mais profunda da matéria. Esperemos que este processo iniciado pelo INE tenha, depois, continuidade e aprofundamento.

Os números apontados e a sua disparidade em relação à média nacional geram grande preocupação.

Como sempre denunciámos nesta Assembleia o mote no sector privado nos Açores quanto a salários é o ordenado mínimo ou menos. A precariedade é um fantasma em crescimento.

As políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Regional são um mau exemplo no combate à pobreza e um incentivo ao sector privado para continuar com as suas más práticas.

A atestá-lo estão o abuso dos programas ocupacionais, a lógica de compressão salarial que preside ao novo modelo de financiamento do sector social, o uso e abuso de precários em organismos públicos, como são exemplo a própria RIAC, na Rede Valorizar, ou os cerca de 500 professores contratados.

Se estes exemplos demonstram o dia a dia, também no futuro não se vislumbram projetos que alterem o paradigma da nossa economia.

A decisão de concessionar - leia-se privatizar o porto da Praia da Vitória - insere-se nesta linha do trabalho barato e na externalização dos proveitos da atividade deste porto.

Na mesma linha se insere o micro projeto científico que se prepara para o Faial. O combate à pobreza, que devia ser um combate premente e imediato, não é prioridade do governo, apesar do plano de combate apresentado, que sendo um

sinal positivo, não está por si só à altura da gigantesca crise social que estes números revelam.

Neste combate inserem-se inúmeras propostas que o Bloco de Esquerda tem apresentado nesta casa e que na sua esmagadora maioria têm o chumbo do Partido Socialista.

Mais uma vez, e neste plenário apresentaremos uma proposta que visa combater a precariedade que, como todos sabemos, é uma das causas dos baixos salários. Refiro-me ao diploma apresentado pelo Bloco de Esquerda que exige que empresas apoiadas por dinheiros públicos tenham nos seus quadros, no mínimo 75% de trabalhadores sem termo, podendo ser esse valor reduzido para 50% no caso das microempresas.

Este é um pequeno passo, mas é um passo na direção certa no combate a este grande flagelo e por isso desafiamos o PS a dá-lo connosco.

O combate às desigualdades, o combate à pobreza, assim o exigem!

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

(Pausa)

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Esta intervenção do Bloco de Esquerda, ao contrário da primeira intervenção desta manhã, não é, de facto, nada surpreendente e nós até achamos que é pertinente trazer este tema a debate. No entanto, lamentamos que continuem, às vezes, a ser, digamos, exibidos um pouco como troféus e até com uma espécie de regozijo disfarçado, mas cada vez mais indisfarçável, os dados que vêm a público e que muito nos preocupam e que deviam preocupar de forma muito responsável todos os intervenientes nesta casa.

Esta produção, digamos, catastrofista que vem sendo apanágio de alguma oposição, fazendo tábua rasa de indicadores como os que, ontem, nós tivemos oportunidade de apresentar na nossa declaração política, nomeadamente os indicadores do relatório de desenvolvimento e coesão que colocam (e eu acho que tem que se repetir isto) os Açores como a única região do país a convergir com a média europeia com crescimento económico acima da média europeia,...

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e para nós, Sra. Presidente, são tão válidos os dados que são trazidos a esta câmara e que, enfim, nos conferem alguma tranquilidade, como os dados que são trazidos a esta câmara e que não nos deixam dormir tranquilos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Lamentamos também que a oposição, nesta casa, tenha muita dificuldade em perceber e, recentemente, tivemos aqui um debate onde isso também ficou claro, são incapazes de reconhecerem a importância capital de alguns dados, como, por exemplo, o dado da taxa de mortalidade infantil. Isto para nós é uma coisa que tem que se repetir à saciação, porque é daquele tipo de números, daquele tipo de estatísticas que não interessam nunca a quem quer fazer dos Açores uma catástrofe, mas a nós interessa-nos,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque os Açores, em 10 anos, deixaram de ser a região com maior número de casos ao nível da taxa de mortalidade infantil para o menor número de casos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Na região que é, aliás, a que tem a taxa de natalidade mais alta, é evidente que a taxa de natalidade mais alta traz alguns reveses, mas aí iremos.

Outra coisa que eu acho que é importante referir aqui. Os dados que, ontem, foram trazidos, e sobre os quais nada, nenhum interesse despertaram à oposição, nesta casa, também nos mostram uma coisa, que é o ponto de onde nós partimos, porque nós, se estamos a convergir acima da média, se somos a única região do país que está a convergir acima da média e, mesmo assim, ainda se debate com problemas de pobreza, imaginemos, Sras. e Srs. Deputados, o ponto de onde nós partimos, imaginemos a região que, em 1996, nós recebemos.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

A Oradora: Portanto, a comparação tem que ser transversal, mas também tem que ser feita uma leitura longitudinal, e sejamos sérios na abrangência da leitura dos dados que nos chegam.

Sra. Presidente, podem acusar-nos de muita coisa, ao Partido Socialista, mas há duas características que não nos subtraem, que é responsabilidade e coragem, e mais uma, que é a memória. E nós temos a memória, e eu penso que o Bloco de Esquerda não poderá também obliterar essa memória de que a direita, neste país, foi responsável pelo despautério governativo maior, mais inominável da democracia portuguesa. Portanto, nós não pudemos e, naturalmente, isto foi até referido pelo Sr. Deputado António Lima, mas isto é um dado muito relevante para a leitura dos dados que nós temos, agora, entre mãos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cem milhões foi o que os senhores negociaram com a troika e obrigaram o país a pagar!

A Oradora: É evidente que no Partido Socialista há uma preocupação, no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no Governo do Partido Socialista, há uma preocupação absolutamente premente acerca desta realidade.

Os números que nos chegam não são muito difíceis de perceber, se nós nos detivermos, por exemplo, na nossa realidade arquipelágica, que é, de facto, uma característica que nos põe, digamos, em desvantagem, e, se os Srs. Deputados forem consultar as estatísticas do INE espanhol, percebem, por exemplo, que nós estamos ao nível das Canárias! Nós não estamos contentes por estar ao nível das Canárias, nós queremos melhorar, mas há uma leitura e há uma interpretação que tem que ser feita também por comparação.

Nós temos uma economia assente em atividades que são tendencialmente menos bem ou mal remuneradas, do setor primário, e essa situação também é uma situação que nos preocupa, também é uma situação sobre a qual nos temos debruçado e que também contribuem, de alguma forma, ou de forma até bastante significativa para isto, para além de que temos as famílias mais numerosas do país. E isto é um dado absolutamente incontornável, com cinco ou mais elementos, a média nacional é de 6%, a média dos Açores é de 14, e em alguns concelhos a média é de 20%. E isto, obviamente, tem um reflexo muito direto nos números do risco de taxa de pobreza.

Há mais um dado aqui. Aqui há a tendência de... Pretende-se afirmar que os Açores são muito pobres. Não, Sra. Presidente, os Açores têm focos de pobreza muito significativos, sobre os quais nós temos que debruçar toda a nossa atenção.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas não é a atenção do Partido Socialista, é de todos nós,...

Deputado Manuel Pereira (PS): É das autarquias!

A Oradora: ... é das câmaras municipais. A Câmara Municipal da Ribeira Grande tem uma concentração de pobreza difícil de concebermos se pensarmos

que estamos no século XXI. Temos de combater todos isto e temos de chamar os responsáveis políticos de todas as frentes para intervir nesta matéria.

No entanto, também não podemos fazer, e repito a expressão, tábua rasa de questões como: sabemos que o rendimento disponível, nos Açores, é mais alto do que no resto do país; sabemos que temos os impostos mais baixos nos Açores; sabemos, aliás, ouvimos, e é curioso a declaração do Bloco de Esquerda tocar aqui em algumas matérias, quando o Bloco de Esquerda, no mês transato, chumbou, da sua parte chumbaria se tivesse poder para isso, digamos, mas posicionou-se contra o plano e orçamento que foi elogiado pela CGTP,...

Deputado João Paulo Ávila (PS): É verdade!

A Oradora: ... que não é exatamente um organismo que esteja a querer posicionar-se ao lado do governo, por considerar que este plano e orçamento para 2019 ajuda a combater a precariedade, ajuda a tratar dos problemas que assolam muitos açorianos ao nível destas circunstâncias.

Deputado Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, nós temos tido várias medidas, digamos, de curto prazo, e isto parece-me um dado óbvio para toda a gente, digamos, medidas de ação rápida: o Complemento Regional de Pensão, o COMPAMID, o complemento açoriano ao abono de família, o aumento que está previsto de 12% na remuneração complementar. Portanto, tudo isto são situações...

Deputado Luís Maurício (PSD): A Sra. Secretária disse que era uma medida assistencialista!

A Oradora: O governo e o Partido Socialista não acordaram agora para o problema da pobreza, como parece ter acontecido com alguns partidos nesta câmara.

Para além disso, o Partido Socialista tem a frontalidade e o desassombro de olhar para uma circunstância que nos preocupa, que é a pobreza, e enfrentá-la com o destemor com que enfrentou ao apresentar um documento que é pioneiro,

que é inovador, que é elogiado a nível nacional, que é a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

Deputado Francisco César (PS): Ouçam!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: O Presidente da República, insuspeita figura, achou que devia ser o modelo a seguir também no território continental, uma estratégia que cruza emprego, educação, saúde, solidariedade social, uma estratégia que chama todos (todos!): associações, câmaras, clubes desportivos, filarmónicas, escolas, chama toda a gente para o combate, chama toda a gente para este combate sem tréguas, mas que tem que ser feito por todos...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e que não pode ser arremessado como instrumento político, enfim, nestas tricas político-partidárias. Os Açores são nossos e nós temos de combater, todos, a precariedade, temos que bater, todos, a pobreza e somos todos responsáveis por ela, todos, cada um da sua forma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Os senhores é que são os responsáveis!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, é certo que está um pouco banalizado o recurso às situações, no entanto, eu não resisto a deixar aqui uma reflexão do Padre António Vieira, que me apareceu um dia destes, e que diz exatamente: “Nós somos o que fazemos, o que não se faz não existe. Portanto, só existimos nos dias em que fazemos, nos dias em que não fazemos, apenas duramos”. É uma pena que a oposição em geral e este Bloco de Esquerda...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... que se tem apresentado nos venha habituando, e digo mesmo com muita pena relativamente ao Bloco de Esquerda, como um partido que não tem feito senão durar.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Felicito, naturalmente, o Bloco de Esquerda pela sua declaração política e por voltar a trazer esta semana o tema da pobreza e este hemiciclo.

Queria salientar que, de facto, nós vivemos nos Açores uma situação de emergência social,...

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado gosta dessa expressão! Está sempre repetindo essa expressão!

O Orador: ... que resulta também da aprovação de um plano de combate à pobreza, que visa, naturalmente, enfrentar este problema, mas tenho que referir à Sra. Deputada Renata Correia Botelho que, no seu recorrente discurso de desculpabilização...

Deputado José Contente (PS): De explicação!

O Orador: ... e de procurar que todos tenham mais responsabilidades, diluindo, assim, aquelas que são as responsabilidades objetivas de quem está há 22 anos a governar os Açores, e dizer-lhe que, por exemplo, o ponto de partida, Sra. Deputada, era, há 10 anos, em 10 anos, ter aumentado em 22% o número de alunos que necessitam de ação social escolar.

Deputado Francisco César (PS): Aumentamos o número de alunos!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Esses alunos estão todos na escola agora. Não fica ninguém em casa!

O Orador: Esse é um ponto de partida que, nos últimos 10 anos, revela bem a situação em que chegou a Região Autónoma dos Açores.

Eu percebo que os senhores aproveitem a Sra. Presidente estar ocupada para fazerem esse ruído todo, mas eu vou procurar continuar a minha intervenção sem incomodar muito, sem tentar não me incomodar muito com o ruído da sala feito pelo Partido Socialista.

Mas é bom lembrar que este estudo do INE revela que os Açores têm uma taxa de risco de pobreza de 31,5%, praticamente o dobro da taxa de risco de pobreza a nível nacional, que os Açores têm praticamente o dobro dos beneficiários do RSI, que é bom sempre lembrar,...

Deputado Francisco César (PS): É bom sempre lembrar, porquê?

O Orador: ... é o apoio aos mais pobres de entre os pobres, é o apoio para quem tem muitas dificuldades ou mesmo absolutas dificuldades em poder levar o seu dia a dia, em que muitos até estão empregados, e isso revela bem o nível em que os Açores estão nessa matéria.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Nos Açores têm-no todos os que precisam dele!

Deputado André Bradford (PS): Pergunte ao Sr. Deputado Jaime Vieira como é que isso funciona?

O Orador: Eu podia também falar do abandono escolar precoce, no facto de dois em cada três alunos precisarem de ação social escolar, o tal aumento de 22% em 10 anos, no facto do desemprego jovem atingir um em cada três jovens e dos outros 2,70 % deles terem empregos precários. Podia falar, enfim, daquilo que têm sido os inúmeros alertas que, ao longo dos últimos anos, todos têm feito a este poder instalado nos Açores, a este socialismo que gosta de falar da

sua vocação social, mas que continua a meter na margem da sociedade desenvolvida, que os senhores dizem, e do progresso...

Deputado José Ávila (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... um em cada três açorianos em risco de pobreza. Podíamos dizer, e é verdade, porque é isso que resulta de estudo do INE, é que 31,5% dos açorianos estão em risco de pobreza.

Deputado Carlos Silva (PS): E onde é que está o maior risco?

O Orador: E, portanto, podia, enfim, falar dos outros indicadores sociais negativos que a região apresenta e que, infelizmente, ao longo da última década, têm sido recorrentemente os piores do país.

Os senhores podem continuar a dizer que evoluiu o PIB per capita, entre 2010 e 2016, mas, entre 2008 e 2016, os resultados são completamente diversos.

Deputado André Bradford (PS): Pergunte ao Sr. Deputado Jaime Vieira como é que funciona em Rabo de Peixe? O Líder do PSD é que devia falar sobre isso! A Câmara da Ribeira Grande é um grande exemplo disso!

Deputado Jaime Vieira (PSD): Vossa responsabilidade!

O Orador: Portanto, basta mudar um bocadinho a análise estatística para se demonstrar que o vosso sucesso é apenas um sucesso virtual. Podia, por exemplo, também, e acho que devo pedir ao Partido Socialista que olhe um pouco para aquilo que dizem aqueles que trabalham, há muitos e muitos anos, com o fenómeno da pobreza, como, por exemplo, o Monsenhor Weber Machado, e dizer-lhes que tomem atenção que uma legião de pobres e excluídos dos Açores devia tirar o sono a muita gente. Infelizmente, parece que os senhores continuam a dormir descansados com esta situação de pobreza. E o interesse que este tema e a verdadeira ...

(Burburinho)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu vou tentar terminar dizendo apenas o seguinte. A importância que este tema tem para a sociedade açoriana, que devia-nos tirar o sono a todos, nesta casa, que devia levar-nos a, de facto, termos uma preocupação efetiva em libertar os Açores da cauda dos indicadores sociais do país é revelado quando, da parte do Partido Socialista,...

Deputado Francisco César (PS): Qual é a sua estratégia, Sr. Deputado?

O Orador: ... quando se fala deste tema, agora, a grande preocupação é com o Presidente da Câmara da Ribeira Grande e com a Ribeira Grande. Por aí se vê que os senhores o que querem é fazer politiquice com as questões da pobreza, preocupam-se apenas com o ataque político. Isso, para os senhores, é que é importante, não é importante o verdadeiro combate à pobreza, é importante é desviar as atenções e procurar culpados onde eles não existem.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Renata Botelho, devo dizer que respeito V. Excelência, sei que é uma humanista, mas devo-lhe dizer também o seguinte. Esse seu discurso, desculpe, de coitadinhos, que não é possível mais, que a responsabilidade é de todos, é nossa, mas é vossa. Os senhores têm que assumir a vossa responsabilidade. Quem é que tem governado a região? Quem é que governa a região há 22 anos? Quem é que aplica as políticas há 22 anos? Quem é que tem a responsabilidade de governar a região há 22 anos? E diz-me a Sra. Deputada

que não há um problema (termino Sra. Presidente) de pobreza na região! Mas em que mundo é que V. Excelência está? Em que mundo é que Vossa Excelência está?

Nós temos problemas gravíssimos para resolver, mas a primeira responsabilidade é do Governo Regional, porque é essa responsabilidade que vos foi atribuída...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... pelos açorianos. É essa a responsabilidade que vos foi atribuída pelos açorianos e os senhores não têm resposta.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): O Sr. Deputado não está neste mundo!

O Orador: É penoso (termino, Sra. Presidente) verificar, nestes últimos anos de governo do Partido Socialista, neste fim de ciclo, que os senhores não têm resposta para resolver os verdadeiros problemas da região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, caríssima, pela direita açoriana e portuguesa respondo eu, aqui, neste Parlamento. O CDS é o partido de direita, nesta casa, e, portanto, quando V. Excelência refere a direita, referiu-se, naturalmente, ao CDS.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não! O PS também é um partido de esquerda!

O Orador: E eu gostaria de, nesse sentido... O partido, vou repetir, mais uma vez: o partido de direita em Portugal e nos Açores é o CDS, neste momento.

Deputado José San-Bento (PS): Sociologicamente também é!

O Orador: E, portanto, Sra. Deputada, eu estou a responder-lhe exatamente porque fui interpelado por si.

Devo dizer que, efetivamente, chegou-se a 2015 numa situação em que o risco de pobreza aumentou, até 2015, mais precisamente entre 2011, 2010 e 2015. Mas a Sra. Deputada sabe porquê? Porque fomos obrigados...

Deputado Manuel Pereira (PS): Foram além da troika!

Deputado José San-Bento (PS): Além da troika!

O Orador: Eu gostaria que ouvissem!

... a resgatar um país que estava à beira da falência;...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... porque fomos obrigados a ter que tomar decisões que um governo irresponsável, do seu partido, do Partido Socialista, deixou Portugal na bancarrota. Isso são dados internacionais, das mesmas estatísticas que a senhora aí citou. E, portanto, foi um governo patriótico de recuperar e devolver o país aos portugueses. E tanto que os portugueses reconheceram que foi um bom governo, que lhe deram a vitória nas eleições, Sra. Deputada. Deram-lhe a vitória nas eleições!

Deputado José San-Bento (PS): Então não deram? Então por que é que não está a governar?

Deputado Bruno Belo (PSD): Não está porque houve uns espertos!

O Orador: E depois, por um golpe político, sem precedentes em Portugal, se constituiu a geringonça do Partido Socialista, do PCP e do Bloco de Esquerda, que não ganharam as eleições. Pela primeira vez em democracia, em Portugal, está o Partido Socialista e este governo, que não ganhou eleições, a governar. Portanto, a responsabilidade...

Deputado Manuel Pereira (PS): Ainda bem para Portugal!

O Orador: Ainda bem que agora os robalos já começam a vir ao de cima. Portanto, as caixinhas de robalos já se começam a ver onde é que vão dar.

Portanto, se me permitem, agora, a Sra. Deputada Rute Gregório acabou, há bocado, de dizer que exercer a governação é responsabilidade, mas exercer uma

governação e a autonomia é uma responsabilidade ainda maior. “Queremos resultados”, disse a Sra. Deputada e eu subscrevo.

Deputado André Bradford (PS): Isso é “auto-plágio”!

O Orador: A baixa taxa de mortalidade infantil, que nós estamos todos satisfeitos com isso, mas ela baixou também em Portugal, está praticamente no mesmo nível, praticamente igual. A nossa é mais baixa, umas décimas.

E, portanto, Sra. Deputada, eu queria fazer-lhe um desafio e ao seu governo: queremos mais! Eu queria, por exemplo... O que eu não percebo, Sra. Deputada, é, ao fim de 22 anos, e dos bons indicadores, e do défice de 0,0000001, termos de fazer um plano de combate à pobreza nos assuntos;...

Deputado André Bradford (PS): Temos que fazer, todos juntos!

O Orador: ... não percebemos porquê. Se têm bons resultados económicos e financeiros, por que é que não atuaram na pobreza há mais anos.

Eu gostaria, Sra. Deputada, como V. Excelência gostaria, e é um desafio que lhe faço, tal e qual a taxa de mortalidade por cancro de pulmão, não fosse a maior do país. Foi dito pelo Sr. Presidente do Governo, há dois anos...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou terminar, Sra. Presidente.

Não se fez nada, continua igual!

Eu gostaria, Sra. Deputada, que as nossas crianças, que não tivéssemos a maior taxa de obesidade infantil, e essa maior taxa de obesidade infantil, porque não fazemos nada, nessa matéria; eu gostaria de fazer mais, Sra. Deputada, e daremos o nosso contributo. Tem vindo a aumentar, a taxa de obesidade infantil.

Deputado André Bradford (PS): Não, senhor!

O Orador: Aumentou, sim, senhor!

A taxa de obesidade infantil. A taxa de mortalidade por diabetes. A taxa de mortalidade por doença isquémica do coração é o dobro da nacional.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade!

O Orador: Oh, Sr. Dr. Domingos Cunha, não me diga que não é verdade, porque esses são os números reais e eu...

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo.

O Orador: Taxa de mortalidade por cancro de pulmão? É ou não a maior país? É ou não?

Deputado Carlos Cunha (PS): E porquê?

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor sabe que não é verdade! Fale das outras!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, agradecia que terminasse.

O Orador: Os senhores não querem...

A taxa de mortalidade por cancro de pulmão é a maior taxa de mortalidade do país. A taxa de mortalidade por doença isquémica do coração é a maior do país. Aliás, para uma região que teve um programa de combate às doenças cerebrovasculares, o resultado, três vezes, o resultado foi zero!

Portanto, Sra. Deputada Renata Correia Botelho, conte connosco para melhorar estes indicadores, conte connosco; agora, não estamos satisfeitos, queremos mais, queremos melhor, porque temos autonomia para sermos melhores.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(Burburinho)

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Os senhores, se quiserem, eu posso sentar-me e os senhores acabam de falar. Não há problema nenhum!

Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Bruto da Costa, caros colegas de Governo:

Começo por cumprimentar o Bloco de Esquerda por trazer aqui, em declaração política, este tema, e lamentar também que este debate não possa ser feito de forma mais aprofundada e com mais tempo, tendo em conta a matéria em causa e a sua relevância.

Há uma coisa que o Governo dos Açores não faz nem promove que é uma visão sectária da sociedade açoriana. Não temos nem promovemos uma visão sectária da sociedade açoriana ou de qualquer setor da nossa comunidade. E da mesma forma que é relevante e que são relevantes os dados que constam no relatório que o Sr. Deputado António Lima referiu, também são relevantes indicadores e dados que constam noutros relatórios, noutros âmbitos e que também já foram aqui discutidos e abordados, várias vezes. Ou seja, na nossa perspetiva, não é correto nós avaliarmos uma área, uma questão, neste caso o relatório do INE sobre o risco de pobreza, e esquecermos, e fazermos de conta que não existem indicadores positivos em muitas outras áreas da governação e em muitas outras áreas económicas e sociais da nossa região. Portanto, uma abordagem correta e política e intelectualmente honesta sobre esta matéria tem que ter em conta tudo isto, tem que ter em conta o contexto social em que vivemos e tem que ter em conta também, na nossa opinião, a evolução do passado recente desse contexto económico e social. E, certamente, Sr. Deputado António Lima, reconhecerá que seria, eventualmente, mais fácil para os Açores, para o Governo dos Açores ter essa visão sectária de só falar nas coisas boas e se olhar para as coisas boas; mas não o fizemos e não o fazemos.

Fez anteontem um ano que o Governo dos Açores apresentou publicamente, pela voz do Presidente do Governo, o Plano Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Criámos um período de discussão pública, solicitámos

contributos, reunimos um conjunto de especialistas muito relevantes do nosso país, nessa área, e seria, com certeza, mais fácil não o fazermos, e, enfim,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... fazermos de contas que essa não é uma questão, mas essa é uma questão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro que é! Está à vista de toda a gente! É impossível fazer de conta de que não existe!

O Orador: Mas essa é uma questão! Esse é um desafio que tem que ser vencido. As bolsas de pobreza que temos na nossa região são um grande desafio que o Governo dos Açores e todos os que aqui estão sentados e todos os órgãos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores é que têm responsabilidade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não são todos! Se é no plano regional, não são todos!

O Orador: ... quer órgãos de governo próprio, quer órgãos de poder autárquico, quer parceiros sociais, têm, na nossa perspetiva, a obrigação de contribuir para resolver ou para minimizar.

E nessa estratégia de combate à pobreza e exclusão social está um conjunto de ações, estratégias, de medidas que visam, precisamente, intervir para minimizar esse fenómeno, na área da saúde, na área da educação, na área da solidariedade social, na área da criação de emprego, e isso consta nesse plano, plano esse que está, aliás, a ser materializado através dos seus planos bianuais, plano bianual, esse, o primeiro plano bianual, que já tem, das cerca de 83 ações previstas, mais de 75% em execução.

Isto mostra, Sras. e Srs. Deputados, o *modus operandi* e o quadro mental do Governo dos Açores e do Partido Socialista. É que nós não escamoteamos a realidade, nós não temos uma visão sectária da realidade, nós sabemos o que estamos a fazer, nós reconhecemos e acolhemos com agrado, naturalmente, os bons indicadores em várias áreas, mas nós não deixamos ninguém para trás.

Deputado Marco Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: Nós reconhecemos que existem problemas na área da pobreza, na nossa região, que têm que ser resolvidos, e é isso que nós estamos a fazer, e é esse o trabalho que nós estamos a fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não parece!

O Orador: E, Sr. Deputado João Bruto da Costa, não tenha a mínima dúvida que nos tira o sono a existência de pobres na nossa região; não tenha a mínima dúvida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não parece!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Tira-nos o sono saber que há açorianos em situação de pobreza, não tenha a mínima dúvida. E, Sr. Deputado Bruto da Costa, nós somos políticos, estamos aqui a fazer e a discutir política. Não estamos aqui a fazer tricas partidárias. Sr. Deputado João Bruto da Costa, politicamente é muito relevante que o Presidente do PSD Açores e Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande,...

Deputado Carlos Silva (PS): A part-time!

O Orador: ... quando lhe foi solicitado que contribuísse para a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social não o tenha feito. Politicamente, nós entendemos que é relevante, porque o combate à pobreza e exclusão social...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade!

(Burburinho)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... é uma obrigação de todos, é uma responsabilidade de todos, em diversos patamares, com certeza. O Governo dos Açores assume as suas responsabilidades,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... mas é inquestionável que o PSD Açores, na questão da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, teve falta de comparência, não apresentou contributos. O Sr. Presidente do PSD Açores, enquanto Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, não apresentou contributos, e, do ponto de vista político, Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Sr. Secretário, isso é desonesto da sua parte! O PSD Açores contribuiu neste plano!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... isso, para nós, é relevante.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é desonesto!

Deputado Luís Maurício (PSD): Ele está lá há 6 anos, os senhores estão há 22!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Não havendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para fazer o encerramento da declaração política.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pelo fim.

Falou o Sr. Secretário Regional de uma visão sectária da realidade pela parte do Bloco de Esquerda. Nós trouxemos aqui a debate um documento que todos reconhecem que é importante, que é sério, que vem de uma entidade idónea, reconhecidamente competente na matéria, e trouxemos aqui com toda a legitimidade.

Ontem, o Partido Socialista fez uma declaração política sobre outro estudo, sobre outro documento, não falou sobre o estudo do INE.

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que o Bloco de Esquerda disse sobre isso?

O Orador: Julgo que as acusações de sectarismo por parte do Sr. Secretário Regional aplicar-se-iam, se fossem sérias, também ao Partido Socialista.

Nós escolhemos este assunto, porque ele marca um novo,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... uma nova fase nos estudos e no combate à pobreza, nos Açores, porque há dados novos e que têm que ser tidos em conta.

Relativamente aos rendimentos que têm os açorianos, ouvimos várias vezes o Governo Regional, pela voz do Sr. Vice-Presidente, dizer que os açorianos têm cerca de mais 270 milhões de euros, e foi referido pelo Partido Socialista, não com esses números...

Deputado Carlos Silva (PS): 263? Já aumentou!

O Orador: ... (263 milhões de euros, para ser mais preciso), que os açorianos têm mais rendimento.

Deputado Carlos Silva (PS): O rendimento disponível diz isso!

O Orador: Agora, olhando para o estudo do INE, nós o que vemos é que cada açoriano tem, por ano, menos 1834 euros, isso são cerca de 160 milhões de euros, por ano, que cada açoriano tem a menos.

Deputado Carlos Silva (PS): O rendimento disponível por ano diz que tem mais 400 euros por ano do que o continente!

O Orador: Estamos, nessa matéria, mesmo comparando com a Madeira, muito abaixo, 800 euros abaixo do rendimento médio que existe na Madeira.

Este estudo do INE, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vem, efetivamente, em boa hora, trazer luz sobre o problema, sobre a problemática da pobreza, nos Açores, talvez o maior flagelo social que esta região sofre. E o primeiro passo

para resolvê-lo, o primeiro passo para ter políticas que a combata é, efetivamente, conhecer o problema, é debatê-lo, e foi isso que pretendemos ao trazer aqui esta declaração política.

As políticas sociais são importantes e são, obviamente, uma forma de atenuar a pobreza e, como vemos nesse estudo, são elas que tiram milhares de portugueses, milhares de açorianos e açorianas da pobreza. E no último orçamento, porque se falou aqui no orçamento, o Bloco de Esquerda propôs que se aumentasse o Complemento Regional de Pensão, o chamado “cheque pequenino” em 15 euros. Qual foi a posição do Partido Socialista para tirar centenas ou talvez alguns milhares de açorianos idosos da pobreza? Foi chumbar a proposta do Bloco de Esquerda de um complemento que...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... não é atualizado há vários anos.

Mas as verdadeiras políticas de combate à pobreza são políticas económicas. É pela economia, Sras. e Srs. Deputados, que se resolve e que se combate, efetivamente, a pobreza, e as políticas económicas dos sucessivos governos do Partido Socialista em nada têm contribuído para isso.

O crescimento do PIB, que já foi também aqui referido, não é indicador para o combate à pobreza. Se numa região com a desigualdade que existe nos Açores, em que mais de 31% da população está em risco de pobreza, o crescimento do PIB, o que significa que alguns comem o bolo todo e outros ficam só com as migalhas.

O que é preciso são políticas públicas que, efetivamente, promovam o crescimento, mas promovam essa redistribuição, a justa distribuição do crescimento, e isso faz-se de várias formas, faz-se investindo em setores de valor acrescentado, com criação de emprego, e faz-se combatendo a precariedade, que é isso que ainda, hoje, iremos também debater.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos, assim, esta declaração política.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra? Para uma interpelação?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental.

Nós vamos encerrar os nossos trabalhos, agora, de manhã, e regressamos às 15 com a Agenda.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

(O Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)

Vamos, então, entrar na Agenda, nomeadamente no ponto 7: _Projeto de Resolução n.º 70/XI – “Recomenda ao Governo Regional que crie as condições necessárias para que as unidades orgânicas da Região recuperem a gestão dos refeitórios e cantinas e a consequente confeção das refeições escolares”, Projeto de Resolução este que é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e sobre o qual foi também entregue na Mesa uma proposta de substituição integral, que, entretanto, foi substituída por todos e é a sobre a mesma que incidirá o debate e a posterior votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Submetemos a presente iniciativa com a convicção de que algo não está bem no que respeita à quantidade, qualidade nutricional e de confeção das refeições servidas nas escolas públicas da região. A nossa convicção sustenta-se nas denúncias públicas de alunos e progenitores, as quais têm servido de motivo para vários requerimentos e perguntas por escrito dirigidas ao Governo Regional. Estas denúncias demonstram a falta de qualidade das refeições servidas e não permitem normalizar um problema persistente nas nossas escolas públicas.

Ainda na legislatura anterior, apresentámos uma iniciativa para que se aferisse da qualidade das refeições escolares com o objetivo de perceber o que realmente se anda a passar nas cantinas das escolas públicas. Contudo, talvez por receio de o retrato que poderia resultar dessa avaliação, o Partido Socialista reprovou a nossa iniciativa.

Três anos depois da rejeição por parte da maioria do Partido Socialista, o Secretário Regional da Educação e Cultura não consegue ainda realizar uma avaliação comparativa da qualidade das refeições servidas nas escolas que concessionam as refeições a empresas de catering e as poucas escolas que resistem e gerem diretamente as suas cantinas e confeccionam as suas próprias refeições.

Sabemos que a concessão das refeições escolares a empresas de catering foi uma posição ideológica e economicista, uma opção não de cada escola, mas da tutela, pois é a tutela quem faculta a cada escola as condições financeiras e os recursos humanos.

Foi a tutela que alinou na política de não só reduzir o financiamento, com também não renovar o pessoal especializado, afeto ao serviço, e unificou as várias carreiras especializadas numa só, a de assistente operacional.

As escolas públicas foram condicionadas, como que obrigadas a concessionar a confeção das refeições escolares a empresas com pessoal precarizado e mal remunerado, até porque estas empresas são incentivadas a praticar preços cada

vez mais reduzidos para atender àquele que é o critério de adjudicação determinante. Uma opção economicista traduzida num valor máximo de adjudicação que não deve alcançar metade do subsídio de refeição na Administração Pública, ou seja, não pode ultrapassar os 2,39€. Este critério é um verdadeiro convite à prática de *dumping* e um atentado contra a qualidade e quantidade das refeições distribuídas a crianças e adolescentes.

A gestão das cantinas públicas não pode ser um negócio. O *outsourcing* e as concessões não podem ser o alfa e o ómega dos serviços públicos.

Imaginem a escola do futuro se se continuar a alimentar a ideia de que tudo pode ser concessionado ou objeto de *outsourcing*; imaginem uma escola onde a biblioteca é concessionada, o pessoal não docente, especializado ou não, constituído por desempregados ocupados (por incrível que pareça, atualmente, temos assistido a essa situação) ou recrutados numa qualquer empresa de trabalho temporário. E, já agora, porque não também os professores, que, desta forma, deixariam de ter uma ligação laboral com a tutela?

Portanto, não estamos, hoje, a debater o futuro de um serviço que depende o exercício de uma competência de gestão, no quadro da autonomia das escolas, porquanto a qualidade da alimentação de crianças e adolescentes não é uma questão de escolha.

Não faz sentido entregar a responsabilidade pela qualidade das refeições servidas aos alunos da escola pública à lógica do negócio ou à gestão direta das escolas. É esta gestão direta que nos garantiria de contar com pessoal especializado e de responsabilização direta e exclusiva da tutela pela qualidade do que é servido aos alunos. Estamos aqui a colocar em causa uma opção ideológica de fundo e que, afinal de contas, foi sempre da responsabilidade da tutela.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não iria intervir, de facto, nesta matéria, não fosse a vida ser realmente uma entidade estranha e traiçoeira e, neste momento, a nossa camarada que profundamente se tem debruçado sobre esta temática estar a passar uma situação pessoal da maior gravidade e, portanto, não poder estar aqui a fazer este debate.

É um debate que, naturalmente, é caro também ao Partido Socialista e cujos argumentos eu procurarei, digamos, dar nota a esta câmara, de forma clara e sucinta, para que também possamos perceber a posição do Partido Socialista, neste particular.

Do ponto de vista do Partido Socialista, esta proposta, que, aliás, não colhe a concordância de um número significativo de escolas que foram auscultadas para o para a elaboração do relatório da Comissão de Assuntos Sociais, impõe, digamos, procede a uma forte imposição ideológica que reclama uma gestão direta das cantinas, que reclama para as escolas uma gestão direta para as cantinas, para todas as escolas, mesmo para aquelas que, com sucesso, têm a sua gestão concessionada. Este é um assunto que, como sabemos, decorre, está incluído na autonomia e gestão das escolas. Nos Açores, há 29 escolas com gestão concessionada, cinco de gestão direta e três mistas. Pelo que sabemos também, cerca de 50% dos alunos, 40, 50% dos alunos comem nas suas escolas. Para muitas escolas, a gestão concessionada é a forma mais eficaz e com qualidade para assegurar este assunto, portanto, a confeção de refeições e o fornecimento de refeições aos seus alunos, que as escolas têm, e também todos sabemos, pugnado por diversificar, indo também ao encontro daquela que vem sendo a pretensão dos educadores, dos pais, dos alunos e de todos nós de ter a garantia de que as nossas escolas são capazes de responder às suas várias solicitações.

A premissa do Bloco de Esquerda com esta proposta é de que liminarmente uma gestão direta iria proporcionar necessariamente, e peço desculpa pelo exagero dos advérbios de modo, uma alimentação mais saudável. Não há, no nosso entender, qualquer evidência de que assim seja. A qualidade de uma refeição não se mede pela tipologia da sua gestão. Pelo que sabemos, nas 29 unidades orgânicas concessionadas (pelo que sabemos, pelo que foi dito pelo Sr. Secretário Regional em comissão), das 29 unidades orgânicas com gestão concessionada, foram reportadas, no ano letivo passado, cinco reclamações, que, com certeza, mereceram toda a atenção com que têm que ser tratadas, naturalmente. Por ano letivo, são feitas largas dezenas de vistorias sem aviso prévio, e também nos disse o Sr. Secretário, em comissão, que, no ano anterior, foram feitas cerca de 150 vistorias deste tipo, portanto, há um acompanhamento estreito por parte do Governo Regional.

E por tudo isto não nos parece que esta imposição, sem margem de escolha, digamos que por decreto, seja uma boa ideia, não nos parece que constitua qualquer vantagem para as escolas, pelo contrário, poderá trazer até algumas entropias, e mais importante do que tudo isso, não nos parece que represente um ganho efetivo para os alunos, no que à sua alimentação respeita.

Portanto, por todas as razões que procurei elencar aqui, este diploma não contará com o com o voto favorável do Partido Socialista.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Rute Gregório.

(*) **Deputada Rute Gregório (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queremos estar todos de acordo quando afirmamos que, em Portugal, em matéria de alimentação escolar, existe um corpo normativo, mas também orientador bastante atualizado, desde o manual para os alimentos saudáveis nos

refeitórios escolares, *Capitação de géneros alimentícios para refeições em meio escolar 2015*, às mais recentes, 2018, *Orientações sobre ementas e refeitórios escolares*. Também queremos estar todos de acordo e, segundo os referidos manuais de referência, quanto à alimentação, constituir uma das principais determinantes de desenvolvimento cognitivo e do rendimento escolar dos jovens e crianças, quanto à alimentação escolar, assumir-se como uma verdadeira medida da ação social escolar que se encontra expressa na Lei de Bases do Sistema Educativo Português, quanto à alimentação escolar, visar a segurança o equilíbrio e a adequação às necessidades dos jovens e das crianças. E, de facto, não é por acaso que a Organização Mundial de Saúde enfatiza e promove o princípio de que uma alimentação saudável e nutricionalmente equilibrada deve ser uma prioridade em todas as políticas escolares.

Mas, para além das necessidades energéticas nutricionais e de saúde referidas, as refeições escolares ainda respondem, e com base na literatura sobre a matéria, a funções pedagógicas, pela possibilidade de reforço de conteúdos programáticos lecionados na sala de aula; a funções sociais, pela possibilidade de reforçar competências relacionais e regras de convivência; a funções culturais, pela transmissão e preservação de rituais, receitas, produtos e formas de confeção tradicionais dos alimentos, respeito e salvaguarda, por exemplo, da dieta mediterrânica, que todos sabemos não só é património imaterial mundial da humanidade, como se constitui numa dieta tradicional, de qualidade elevada, segundo os mais altos padrões da atualidade, entre outras funções.

Em suma, quando falamos em refeições escolares e em refeitórios escolares, para nós, CDS-PP, não estamos a tratar de assuntos menores ou colaterais em termos de políticas educativas. Por isso, só podemos defender a garantia da segurança da melhor qualidade da alimentação nos refeitórios no quadro das políticas escolares públicas. Já no que toca aos modelos de gestão desses refeitórios e cantinas, se direto, se concessionado ou se misto, para o CDS-PP,

tal não constituirá problema, desde que fique claramente acautelado tudo o que atrás enunciámos como essencial a uma limitação em refeitório escolar.

Há, no entanto, duas questões que nos parece de ver o Governo Regional persistente e aperfeiçoadamente acautelar e assegurar. Em primeiro lugar, o controlo, a monitorização e a fiscalização dessas refeições. Assegurou-nos o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, em sede de audições, que tal era feito e que existiam recursos humanos especializados para o efeito, nomeadamente três nutricionistas, não estamos certos, não obstante se a periodicidade, frequência e até o número de profissionais adstritos à função são, de facto, os necessários e nos garantem tranquilidade na matéria. É uma dúvida. Em segundo lugar, quando se afirma que o modelo de gestão concessionada não foi imposto a nenhuma escola, isto pode ser teoricamente verdade, mas o facto de algumas escolas e comunidades escolares terem manifestado vontade de fazer a gestão direta dos refeitórios, na condição da tutela assegurar as condições para o cumprimento de tal desígnio, tal faz-nos antecipar que, à partida, estão condicionadas na opção,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro que estão!

A Oradora: ... ou seja, não terão condições para tal e, por isso, optaram ou optarão por outra via.

Portanto, se o projeto de resolução em análise está eivado de pressupostos ideológicos, que o CDS-PP não subscreve, e corresponde a uma agenda própria e conhecida dos deputados bloquistas, até a nível nacional, a verdade é que também, ao não garantir condições de partida inequívocas para uma gestão direta dos refeitórios, o Governo Regional não está a dar hipóteses de opção e escolha às escolas para que estas possam decidir qual o modelo que lhes garanta um serviço de qualidade, eventualmente, o de gestão direta. E isto, parece-nos, importava definir e assegurar. Muito obrigada.

Deputados Artur Lima e Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Senhora Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A defesa da gestão pública das cantinas escolares, a par da garantia da qualidade das refeições escolares, tem sido matérias sobre as quais o PCP tem vindo a intervir de forma a assegurar uma boa gestão pública e uma alimentação equilibrada aos alunos.

A Representação Parlamentar do PCP, por várias vezes, tem denunciado a falta de qualidade das refeições servidas em alguns estabelecimentos escolares da região e exigido ao governo a tomada de medidas para solucionar um problema identificado por professores, funcionários, pais e alunos.

A função dos refeitórios escolares nas escolas está longe de ser aquela que é publicitada pelo Governo Regional. Como podemos observar nas escolas, por exemplo, da ilha do Faial, este espaço tem tido uma de missão satisfazer, a nível nutricional, as crianças e jovens que ali almoçam, nomeadamente no Faial, não é isso que acontece. Há muitas queixas relativas à falta de qualidade das refeições servidas nas cantinas escolares da região e à insuficiência de trabalhadores, nestes refeitórios.

O PCP sempre denunciou que a entrega da gestão de cantinas escolares à concessão privada era um caminho de desresponsabilização do governo, que podia acarretar perdas na qualidade, em termos de refeições servidas os alunos, bem como das próprias condições de trabalho dos funcionários. Em muitos casos, foi reconhecido pela comunidade escolar que a qualidade e quantidade de comida servida pelos concessionários passou a ser muito inferior à que era antes confeccionada pelos trabalhadores das escolas, com tal responsabilidade.

Ao apreciarmos o estado em que, atualmente, as refeições escolares são distribuídas, salvo exceções, existe um claro privilégio no critério preço versus critério qualidade.

Perante este facto, que a realidade revela e que tantas queixas tem originado relativas à qualidade das refeições servidas nas cantinas escolares concessionadas a empresas privadas, a Representação Parlamentar do PCP defende que sejam garantidas a qualidade dessas refeições escolares.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP concorda que o Governo Regional crie um procedimento para a reversão da concessão de cantinas escolares para gestão pública e que, simultaneamente, assegure os meios humanos e materiais necessários ao bom funcionamento das cantinas escolares e à qualidade das refeições fornecidas. A escola pública tem o dever de garantir o fornecimento de refeições de qualidade em quantidade suficiente e nutricionalmente equilibradas a todos os alunos, independentemente do estrato socioeconómico das famílias a que pertencem, da ilha em que vivem ou do ciclo escolar que frequentam.

O PCP defende que deve ocorrer o regresso da exploração das cantinas à gestão das escolas quando haja lugar a rescisão de contrato por falta de cumprimento do caderno de encargos, bem como no final do contrato de concessão. Significa isto que a adoção, a partir do ano letivo 2019/2020, das medidas necessárias para que seja assumida a gestão direta das cantinas escolares nas escolas da região, de forma progressiva, permitindo que, simultaneamente, seja possível assegurar os meios necessários ao bom funcionamento das cantinas escolares e à qualidade das refeições fornecidas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP tem vindo a acompanhar situações de degradação da qualidade da comida servida nos refeitórios escolares com gestão privada. A opção política de concessão dos refeitórios tem tido consequências muito negativas na degradação da qualidade da comida confeccionada no serviço servido aos alunos, mas também na degradação de condições de trabalho dos trabalhadores ao serviço dessas empresas (salários baixos, vínculos precários), quando

correspondem a uma necessidade permanente das escolas. Esta situação impõe redobrada vigilância à qualidade da comida servida e a um acompanhamento constante às necessidades referenciadas pelas escolas.

Para a Representação Parlamentar do PCP é fundamental garantir uma alimentação saudável às crianças de idade escolar; as refeições escolares devem ser equilibradas e adequadas às necessidades das crianças das respetivas faixas etárias, tanto a nível nutricional, como a nível de proporção de quantidades.

Sendo a alimentação saudável um fator primordial para que os alunos tenham um bom desempenho nas aulas, assim se promovendo o sucesso escolar, jamais será atingido com crianças em situações de carências nutricionais devido à fraca qualidade e/ou quantidade das refeições que ocorrem nas cantinas escolares concessionadas por empresas privadas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como todos sabem, eu tenho acompanhado esta matéria, há vários anos (Sr. Deputado!), com cuidado e olhando para cada realidade escolar de forma específica.

Devo dizer que, no caso da escola do Corvo, até me empenhei, como todos sabem,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para além das suas forças!

O Orador: ... para além das minhas forças, para resolver uma questão de uma profunda injustiça. O que eu pretendo aqui é que, e, neste momento em que estamos a discutir esta questão das refeições escolares, há uma escola que continua sem refeições escolares e a informação que tenho é que, a partir de janeiro, os alunos já terão acesso às refeições escolares. Mas para que se veja a profunda injustiça desse sistema, um sistema profundamente desigual e em que não estão salvaguardadas as condições de igualdade deste sistema: temos alunos

que comem melhor, outros comem pior e outros, como, por exemplo, no Corvo, que, pura e simplesmente, não tinham acesso às refeições escolares.

Mas devo dizer que, nesta matéria, meus senhores, eu fiz um levantamento, há uns três anos, sobre os preços, eu consultei os diversos cadernos de encargos. É evidente, quem olha para uma escola em que é paga a empresa 1,39 €, como, por exemplo, na Escola Básica Integrada dos Ginetes, era este o valor, na altura em que fiz este levantamento, ou na Escola Básica Integrada de Água de Pau, em que se paga à empresa 1,29€, ou, por exemplo, na Escola Secundária das Laranjeiras, que era 1,50€, e, depois, temos outras escolas em que são pagos outros valores, 2,38€, por exemplo, na escola da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico. Há aqui escolas que atingem valores que praticamente duplicam o valor de outras. É evidente que tudo isto indicia uma profunda desigualdade do ponto de vista do fornecimento de refeições.

Todos nós temos consciência do seguinte. Alguém consegue fazer uma refeição equilibrada por 1,20€ por aluno, ainda por cima com margem de lucro? Eles fazem esta refeição e paga-se à empresa 1,20€ por cada refeição e a empresa ainda tira lucro. Com estes valores, alguém acredita que as refeições que estão a ser servidas na maior parte das escolas dos Açores são refeições equilibradas? Alguém me diz... Diz ali o Sr. Deputado André Bradford, “Eu cozinho! Consigo fazer com 1,20 € uma refeição equilibrada”. É o aparte que V. Excelência acabou de fazer, que eu acho que é de uma injustiça tremenda, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Eu não disse nada disso!

O Orador: Ah! Não disse! Foi isso que eu percebi, Sr. Deputado. Inscreva-se! De qualquer das formas, o que é importante aqui referenciar é que há aqui, neste sistema, uma profunda hipocrisia, porque quase todas as escolas referem que têm problemas com as empresas e que a qualidade das refeições não é a melhor. Eu, por exemplo, estive, há pouco tempo, há cerca de três semanas, na Domingos Rebelo, que confeciona as suas próprias refeições, e aí pude

constatar, pude ver, de facto, que as refeições eram excelentes. Não se passa a mesma coisa em muitas outras escolas da nossa região, em que a empresa...

Deputado André Bradford (PS): O senhor também já esteve!

O Orador: ... está a fornecer as refeições por 1,20€ e ainda tira lucro. Se calhar, faz a refeição por 70 cêntimos, 80 cêntimos, que é para tirar um lucro de 40 cêntimos por refeição.

Portanto, não vale a pena hipocrisia nesta matéria. Há muita coisa a melhorar no âmbito das refeições escolares, desde logo, garantido que as escolas têm os meios financeiros para que a qualidade das refeições escolares possa melhorar. Esta é a realidade, é uma realidade profundamente desigual.

Tenho aqui esta cópia, que posso fornecer a esta câmara, um levantamento exaustivo de todas as situações, e há situações de uma desigualdade profunda.

Portanto, em síntese, o que nós temos é uma região em que a qualidade das refeições escolares não está assegurada, ponto número 1. E o ponto número 2: existe uma profunda desigualdade entre os alunos das diversas ilhas e as diversas escolas, e o exemplo mais gritante é a escola do Corvo, que, durante décadas, as refeições escolares foram recusadas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Queria começar por saudar este projeto do Bloco de Esquerda que recomenda ao Governo Regional que cria as condições necessárias para que as unidades orgânicas da região recuperem a gestão dos refeitórios e cantinas e a conseqüente confeção das refeições escolares.

Quando digo que quero saudar, não é propriamente por concordar com o que aqui está, é apenas porque permitiu ouvir, discutir sobre as refeições escolares que são servidas, nos Açores.

Para nós, para o PSD, é extremamente importante o bem-estar do aluno, o bem-estar físico, o bem-estar...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, senhor! Isso é para todos! Que conversa é essa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Inscreva-se!

O Orador: Eu não estou a dizer que não é para os outros, estou a dizer que é para o PSD!

... intelectual os alunos, porque, obviamente, irá permitir, quanto melhor for esse estado, melhor terá o aluno com disposição, com predisposição para aprender.

Neste âmbito, as refeições que são fornecidas nas escolas aos alunos são de primordial importância, ainda para mais quando sabemos que, muitas vezes, a refeição que muitos dos alunos dos Açores fazem nas escolas são a sua principal refeição diária.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E quantas vezes até não poderemos dizer que será a única completa que eles têm oportunidade de fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Infelizmente é verdade!

O Orador: No entanto, o PSD não atribui ao facto de ser feita pela escola ou ser feita em concessão privada a diferente qualidade das refeições que é oferecida nos Açores, nas escolas, dos Açores. Eu posso dar o exemplo da escola de onde eu venho, das Lajes do Pico, que, na sede da escola das Lajes do Pico, são os próprios funcionários da escola que confeccionam a refeição, na Ponta da Ilha, é uma concessão, e em qualquer um dos locais, pelo conhecimento que eu tenho, os alunos, os pais, os professores, a comunidade está satisfeita com as refeições que lá se fornecem.

Portanto, a questão aqui, e se há problemas, e há problemas, não vem do facto de ser privado ou ser público, os problemas podem advir, e já foram falados aqui, por exemplo, do preço do caderno de encargos. Ele terá que ser diferente

de ilha para ilha, porque há ilhas onde os produtos são mais caros e ilhas onde os produtos são mais baratos...

Deputado Carlos Silva (PS): Claro!

(Aparte inaudível)

O Orador: Isso é um problema do Deputado Paulo Estêvão!

Obviamente que há ilhas onde os produtos são mais caros e outras onde os produtos são mais baratos. Pode vir da falta de inspeção. Penso que, neste aspeto, a direção regional não tem feito o seu papel como devia, a falta de inspeção ao fornecimento destas refeições, mas não pelo facto de elas serem públicas ou serem privadas. Pelo menos, foi aquilo que retive da nossa discussão, ao longo destes meses, e é aquilo que posso dar do meu conhecimento profissional, que, por coincidência, da escola de onde eu venho havia as duas situações.

Portanto, saúdo mais uma vez esta iniciativa do Bloco de Esquerda, achamos que é determinante que se discuta e que os alunos e toda a comunidade educativa tenha acesso a refeições de qualidade, nas escolas dos Açores, no entanto, não temos um entendimento que elas são melhores ou piores pelo facto de serem fornecidas por entidades públicas, neste caso, pela própria escola, ou por entidades privadas, através da concessão.

Obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa parlamentar do Bloco de Esquerda devolve às unidades orgânicas do sistema educativo regional a gestão plena dos refeitórios e das cantinas, o que implica, conseqüentemente, a confeção das próprias refeições escolares.

À luz da lei, à Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional de Educação, compete a coordenação e a avaliação pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial dos estabelecimentos escolares do sistema educativo regional. À luz da lei, às unidades orgânicas compete a tomada de decisões nos domínios estratégico, pedagógico, cultural, administrativo, patrimonial e financeiro, que inclui a garantia do fornecimento de refeições à população escolar.

Nos refeitórios e cantinas das unidades orgânicas do sistema educativo regional, há duas modalidades de fornecimento de refeições escolares, como já foi aqui dito por diversos deputados, a gestão direta e a gestão concessionada.

Na gestão direta, a escola assume a responsabilidade de todo o processo, do planeamento à confeção, incluindo a aquisição de bens e o recrutamento de pessoal.

Na gestão concessionada, a escola procede à adjudicação do serviço a uma empresa especializada, mediante o cumprimento de um caderno de encargos que impõe deveres e, eventualmente, sanções ao fornecedor.

Na região, também como foi dito, no ano letivo em curso, há 29 refeitórios e cantinas com gestão concessionada, cinco com gestão direta, três com gestão direta nas escolas sede e com gestão concessionada nas escolas periféricas ou dependentes. Quer isso significar que, na sucessão do tempo, o sistema tem evoluído da administração direta para a administração concessionada. Na base desta mudança figuram, à cabeça, dificuldades resultantes da gestão de pessoal e da atempada aquisição de bens e de serviços, que, amiúde, geram

constrangimentos, por vezes impeditivos do fornecimento de refeições com total regularidade.

No entanto, a transição do regime da gestão direta para o regime da gestão concessionada não equivale à privatização do serviço de alimentação escolar. Com efeito, além da manutenção do poder da adjudicação, as escolas fazem a verificação regular, mesmo diária, do fornecimento de refeições, dispondo da capacidade da correção de procedimentos. Quer isto ainda significar que a gestão concessionada dos refeitórios e das cantinas é para muitas escolas a melhor forma de garantir a qualidade do serviço de refeições. De facto, preserva a instituição das consequências nefastas do absentismo do pessoal, que obriga ao recurso, pelo menos temporário, a trabalhadores menos qualificados, do mesmo modo, liberta as instituições do encargo da impreterível garantia do abastecimento, que mobiliza dirigentes e funcionários para uma tarefa exigente, mas dispensável.

Assim, com o planeamento e a confeção das refeições a cargo de uma empresa especializada, que só requer uma prática quotidiana de acompanhamento e supervisão, podem as lideranças escolares centrar-se do desempenho do essencial, isto é, na gestão pedagógica, que assegura a melhoria dos resultados (um facto, aliás, reconhecido no parecer que uma das nossas escolas, concretamente da Escola Básica e Secundária das Flores).

Por acréscimo, a integração do exercício de cozinheiro, como aqui já foi dito, na carreira de assistente operacional do regime geral da função pública, apesar da possibilidade da inclusão no edital dos concursos de requisitos específicos, dificulta mais o recrutamento de pessoal especializado, indispensável ao eventual retorno à gestão direta dos refeitórios e das cantinas escolares.

De resto, o controlo dos dirigentes escolares e a vigilância dos técnicos da Direção Regional de Educação garantem a qualidade do sistema regional do fornecimento de refeições escolares, não justificando a introdução de tamanha reforma, preconizada por este projeto de resolução do Bloco de Esquerda.

Com efeito, no ano letivo transato de 2017/2018, foram realizadas, sem pré-aviso e com a conseqüente elaboração de relatórios, 221 vistorias a escolas sedes e a escolas dependentes pertencentes às unidades orgânicas de seis das nossas ilhas: de São Miguel, da Terceira, da Graciosa, do Faial, do Pico e de Santa Maria. Aliás, nas ilhas Terceira, São Miguel, Graciosa, Faial e Santa Maria, as vistorias englobaram todas as escolas, quer as básicas, quer as secundárias, quer as sedes, quer as periféricas, e no ano letivo em curso, que ainda está no seu início, por exemplo, em São Miguel, foram feitas já 27 vistorias.

Além das vistorias, promovem também os técnicos da Direção Regional de Educação ações de sensibilização sobre a confeção, a higiene e a segurança alimentares, tendo ocorrido, em 2017/2018, sete iniciativas nas ilhas Terceira e São Miguel. Por isso, não admira que, no decorrer deste desse ano escolar, do ano escolar passado, se tenham registado, junto da Direção Regional da Educação, não numa infinidade de reclamações ou queixas, mas somente, como foi também aqui referido, cinco reclamações respeitantes ao fornecimento de refeições escolares.

A certificar ainda melhor a qualidade do sistema regional do fornecimento de refeições escolares, avulta o resultado do questionário aplicado pela Direção Regional de Educação, em dezembro de 2017, junto dos membros dos conselhos executivos, responsáveis pela supervisão dos refeitórios e das cantinas concessionados, que evidencia a normalidade do serviço, excecionalmente demarcada por algumas falhas de fácil resolução.

Feita no ano passado, esta experiência piloto, no ano letivo em curso, intentamos o lançamento de um novo questionário, que acolha também as opiniões dos estudantes.

Bem vistas as coisas, não vislumbramos motivos que justifiquem a alteração do regime do fornecimento de refeições escolares, proposto pelo Bloco de Esquerda; pelo contrário, na pretendida mudança de paradigma, reconhecemos

até o perigo de degradação dos serviços de alimentação das unidades orgânicas do sistema educativo regional, fundamentalmente, porque o tempo não volta para trás, por mais que tal tenha sido reclamado por António Mourão, num êxito discográfico de 1965. Este não é o tempo da recomposição em cada unidade orgânica de uma equipa de funcionários, aliás, de difícil recrutamento, capaz de proceder à confeção das próprias refeições; este é muito mais o tempo da contratação de um serviço de alimentação escolar a empresas especializadas, dotadas de meios materiais e humanos mais adequados.

Os Srs. Deputados que intervieram nesta primeira fase da discussão desta iniciativa parlamentar do Bloco de Esquerda levantaram aqui algumas questões que carecem de um esclarecimento mais particular.

O Deputado Paulo Mendes e outros insistiram nas queixas, nas reclamações. Como disse atrás, efetivamente, não são muitos, são, efetivamente, poucas as que chegam à Direção Regional de Educação, e se houvesse, efetivamente, grandes dificuldades em campo, elas chegariam com maior número.

O Sr. Deputado Paulo Mendes, também na sua intervenção inicial, deu a entender que havia uma clara diferenciação entre melhor comida nos refeitórios e nas cantinas de gestão direta, pior comida nos refeitórios e nas cantinas de gestão concessionada. Isto não é, efetivamente, verdade. A diferença entre refeições servidas em cantinas e em refeitórios não deriva tanto da modalidade da exploração, seja ela direta ou concessionada, deriva antes de coisas mais simples, de coisas mais essenciais, por exemplo, da vigilância maior ou menor exercida pelos conselhos executivos...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e do acesso melhor ou pior ao fornecimento de produtos, por exemplo, produtos frescos, tudo isto muito dependente dos transportes e das capacidades de produção de cada uma das nossas ilhas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: De resto, também o Sr. Deputado Paulo Mendes, talvez de uma forma mais implícita do que explícita, deu a entender que o problema pode residir no baixo custo na adjudicação pelo preço mais baixo. Convém, portanto, referir aqui, convém esclarecer aqui que o processo de adjudicação das refeições escolares assenta, sim, numa opção por um preço mais baixo, mas considera somente aquelas propostas que respondem aos critérios definidos no caderno de encargos, e esses esses critérios são, por exemplo, referentes à composição das refeições, ao número e à qualificação dos funcionários e às regras de higiene.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: A Deputada Rute Gregório, na sua intervenção, falou do caráter pedagógico que a alimentação escolar devia ter. Podemos e, certamente, portanto, não atingimos ainda o patamar que, efetivamente, pretendemos, mas não tenho dúvidas de que a alimentação escolar é um guia para os nossos alunos que, na escola, conseguem corrigir muitos erros, alguns dos quais, infelizmente, trazidos de casa.

Referiu também a Sra. Deputada Rute Gregório que importava, por parte da Direção Regional da Educação, fazer fundamentalmente um controlo apertado. Bem, a propósito disso e em matéria de pessoal, eu gostaria de dizer aqui que a Direção Regional de Educação dispõe, neste momento, de três recursos: um na Terceira, um em São Miguel, ambos estes do quadro, e um em São Jorge, no âmbito de um programa CTTS.

Seria preferível a existência de mais nutricionistas no sistema educativo regional? Evidentemente que sim. Ainda recentemente, em visita ao arquipélago, a bastonária da Ordem dos Nutricionistas pediu a presença de profissionais deste ramo em todas as escolas. Nós cumprimos progressiva e racionalmente esse propósito.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Não haverá um nutricionista por cada escola, mas todas as escolas estarão sob orientação de um nutricionista; não haverá um nutricionista por cada ilha, mas todas as ilhas estarão sob a supervisão de um nutricionista e nalgumas ilhas haverá necessariamente mais do que um nutricionista.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Tudo isto para que haja o quê? Para que haja duas coisas: maior poder de fiscalização no ato de confeção das refeições, tudo isto também para que haja maior capacidade de exercício pedagógico junto da população escolar e, por consequência, em benefício da saúde das nossas comunidades.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo insistiu de novo na questão das queixas. Eu já disse o que tinha a dizer sobre o assunto.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão reportou-se ao problema do Corvo. Como se sabe, o governo decidiu não construir um refeitório e uma cantina próprios no Corvo, o governo arranjou uma solução para o Corvo que tem consistido na compensação financeira e individual dos estudantes, que recebem por dia entre 48 cêntimos e 2,39€, por mês entre 10 e 50 euros, um programa a que aderiram um terço dos alunos do Corvo, principalmente aqueles dos escalões um e dois, ou seja, os mais necessitados. Todavia, procedeu a Secretaria Regional de Educação e Cultura à celebração de um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia do Corvo, em 2017, para o fornecimento de refeições aos alunos da Escola Mouzinho da Silveira. Para tanto, era necessário que se concluíssem obras, era necessário que houvesse entendimento entre a escola e a Misericórdia. As obras estão, efetivamente, concluídas, o entendimento entre as partes, creio que existe, agora, uma coisa é certa, o governo está relativamente fora desta equação. O governo fez o que lhe competia, viabilizou a solução com a Santa Casa da Misericórdia, mas é agora a escola, na fruição da sua autonomia, uma autonomia própria, que tem a possibilidade de fazer a contratação das refeições.

Referiu também o Sr. Deputado Paulo Estêvão que o preço, para além de baixo, era muito diferenciado de escola para escola, de ilha para ilha. Esta diferenciação do preço, esta diversidade do preço deriva da diversidade do próprio arquipélago, deriva do facto de haver ilhas onde há mais concorrência, de haver ilhas onde há menos concorrência e deriva do facto de os produtos chegarem mais baratos a certas ilhas, mais caros a outras ilhas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Finalmente, em relação à intervenção do Sr. Deputado Jorge Jorge, eu diria que, num ano escolar, a realização de mais de 200 vistorias não configura uma situação de não inspeção.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem, Sr. Secretário!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Começar pelo início, como é óbvio.

Sra. Deputada Renata Botelho, não sei se chegamos a ler os mesmos pareceres emitidos pelas várias escolas, em sede de comissão. Talvez porque temos a tendência, e é normal que assim seja, que para, confirmar aquelas que são as nossas opiniões, só retemos as informações que as confirmam. Talvez tenha sido por isso.

Portanto, havendo escolas que não concordavam, a grande maioria concordava e algumas delas diziam mais, que só não tinham gestão direta, porque não tinham condições para isso, mas que gostariam que a tutela lhes disponibilizasse as condições necessárias para terem novamente a gestão direta e a confeção das próprias refeições.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é bem isso que diziam!

O Orador: Ora, e isso tem falhado por parte da tutela e por isso é que eu, daquela bancada, afirmei que as escolas não optaram, as escolas, na grande maioria, foram condicionadas ou até mesmo obrigadas a concessionar as refeições e a confeção dessas mesmas refeições a empresas privadas.

Ora, a Sra. Renata Botelho, assim como o Sr. Secretário também referiram, por bastas das vezes, aquela que é a exigência de controlo de qualidade quanto a estas refeições que são disponibilizadas aos nossos alunos das escolas públicas. Ora, esse controle de qualidade, pelo que foi transmitido pelo Sr. Secretário, em sede de comissão, é assegurado, neste momento, por três nutricionistas, dois na Terceira e um em São Miguel, e isso já diz muito daquelas que são as condições que estão, neste momento, reunidas para efetuar esse controlo da qualidade.

A Sra. Deputada Rute Gregório fez uma apreciação genérica e também específica daquele que é o nosso projeto de resolução, concordando na parte que diz respeito à avaliação, ou seja, de que algo não está a correr bem nos nossos refeitórios e na confeção e disponibilização das refeições escolares, contudo, considera que o Bloco de Esquerda está aqui a impor algo e a impor aqui aquela que é uma situação que, já antes, foi, de certa forma, imposta, que era de as escolas fazerem a gestão direta das suas cantinas e a confeccionarem as refeições para os seus alunos.

O Sr. Secretário, aliás, até nos disse que nós, neste momento, não podemos voltar para trás; se calhar, e é verdade, só podemos ir para a frente e para a frente, no caso do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e até do próprio governo, poderá ser, tal como eu disse naquela bancada, quem sabe, para um futuro mais ou menos próximo, porque não também concessionar as bibliotecas das escolas, porque não também, já agora, contratar professores a empresas de trabalho temporário. Se esse fosse o caminho para o futuro, eu não quero estar aqui a sugerir o que quer que seja, como, muitas vezes, me acusam de estar a fazer sugestões que são completamente contrários àquilo que o Bloco de Esquerda tem vindo a defender.

Ora, mas se se trata, de facto, de uma opção ideológica, eu vou-lhe dar um exemplo, um exemplo que não se passa nem na Venezuela nem na Albânia, eu vou para os Estados Unidos, para não haver aqui quaisquer confusões. Nos Estados Unidos, até à década de 80/ 90, as escolas públicas faziam a gestão direta das suas cantinas, a confeção das refeições era feita nas próprias escolas e pelos próprios funcionários das escolas. Portanto, se me querem dizer aqui, nesta reunião plenária, que nos Estados Unidos, até a década de 80/90, vigorava uma ideologia socialista, em plena Guerra Fria, custa-me um bocado a acreditar, mas, tal como disse, nos Estados Unidos, a partir da década de 80/90, foi possível às escolas começarem a concessionar as refeições e, portanto, deixarem essa responsabilidade a cargo de empresas.

Ora, passados estes anos, há já escolas públicas nos Estados Unidos que estão a fazer o contrário e que estão novamente a voltar à gestão direta. Vou dar-lhe vários exemplos, como a School District of Philadelphia, New York City Public Schools, Detroit Public Schools, e podia continuar a enumerar várias escolas americanas.

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: O Sr. Secretário também nos disse aqui que uma coisa será concessão, outra coisa seria uma privatização e que as refeições escolares não estão privatizadas. Ora, em 2007, o PSD, na época, indignou-se com aquela que era uma alegada privatização da confeção das refeições escolares e, à época, o PSD apresentou um requerimento a questionar o Governo Regional sobre esta pretensão. Ora, o Governo Regional respondeu a esse requerimento e confirmou, de forma simples e perentória, nós, sim, queremos privatizar as refeições, e mais, quem está a estudar esse processo de privatização das refeições é a APIA. A APIA, que, pelo que toda a gente, pelo que todos os Srs. e Sras. Deputadas aqui presentes reconhecem, era uma antiga agência que

antecedeu a atual SDEA, e, portanto, o que fazia era atrair investimento para a região. Ora, tratar as refeições escolares como se fossem um negócio, pensamos que não é o caminho, porque não tarda nada escolas públicas também são tornadas num negócio, nunca se sabe.

Portanto, quanto às questões ideológicas, penso que estamos conversados.

O Sr. Secretário também, não só aqui em plenário, como também em comissão, disse que as escolas não podem, neste momento, até porque têm falta de condições para isso, as condições também poder-se-iam arranjar, como é óbvio, bastava que o Governo Regional optasse por voltar à gestão direta da confeção das refeições escolares, mas que não podem, neste momento, porque isso iria imprimir uma maior carga burocrática e de trabalho às escolas e que as escolas devem concentrar-se, neste momento, naquilo que é essencial, ou seja, a tudo o que tem a ver com a gestão pedagógica. Ora, mas parece-me que o principal obstáculo, neste momento, às escolas para que concretizem esse objetivo não é propriamente a possibilidade de voltarem a ter a gestão direta das refeições escolares, mas sim os professores que estão tão absorvidos, neste momento, em tarefas burocráticas, que lhes roubam constantemente tempo para se dedicarem àquela que é a causa pedagógica. E esta, que deveria ser a verdadeira missão da Secretaria Regional da Educação e Cultura, que era de aliviar os professores de toda uma carga burocrática, que lhes coloca obstáculos ao cumprimento daquela que é a sua grande e verdadeira missão.

Depois, o Sr. Secretário repetiu aquele que foi um argumento que também transmitiu em comissão de que não podemos confiar a gestão direta da confeção das refeições escolares às próprias escolas, porque os funcionários faltam imenso, por causa do absentismo. Isso não é mais do que um reforço de um preconceito acerca da figura do funcionário público como aquele que é um calão, que é um malandro, não faz nenhum e que falta por tudo e por nada.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Não foi isso que foi dito ou, então, o Sr. Secretário não quis dizer aquilo que realmente disse, que é outra coisa.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Mas o Sr. Secretário ou disse ou deu a entender que estes funcionários públicos, que estivessem afetos às escolas, que teriam um maior nível de absentismo do que, por exemplo, os funcionários de uma empresa privada e não disse por acaso (não disse, por acaso!). Eu coloco uma questão a todos os Srs. e Sras. Deputadas e ao Sr. Secretário que é: que garantia é que nós temos, neste momento, que as refeições preparadas por empresas privadas para as escolas servem refeições de qualidade ou que têm a possibilidade de o fazer? O Sr. Deputado Paulo Estêvão aduziu aqui vários argumentos à volta do preço e tem alguma razão e principalmente dou-lhe razão, porque estamos aqui a considerar empresas que muito licitamente e legitimamente pretendem obter lucro e, portanto, àquele preço, que já de si é reduzido, também temos que incluir o lucro, e, portanto, será muito difícil garantirmos uma refeição de qualidade, mas, neste momento, que garantia é que temos que essas empresas conseguem disponibilizar refeições cujos ingredientes tenham qualidade, que o pessoal é bem remunerado e que tem uma carreira devidamente estabilizada, que inclusive é dada formação a esse pessoal especializado e, já agora, que garantia é que temos que essas empresas contam nos seus quadros com os nutricionistas para garantir a qualidade das refeições. E aqui é que está talvez a grande razão para o Sr. Secretário ter, pelo menos, dado a entender que, se calhar, se isto fosse entregue a funcionários públicos afetos às escolas, que eles iriam faltar imenso. E o Sr. Secretário sabe que estas empresas contam com pessoal que, pelo contrário, é mal remunerado, e não só é mal remunerado, como tem uma carreira muito pouco estável e, por isso, a taxa de rotatividade pessoal nestas empresas é enorme e por isso mesmo por ser pessoal que é mais

vulnerável aos despedimentos, também, por essa via, acaba por faltar menos. Ou seja, é a velha política do chicote laboral, que é, infelizmente, ainda prática comum em muitas empresas na nossa região e não só.

Eu gostaria também de colocar à consideração dos Srs. e Sras. Deputadas e, já agora, também do Sr. Secretário, se algum nutricionista, inclusive, e aqui, principalmente, nutricionistas que, alegadamente, poderão estar ao serviço destas empresas, se aprovariam uma refeição servida numa escola como esta.

(Neste momento, o Sr. Deputado mostra uma fotografia à câmara para ser distribuída pelas Sras. e Srs. Deputados)

Este é um exemplo de uma refeição servida na Escola Canto da Maia, a 6 de março de 2016. Peço à Mesa para, se puder, distribuir aos Srs. e às Sras. Deputadas a ilustração desta refeição, para que todos possam aferir da qualidade daquilo que foi servido, pelo menos neste dia, na Escola Canto da Maia. Agradecia. E agora a outra, um bocadinho mais recente, que se passou não em São Miguel, mas em São Jorge, e também quero ser rigoroso e não vou dizer que é regra, que constituí a regra, foi uma alegada exceção, vamos considerar que foi uma exceção do que se passou na Escola Básica e Secundária da Calheta, por parte de uma empresa que está responsável por disponibilizar e confeccionar refeições escolares.

(Neste momento, o Sr. Deputado mostra nova fotografia à câmara)

Isto foi o que se passou no dia 14 de dezembro de 2016, ou seja, estão a ver um prato de plástico, com três rissóis, para termos boa vontade.

Deputado André Bradford (PS): Essa foi uma exceção!

O Orador: Ora, esta foi uma exceção, porque, aparentemente, e em resposta a um dos nossos requerimentos ao Sr. Secretário Regional de Educação, se deveu,

digamos, a dificuldades logísticas que ocorreram durante o final de ano 2016, na EBS da Calheta. Contudo, é isto que, por vezes, ou na maior parte das vezes, é servido nas cantinas das escolas públicas por empresas que têm a responsabilidade por servir as refeições aos nossos alunos. Aliás, reparem só..

Deputado Mário Tomé (PS): Não é bem assim!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é correto dizer isso!

O Orador: O que não é correto, eu vou dizer-lhe, Sr. Secretário Berto Messias, é disponibilizar refeições a alunos da escola pública que vêm em cuvetes de plástico e papel de chumbo, como se fosse...

Deputado Mário Tomé (PS): Chumbo?

O Orador: Papel de chumbo, estas marmitas de chumbo, está a ver? Não sei se é de chumbo...

Deputado Mário Tomé (PS): Isso é de alumínio!

O Orador: Alumínio! De alumínio!

... um exemplo daquilo que deve ser uma prática nas escolas.

Consideram os Srs. e as Sras. Deputadas este um exemplo daquilo que se deve passar nas nossas cantinas, que, além da reduzida porção que é servida, além da duvidosa qualidade daquilo que é servido, ainda é tudo servido em material facilmente descartável, como se tudo fosse descartável, nas nossas escolas? Além de ser um atentado à qualidade nutricional e à alimentação dos alunos das nossas escolas públicas, é também, de certa forma, um não contributo para a preservação do ambiente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não gaste o seu tempo todo!

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Jorge também veio aqui dizer que quando há exemplos de boa gestão no setor público, e o Sr. Deputado Jorge Jorge reconheceu isso mesmo, reconheceu que há, neste momento, escolas que, ao terem a gestão direta das cantinas, servem refeições que correspondem àquela que é a qualidade esperada de uma escola, mas que também existem escolas em

que as empresas a quem está concessionado este serviço servem também refeições da mesma qualidade. Ou seja, quando os exemplos de boa gestão residem no público e os maus exemplos no privado, o problema já não é por ser nem do público nem do privado, o problema já não está aí. Agora, quando os exemplos de má gestão são no público, aí eu tenho quase a certeza como o Grupo Parlamentar do PSD era capaz de dizer que o problema estava por ser gerido pelo setor público.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Mas onde é que disso isso?

O Orador: É uma suposição. *(Risos)*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de ouvir o discurso do Sr. Secretário e também de ouvir o discurso da bancada do Partido Socialista, o que fica evidente é a total insensibilidade a situações de melhoria que são urgentes na nossa região. O seu discurso é um discurso de autossatisfação, Sr. Secretário, o senhor está contente, acha que fez tudo, acha que o sistema é maravilhoso. Depois, V. Excelência diz, “Bem, mas há independência, cada escola pode escolher o seu sistema”. Falso! É falso, porque V. Excelência não dá às escolas a capacidade de escolherem livremente uma gestão direta ou uma gestão concessionada. É falso! Olhe o caso do Corvo, que acabou de referenciar, o senhor fez um protocolo sem sequer consultar a escola, e o senhor sabe que isso é verdade, como ficou amplamente provado, noutros debates e noutra documentação que foi analisada.

Portanto, é falso que exista na região opção de escolha entre um sistema ou outro.

Mais! O senhor o que diz é que a gestão por parte das escolas é passado, diz V. Excelência, é uma visão absolutamente ultraliberal. O que eu acho extraordinário é que o Governo do Partido Socialista e o Partido Socialista é

ultraliberal em funções que são do Estado, como é, por exemplo, o sistema educativo, mas, depois, já está muito preocupado com a presença do Estado, por exemplo, para manter uma empresa ruínosa como a SINAGA e, por isso é que há aqui uma contradição em relação ao vosso discurso: ultraliberais em questões em que os senhores não o deveriam ser e deveriam ser os primeiros guardiões do interesse público, do interesse dos alunos, do interesse da comunidade escolar.

Sr. Secretário, outra falsidade. Diz V. Excelência que os preços são diferentes de ilha para ilha. Não, não! São diferentes na mesma ilha, diferenças em que podemos constatar que o preço é o dobro na mesma ilha. Portanto, há aqui uma desigualdade tremenda. Não venha V. Excelência dizer que a qualidade das refeições escolares numa escola que está a pagar 1,20€ por cada refeição é a mesma de uma escola que está a pagar 2€ e tal por cada refeição, não me venha V. Excelência dizer isso.

Depois, estudos nacionais sobre esta matéria demonstram que o lucro das empresas mesmo assim é muito significativo. Portanto, estamos a falar de refeições escolares nestas de 1,20€, 1,30€, 1,40€, estamos a falar de refeições que custam, cada uma delas, às empresas, 70 cêntimos, 60 cêntimos. Dizem-me V. Excelências, “Bom, mas isso é possível, graças a uma gestão privada muito eficiente e é possível manter a qualidade dos nutrientes, é possível fornecer a 60, 70 cêntimos. É possível fornecer refeições de grande qualidade”. Oiça, ninguém acredita nisso, só acreditam dirigentes como V. Excelências, o governo e o Partido Socialista, que vivem numa redoma de vidro, de privilégio, uma elite partidária que, há muito, não consegue verificar os problemas sociais que nós enfrentamos, há muito, não consegue olhar com altruísmo para este tipo de situações. É o que provoca a eternização do poder, um poder que já vem do milénio anterior.

Por isso, V. Excelências, nesta matéria, o vosso discurso é um discurso inconsequente, é um discurso inaceitável, é um discurso de autossatisfação. Eu

não estou satisfeito, eu quero uma solução muito melhor, eu quero refeições escolares, eu quero e acho que é possível, considero que é possível ter refeições escolares muito melhores nas nossas escolas e também resolver esse problema. O vosso discurso é o discurso de autossatisfação, estamos contentes com o que temos.

Na sua intervenção, V. Excelência referenciou alguma medida de melhoria da atual situação? Não! Limitou-se, pura e simplesmente, a dizer que está tudo bem e que estamos satisfeitos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Este tema da alimentação escolar é, como muito bem foi referido pela Deputada Rute Gregório, de extrema importância e até pedagógica, mas também de saúde. De saúde da própria criança e dos próprios alunos e até de rendimento escolar. E eu, há bocado, quando falei aqui da obesidade infantil, fui prontamente negado pelo doutor, o Sr. Deputado Domingos Cunha, sobre o excesso de peso das crianças nos Açores. Portanto, eu vou ler uma notícia e, aliás, é um estudo, que é o COSI, em que fala expressamente que os Açores estão acima da prevalência do excesso de peso infantil, estão acima da média nacional. Portanto, há três regiões que estão acima da média nacional: são os Açores, a Madeira, curiosamente regiões autónomas, e o norte do país. Portanto, Sr. Deputado, fica aqui provado aquilo que eu disse, de manhã, e que V. Excelência dizia que não existia. Portanto, “A obesidade infantil nos Açores, particularmente nas crianças entre os 6 e os 8 anos, é superior à média nacional”. Portanto, temos muito caminho para andar nessa matéria. E o que é importante...

Deputado Domingos Cunha (PS): Eu falei foi da mortalidade!

O Orador: A obesidade infantil, Sr. Deputado!

Deputado Domingos Cunha (PS): Falou do cancro!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, quando se falou da mortalidade infantil, eu referi que era por que era necessário melhorar outros índices, nomeadamente o de obesidade infantil e que o Sr. Deputado se apressou a dizer que não era verdade, que não era superior à média nacional.

Presidente: Sr. Deputado, vamos...

O Orador: Está aqui a prova: é superior à média nacional, tal como os outros indicadores que eu disse.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, vamo-nos cingir à matéria que está aqui em causa.

O Orador: Eu estou a cingir-me à matéria. Se há alguma coisa que tem a ver com a obesidade, Sra. Presidente, é a alimentação. Que eu saiba e que tenha aprendido, na minha modéstia, enfim, sabedoria,...

Deputado Carlos Silva (PS): Há quem diga que é o ar!

O Orador: ... se a alimentação não tem a ver com obesidade, não deve ser o ar, de certeza absoluta.

Portanto, eu insisto, a má qualidade... Ao que é que leva a má qualidade das cantinas escolares? Leva as crianças a procurar o bar, a comer gordura, a comer pastéis, a comer fritos para escaparem ao euro e 39 da refeição escolar.

Portanto, Sr. Secretário, não indo pelo fundamentalismo do Bloco de Esquerda, com o qual o CDS não concorda, não indo por essa posição fundamentalista, julgo que é necessário melhorar este caminho, mas melhorar este caminho, Sr. Secretário, é ter nutricionistas, como o CDS já pediu no passado. Não só nutricionistas, como V. Excelência bem se lembra. Lembra-se bem de terapeutas da fala, foi uma resolução que foi aqui aprovada, por unanimidade, nesta casa, terapeutas da fala, não é um em cada escola, mas que dê resposta às escolas e isso não acontece. A terapia da fala, a obesidade, a psicologia, e isso não acontece. Foi uma resolução do CDS, nesta casa, aprovada por unanimidade, salvo erro, ainda na outra legislatura, não foi nesta, quase de certeza.

Portanto, o que há que definir pela direção regional é uma refeição padrão, a qualidade de uma refeição padrão e exigir que a empresa o cumpra. O critério pode ser o preço, deve ser a qualidade da refeição, e é isso que não se faz, hoje em dia, e é isso que nós sugerimos que faça, hoje em dia, que seja uma refeição com qualidade, que a Direção Regional de Saúde nomeie um grupo de nutricionistas, aliás, a Sra. ex-Bastonária, Dra. Alexandra Bento, quando aqui esteve, foi clara nessa matéria, a Ordem dos Farmacêuticos também já se disponibilizou para essa matéria e não querendo falar pela minha ordem, também nos disponibilizamos para o que for preciso. Presumo que qualquer ordem da saúde não terá nenhum problema. Aliás, esse assunto foi também debatido a respeito da obesidade infantil, onde está no relatório do Conselho Regional de Saúde exatamente a preocupação do Secretário da Saúde de que a obesidade era superior à média nacional, ele próprio, é o Secretário da Saúde que o reconhece e está plasmado no último relatório do Conselho Regional de Saúde, está bem plasmado isso, embora se desconheça, nesta casa. O que interessa, Sr. Secretária, é definir, não é o critério para isso, é o critério de qualidade, e gostaria de saber se o senhor está disponível para, nessa matéria, se encontrar uma solução que garanta melhor alimentação aos nossos alunos, que, por essa via, também combater o flagelo de obesidade infantil, que supera largamente a média nacional e europeia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pegando nas palavras do Sr. Deputado Paulo Mendes, parece-me importante realçar aqui dois aspetos.

Esta é, efetivamente, uma proposta ideológica. Para o Bloco de Esquerda, empresas... Aliás, o Bloco de Esquerda acha que empresas privadas, neste caso, não têm bons funcionários nem prestam um bom serviço.

Deputado Carlos Silva (PS): É um complexo!

O Orador: Há aqui no Bloco de Esquerda uma ligeira aversão a alguns serviços privados, que nós não entendemos nem concordamos com isso. Aliás, no nosso entender, não se pode duvidar das pessoas dessa forma. Há aqui uma tentativa clara de dizer às açorianas e aos açorianos, aos alunos das escolas que empresas que prestam serviços de refeições escolares não prestam um bom serviço.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não podemos concordar com esta ideia, até porque o Sr. Secretário Regional disse, em comissão, que, não havendo qualquer diferença na supervisão que é feita em escolas concessionadas ou com gestão direta, não há nos resultados dessas supervisões nenhum indício dessa diferença de qualidade. E esse é um pormenor, aliás, um “pormaio” importantíssimo na discussão desta matéria.

Há aqui também outros aspetos que me parecem relevante serem trazidos a debate, nesta altura.

A responsabilidade da qualidade do serviço é uma responsabilidade partilhada, não é uma responsabilidade só do Governo Regional nem da Direção Regional de Educação. Ela começa diariamente nas próprias escolas, pelos conselhos executivos e até mesmo pelos funcionários das escolas e pelos alunos, que devem aferir da qualidade dessas refeições, e são dados importantes para as análises que são feitas no final de cada contrato que é celebrado nas escolas.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS):
Muito bem!

O Orador: São dados muito importantes e que também devem ser tidos em consideração. Portanto, há aqui uma gestão partilhada, uma responsabilidade, melhor dizendo, partilhada naquela que é a aferição da qualidade destas refeições.

Há aqui também outros aspetos que me parece importante trazer a debate e a esclarecer as pessoas que nos ouvem lá em casa.

Não há nenhuma unidade orgânica, na nossa região, que não tenha a liberdade e a autonomia de decidir se quer concessionar ou não o fornecimento das refeições nas suas escolas. Não há uma unidade orgânica que não tenha essa liberdade e essa autonomia, e esse parece-me um aspeto muito importante. Em alguns casos, se não em todos eles, a conceção deste serviço nas escolas até liberta os próprios conselhos executivos e todos os colaboradores da escola para aquela que deve ser a sua principal função, que é a gestão da própria educação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, este também é um aspeto que me parece importante realçar nesta altura.

Com este projeto resolução, há aqui, efetivamente, uma diferença, não propriamente uma diferença ideológica, mas uma diferença de opinião e de posição entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista. O Bloco de Esquerda quer que as unidades orgânicas façam as refeições, que todas as unidades orgânicas, nos Açores, confeccionem as refeições; ora, para o Partido Socialista, a nossa opinião é diferente, o Partido Socialista prefere que seja garantida a qualidade das refeições em todas as unidades orgânicas, independentemente de elas serem concessionadas ou de fornecimento direto, ou de confeção direta. Portanto, há aqui essa diferença, que também me parece importante realçar.

E eu queria descansar também o Bloco de Esquerda. O Partido Socialista defende sempre e sempre irá defender um serviço público de educação e um bom serviço público da educação.

E agora, Sra. Presidente, se me permite, fazia aqui um certo compasso de espera para que o Sr. Deputado Paulo Estêvão se sentasse, que era para eu me dirigir a ele e poder debater alguns aspetos com o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado, não me vou pronunciar relativamente à forma como o PPM tem, nesta casa, de fazer política, simplesmente irei dizer que não me revejo nela, nem aquela que é feita aqui, no hemiciclo, nem aquela que é feita fora deste hemiciclo. Para mim e para nós, parece-me demagógico achar que o custo das empresas de fornecimento das refeições é igual ao que nós temos nas nossas casas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que disse isso?

O Orador: É demagogia achar-se que o custo que as empresas têm a adquirirem bens para o fornecimento das refeições é igual ao que nós estamos, no dia a dia, nas nossas casas, é demagogia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quem é que disse isso?

O Orador: Foi o Sr. Deputado que disse isso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é mentira!

O Orador: Desde logo, pela quantidade de bens que eles adquirem, por isso é possível fazer refeições mais baratas, tanto mais pelo preço que essas empresas conseguem pela quantidade de produtos que adquirem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!...

O Orador: Sr. Deputado, relativamente à escola do Corvo,...

Deputado Carlos Silva (PS): Economia de escala!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Deputado é que é o Rei, é que sabe!

O Orador: Deixe-me terminar, porque eu estou a falar da sua ilha.

... parece-me importante realçar aqui dois aspetos. O primeiro é que, efetivamente, havia um problema de fornecimento de refeições aos estudantes e aos alunos da escola do Corvo e esse problema foi resolvido pelo Governo

Regional. Esse problema ficou resolvido pelo Governo Regional! E parece-me também importante realçar aqui outro aspeto.

Se o Sr. Deputado me deixar, eu gostava de terminar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os apartes são regimentais!

(Burburinho)

O Orador: Relativamente à escola do Corvo, houve um problema e ele foi resolvido pelo Governo Regional. Muito bem! Está a acenar com a cabeça, portanto concorda que foi o Governo Regional que resolveu o problema.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi resolvido pela Representação Parlamentar do PPM, com muito sacrifício!

O Orador: E foi resolvido um problema, Sr. Deputado, sabe a que distância da escola? Sr. Deputado, sabe a que distância da escola?

Deputado Manuel Pereira (PS): Ele sabe, mas não quer dizer!

O Orador: Eu vou dizer-lhe a que distância da escola. Olhe, a escola de onde vem o Sr. Deputado Jorge Jorge, para vir do campo de futebol à cantina, os alunos têm que se deslocar mais do que os alunos no Corvo terão que se deslocar da sua escola para onde serão fornecidas as refeições. Na escola de onde vem o Sr. Deputado Jorge Jorge, os alunos vão ter que andar mais tempo a pé.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o que é que isso importa?

O Orador: São 14 metros, Sr. Deputado; 14 vezes 14, não dá para alunos das Lajes do Pico chegarem do campo de futebol à cantina da sua própria escola. Portanto, foi um assunto que ficou bem resolvido,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o que é que isso importa?

O Orador: ... pelo Governo Regional perante um problema concreto que existia na sua ilha.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, não era para intervir neste ponto, como tem sido habitual de se dizer nesta sessão.

Gostaria de dizer duas coisas, rapidamente.

Tem sido aqui dito, pelo Partido Socialista e pelo Governo Regional, que existe autonomia das escolas para decidirem se querem manter ou não manter a confeção das refeições escolares. E para o provar que essa autonomia é falsa e não existe, leio o parecer da Escola Básica Integrada de Lagoa, na Assembleia de Escola. “Neste sentido [e passo a citar], a Assembleia de Escola evidencia que a gestão dos refeitórios e cantinas escolares poderá melhorar a quantidade e qualidade de capitação da refeição se os refeitórios e cantinas passarem para a administração direta das unidades orgânicas. Todavia, consideramos que a escola não tem condições para que tal seja possível, a não ser que a tutela decida criar as condições”. A autonomia não existe, é a tutela que obriga não criando as condições a essa opção por parte das escolas.

Deputado André Bradford (PS): Existe para decidir!

Deputado João Vasco Costa (PS): Que conclusão é essa?

O Orador: O segundo ponto.

Ouvi aqui, da parte do Sr. Secretário e do Sr. Deputado João Paulo Ávila, dizer que essa opção pela concessão permite libertar a gestão da escola para aquilo que é essencial. Então, meus senhores e minhas senhoras, não é essencial a alimentação dos alunos? Não é essencial a saúde dos alunos e o seu desenvolvimento? E não é essencial à alimentação para o sucesso escolar?

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Deputado, isso é demagogia!

O Orador: Se há alguma coisa de que podem acusar o Bloco de Esquerda neste debate é de uma defesa intransigente dos interesses dos alunos acima de quaisquer outros.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foram levantadas aqui várias questões nas intervenções feitas pelos senhores deputados.

Do Sr. Deputado Paulo Mendes, um tanto à margem do assunto que aqui estamos a discutir, falou na sobrecarga de burocracia que impende sobre os docentes. Não pode é o Sr. Deputado dizer que o Governo Regional é insensível a essa temática. Desde que assumi a Secretaria Regional da Educação e Cultura que já aliviámos os professores de carga burocrática, relembro, por exemplo, a extinção do chamado PCT, Plano Curricular de Turma, e mais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PCP? O PCP está extinto!

Deputado Jorge Jorge (PSD): E o que criaram para o ProSucesso?

O Orador: Também aliviámos os professores do tempo obrigatório de permanência na escola. É um facto, é uma realidade só dos Açores: os professores, nos Açores, têm mais tempo livre para o gerirem como, efetivamente, bem entendem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é que não tem nada a ver com o assunto!

O Orador: Agora, nem tudo é previsível, mas era previsível que esta iniciativa do Bloco de Esquerda viesse a redundar na apresentação de uma série de casos singulares, fotografias, etc.. Aconteceu! Aconteceu uma vez mais, já aconteceu no passado. De acordo, efetivamente, com o registo que vem sendo tradicional do Bloco de Esquerda, foram apresentados casos, foram apresentados casos singulares. É normal que assim seja, não é proibido que isto se faça e é normal que assim seja, porque a política faz-se para as pessoas, para todas elas, sejam muitas, sejam poucas, estejam ou não estejam organizadas em partidos e em associações. Sobre isto estamos perfeitamente entendidos.

Agora, esses casos singulares podem significar muito, podem significar pouco e podem significar quase nada. Mas só significarão muito, isso, de certeza absoluta, quando, efetivamente, são conhecidos de todos e geram o confronto do governo.

O desconhecimento de casos desta natureza, o desconhecimento de muitos casos desta natureza é, felizmente, um bom sinal, é um sinal de que não se referem a uma degradação geral, muito longe disso; é um sinal de que impera a normalidade nos refeitórios e nas cantinas escolares dos Açores. Mas como uma floresta é constituída por árvores, nós não vamos minimizar as árvores, não vamos minimizar os casos que aqui foram plantados. Claro que indagaremos sempre da sua veracidade e porquê? Porque mesmo nos escassos casos que foram aqui mostrados, há histórias mal contadas, há justificações, há um fogão que se avariou, etc., etc., e indagaremos sempre da veracidade de todos os casos que aqui vierem, porque, já noutra discussão, já nesta assembleia, numa

discussão passada sobre o ensino da língua gestual portuguesa na escola dos Arrifes, o Bloco de Esquerda trouxe alguns casos que não se comprovaram, que, aliás, não foram confirmados, depois, pelo conselho executivo. Mas não vamos minimizar estes casos, porque temos por objetivo a perfeição, talvez e sempre inalcançável.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima perguntou-me se eu estava disponível para melhorar? Bem, se eu não estivesse, não estaria aqui a fazer nada. Posso, efetivamente, dizer, eu dei a mão à palmatória aqui quando disse que era melhor que houvesse mais nutricionistas no sistema educativo regional.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas por que é que não há?

O Orador: Anunciei, portanto, um procedimento que eu espero que possa ser lançado já no decorrer de 2019, no sentido de recuperarmos mais alguns nutricionistas.

Falou aqui da necessidade de encontrarmos uma refeição padrão, uma refeição de qualidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É possível!

O Orador: Eu aí, também, modéstia à parte, creio que os nossos cadernos de encargos avançam, portanto, nesse sentido. Nada, obviamente, é perfeito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma refeição por 1,79€!

O Orador: O Sr. Deputado João Paulo Ávila levantou aqui uma questão que eu, se calhar, desprezei na minha intervenção inicial. Se calhar, coloquei fundamentalmente em cima da tutela a vigilância. Não! A primeira vigilância, os primeiros vigilantes são os que estão dentro das escolas, os primeiros vigilantes são os responsáveis, são, efetivamente, os conselhos executivos. Portanto, temos de juntar àqueles que eu referi, inequivocamente, também os conselhos executivos, aqueles que estão dentro da própria escola.

Não quis dizer, Sr. Deputado António Lima, quando referi que a gestão concessionada das cantinas e dos refeitórios liberta os dirigentes escolares para

o essencial, para a gestão pedagógica, obviamente, não quis dizer que a alimentação não seja essencial nas nossas escolas e para os nossos estudantes.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de alertar o Bloco de Esquerda para uma situação que me parece um bocado caricata, dentro do Bloco de Esquerda.

Projeto de Resolução 1155 do Bloco de Esquerda, no Governo da República, recomenda ao governo que respeite a autonomia das escolas, possibilitando a gestão pública dos refeitórios escolares. Respeite a autonomia das escolas, ou seja, aquilo que o Bloco de Esquerda propõe na República é aquilo que nós temos nos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Entendam-se!

Deputado António Almeida (PSD): Isso é a geringonça!

O Orador: E vem aqui o Bloco de Esquerda, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, fazer um projeto de resolução para que as escolas revertam para a gestão pública, ignorando a autonomia das escolas.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

Deputado José San-Bento (PS): Vai retirar a proposta?

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários:

Não alinho nessa sugestão, tal como ali o Sr. Deputado Manuel Pereira muitas vezes alinha, porque isso ainda me dá mais vontade.

Se o Sr. João Paulo Ávila quer ir por aí e porque retirou do contexto aquela que é uma iniciativa do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, e não pode retirar do contexto aquela que, porventura, será uma designação genérica de uma iniciativa legislativa na Assembleia da República e, dessa forma, retirar conclusões e comparar com aquela que é a proposta que, hoje e aqui, discutimos, pode ir por aí, aliás, já foi.

Deputado José Contente (PS): O PSD votou contra!

O Orador: Agora, se quer falar em autonomia das escolas, eu não falei de outra coisa senão em autonomia das escolas durante todo este debate.

Deputado José San-Bento (PS): Queremos falar de coerência!

O Orador: E se a acusação feita pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila de que o Bloco de Esquerda não pretende respeitar a autonomia das escolas,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há autonomia!

O Orador: ... se é essa a acusação, também poderemos fazer essa acusação ao Secretário Regional da Educação e Cultura e ao Governo Regional. Porquê? Porque já foi mais dito e redito que uma coisa é respeitar de forma integral a autonomia das escolas, dando as condições necessárias para que elas possam exercer essa mesma autonomia, outra coisa é em teoria dizer que tem autonomia e depois não lhes facultar as condições para exercerem essa mesma autonomia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Mas os senhores querem impor!

O Orador: São duas coisas distintas, porque, se for dessa forma, Sr. Deputado João Paulo Ávila, eu também posso dizer que, quiçá, tenho liberdade para comprar um Ferrari, só que eu não tenho as condições para isso. Eu tenho autonomia, por exemplo, para comprar uma grande mansão, mas eu não tenho

condições para isso. Esse discurso da autonomia, que nós não estamos a respeitar a autonomia das escolas, é uma falácia, é, no mínimo, uma falta de honestidade intelectual.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do Partido Socialista, 18 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta iniciativa, porque entendemos que, e como disse o Sr. Deputado Artur Lima, está em causa também a saúde, quando se fala em alimentação e em refeições escolares também estamos a falar da saúde dos alunos, e porque consideramos que zelar pela saúde dos alunos não é fundamentalismo e, por isso mesmo, apresentamos esta iniciativa. E também porque entendemos que uma cantina escolar não é um restaurante, aliás, uma gestão direta das cantinas feita pelas escolas comprovadamente seria do interesse de todos e de todas. Porquê? Uma gestão direta das cantinas permitiria que só tivéssemos que considerar a aquisição da matéria-prima e da mão de obra. Ou seja, não estávamos perante a

obtenção do lucro e a transformação da disponibilização de refeições escolares como se de um negócio se tratasse.

Se for uma gestão concessionada, como acontece, hoje, em algumas escolas da região, há que ter em conta não só a aquisição de matéria-prima e da mão de obra, mas também à obtenção de lucro. Ora, não podemos, de forma alguma, comparar uma cantina escolar a um restaurante. Se fosse num restaurante, era completamente compreensível e legítimo, numa cantina escolar, isso não é legítimo. E também porque entendemos que uma gestão direta feita pela escola, com responsabilidade assumida e direta e exclusiva da tutela, é o caminho. Porquê? Porque nós queremos, no futuro, poder responsabilizar direta e exclusivamente o Sr. Secretário Regional da Educação e as unidades orgânicas e não difundir essa responsabilidade entre a tutela e as empresas concessionárias.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve declaração de voto só para reafirmar aqueles que foram os argumentos do Partido Socialista.

Esse projeto de resolução, ou melhor, sendo este um projeto de resolução que defende a confecção as escolas das refeições escolares, o Partido Socialista, não se revendo nesses pressupostos apresentados nesse projeto de resolução, votou contra, porque o Partido Socialista prefere dar o seu foco à garantia da qualidade das refeições escolares, sejam elas concessionadas ou sejam elas públicas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM absteve-se em relação a este projeto de resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda pelo seguinte. Nós acreditamos que as escolas devem decidir de forma autónoma. Podem escolher concessionar, como podem escolher fazer a gestão pelos seus próprios meios. A verdade é que existiram aqui duas teses: a tese do Bloco de Esquerda, que quer que sejam as escolas a gerir diretamente os estabelecimentos, o fornecimento de refeições escolares; existia uma outra tese, falsa, segundo a qual, na Região Autónoma dos Açores, impera um sistema misto em que as escolas podem escolher de forma autónoma. Ora, isso não é, pura e simplesmente, verdade, porque, para que as escolas pudessem ter essa opção livre, era necessário que tivessem os meios financeiros para elas poderem implementar essa gestão livre. Tem aqui um exemplo. À escola do Corvo, que pretendia gerir diretamente, não lhe foi dada essa autonomia, não lhe foram dados esses meios. Este é o ponto número um.

O ponto número dois... Portanto, não há autonomia real. Aliás, as intervenções apontaram nesse sentido, que era o passado, a gestão direta era o passado; o futuro é a privatização total.

Devo dizer também que há uma questão que, para mim, ficou evidente. Aqui, em Marte, em Neptuno, em Plutão,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se engane!

O Orador: ... em qualquer realidade deste cosmos, com 70 cêntimos, nas nossas casas, fora das nossas casas, seja em que contexto estiver, com 70 cêntimos, não se faz uma refeição com nutrientes ricos, não se faz uma refeição equilibrada, em nenhum sítio.

Deputado André Bradford (PS): Já baixou 10 cêntimos!

O Orador: Nem com escalas, nem com o efeito escala, ninguém acredita nessas historietas.

Deputado André Bradford (PS): Eu acredito!

O Orador: Com 70 cêntimos, 80 cêntimos não se fazem refeições escolares em sítio nenhum (em sítio nenhum!).

Portanto, há aqui um problema para resolver e esse problema é fornecer refeições escolares equilibradas a todos os alunos dos Açores, independentemente da ilha ou da escola onde se encontrem. E isso não está assegurado no nosso sistema educativo.

E devo dizer que é o meu objetivo político que essa situação se venha a alterar.

Em terceiro lugar, para justificar a minha votação...

Deputado André Bradford (PS): Qual terceiro lugar? Isso é uma declaração de voto! Não é um comício sobre as refeições escolares!

O Orador: É a declaração de voto, estou a dizer por que é que me abstive.

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu vou já terminar. Mais uma vez, o Sr. Deputado André Bradford não gosta de ouvir ninguém.

Deputado André Bradford (PS): Gosto! Mas que respeitem o Regimento!

O Orador: Nós temos opiniões diferentes, eu respeito as suas intervenções, eu nunca interrompo V. Excelência e nós temos que nos escutar uns aos outros, porque é um exemplo de democracia. Se calhar, há muita gente do sistema educativo que está a assistir a este debate e o que considera é que os deputados devem dar o exemplo: ouvirem-se uns aos outros.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que continue com a declaração de voto.

O Orador: Era só para evitar novas interrupções, é só esta referência. Acho que é muito importante, há aqui também um sentido pedagógico nas intervenções, ou seja, a capacidade de nos ouvirmos uns aos outros, de respeitarmos as opiniões. As opiniões são diferentes, mas temos de nos ouvir uns aos outros.

Para concluir, dizer o seguinte. O sistema tem que ser universal. Não interessa se o aluno está no Corvo, perto de casa ou muito longe de casa, ou se está em São Miguel. Há algo que é fundamental, há algo que demorou muito tempo a

conquistar, é que todos somos iguais, todos temos os mesmos direitos. O sistema tem que ser universal, garantindo as mesmas condições para todos, e é para essa por essa utopia que eu me continuo a bater e que V. Excelências já desistiram da mesma.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente,

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD votou contra esta iniciativa, como foi explicado na altura por mim, uma vez que nós não consideramos que seja o facto de ser pública ou ser privada que depende a qualidade da refeição. Para nós a qualidade da refeição está em primeiro lugar, mas não fazemos depender essa qualidade de ser fornecido pela própria escola ou de ser concessionado a privados. Consideramos, sim, que a qualidade exige uma maior fiscalização e os números de fiscalização apresentados pelo Sr. Secretário mostram a manifesta falta de haver mais fiscalização.

É necessário talvez rever os cadernos de encargos. O preço por refeição que é pago para ser confeccionada e, por outro, achamos necessário o reforço do número de nutricionistas nas escolas dos Açores, para que se possa garantir uma refeição de qualidade a todos os alunos que frequentam as escolas dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Vamos fazer um intervalo, regressamos às 18h.

Eram 17 horas e 32 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 05 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge reocupou o seu lugar na Mesa)

Entramos agora no ponto oito da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XI – “Alteração ao Orçamento da RAA para o ano 2018”**.

Os tempos são os que utilizamos no processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Esta proposta visa apenas alterar num artigo o limite máximo definido para as operações ativas passando de 25 milhões para 40 milhões o limite máximo estipulado para as operações ativas.

As operações ativas são, em termos práticos, aquilo que resulta dos empréstimos de curto prazo que a Região possa fazer a empresas do setor público empresarial e que tem que estar automaticamente liquidados até 31 de dezembro do próprio ano os aumentos de capital e aquilo que são os subsídios reembolsáveis no âmbito dos sistemas de incentivos.

Essa alteração deriva efetivamente do facto deste ano termos reforçado o aumento do capital social à SATA e para acomodar esse aumento nesse limite que está estipulado é ajustar esse mesmo limite, essa realidade. Não tem qualquer alteração em termos de mapas orçamentais, não tem qualquer alteração em termos de fluxos financeiros nem nos valores do orçamento, mas apenas no âmbito deste artigo.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em sede de comissão o Sr. Vice-Presidente já explicou as questões que tinham sido colocadas e da nossa parte estamos esclarecidos.

A dúvida que persiste agora tem a ver com a alteração que foi apresentada. Se pudesse explicar o âmbito e o impacto dessa alteração.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta merece a aprovação do Partido Socialista e a proposta de alteração que apresentámos visa clarificar e esclarecer que o limite das operações ativas é o limite em termos líquidos e não em termos absolutos. É essa a principal alteração de forma a que não se some duas vezes o valor dos empréstimos e com isso estejamos a duplicar o limite e não em termos líquidos. É essa a principal função da alteração que é apresentada.

Em relação à proposta do Governo é importante, porque visa garantir e dotar as empresas públicas dos meios financeiros necessários para que elas possam desenvolver a sua atividade, seja através dos empréstimos, seja através dos aumentos de capital e, portanto, é coerente com a política do Partido Socialista em dotar as empresas dos meios necessários para prestarem um serviço de qualidade aos açorianos e é essa a principal nota que queremos aqui deixar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Clarificando um pouco também esta proposta.

No fundo, a ideia é tornar ainda mais transparente e mais rigoroso o conceito e a questão levanta-se, por exemplo, se nós fizermos um empréstimo de curto prazo a uma empresa do setor público empresarial, por exemplo, durante um mês (dou um exemplo de 5 milhões de euros), a Região empresta no dia 1 de março e a empresa devolve a 30 de março. Se no mês de junho voltarmos a fazer outro de mais 5 milhões de euros, se isso conta duas vezes, ou seja, se conta 10 milhões, ou se conta apenas o montante líquido que efetivamente está na operação. O entendimento que nós consideramos, para ser ainda mais correto, é que deve ter essa caracterização da operação líquida para que uma operação depois de amortizada ao longo do ano não continue a contar no momento seguinte para esse limite, porque já está amortizada.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação desta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Como aqui foi referido à uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 1.º.

Vamos votar então na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na generalidade por unanimidade.

Presidente: Julgo não existirem também inscrições para o debate na especialidade, sendo assim, coloco de imediato à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 1.º deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 1.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos então agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Muito bem.

Passamos então para o ponto nove da Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XI – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2016/A, de 18 de maio e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018/A, de 3 de janeiro, que regulamenta o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial – COMPETIR+”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(Neste momento, a Deputada Graça Silva foi substituída na Mesa pela Deputada Bárbara Chaves)

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos maiores problemas que a Região atravessa é o da precariedade no trabalho.

Este fenómeno social mantém vidas suspensas na corda bamba de um emprego à espera que no dia seguinte a segurança de um contrato e de um salário não se esfume.

A precariedade pelo impacto que tem na vida de milhares de açorianos e açorianas é dos mais sérios e complexos problemas sociais que a Região atravessa. É a estabilidade da vida das pessoas, são projetos de vida que cada vez mais açorianos e açorianas têm de adiar por não terem um emprego estável. Ao virar da esquina espreita o desemprego quando o contrato termina ou antes disso.

A precariedade é, pois, infelizmente, cada vez mais a norma no mundo do trabalho.

Nos Açores verifica-se um aumento constante do peso dos contratos a prazo associada a uma diminuição do peso dos contratos sem termo. Esta trajetória não tem sido atenuada pelo crescimento da população empregada. O crescimento da proporção de contratos a termo significa também ela menores rendimentos. Segundo o barómetro das crises do Observatório das Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a remuneração média mensal dos contratos a termo é 100 euros mais baixa comparativamente à dos contratos sem termo. São menos 100 euros por mês que a juntar à insegurança do vínculo precário penalizam ainda mais estes trabalhadores.

O sistema de incentivos para a competitividade empresarial designado por COMPETIR+ foi criado por proposta do Governo Regional dos Açores e visa promover o desenvolvimento sustentável da economia regional, reforçar a competitividade, a capacidade de penetração em novos mercados e a internacionalização das empresas regionais, assim como alargar a base económica de exportação da Região Autónoma dos Açores.

O COMPETIR+ é, neste momento, o principal instrumento da política de incentivos ao investimento privado na Região. O seu primeiro objetivo é a criação de emprego estável, durável e sustentável, mas esse objetivo é talvez o menos conseguido como demonstram os dados estatísticos.

O Governo Regional, pela voz do Sr. Vice-Presidente, refere várias vezes que a Região tem o melhor sistema de incentivos do país, mais de mil projetos foram apoiados pelo COMPETIR+ em apoios que ultrapassam os 800 milhões de euros. A grande maioria dos projetos de investimento que se realizam nos Açores são apoiados pelo COMPETIR+.

Os apoios públicos ao setor privado, os quais o Bloco de Esquerda defende numa região ultraperiférica com condicionantes inegáveis a vários níveis tem, no entanto, de ser também garantia de criação de emprego estável.

Para nós, os apoios públicos têm de ser sinónimo de responsabilidade social, de emprego estável e com direitos. É o mínimo que se exige.

Se por um lado o Estado e a Região têm de dar o exemplo, garantir emprego com direitos aos seus funcionários e, por isso, estabilidade, por outro, devem desenhar políticas públicas que promovam a criação desse mesmo emprego estável.

Para o Bloco de Esquerda chega do abuso dos contratos a prazo, chega de falsos recibos verdes e de subemprego, chega de exigir que os projetos sejam cofinanciados com dinheiros públicos e os postos de trabalho financiados a dobrar. Chega finalmente de precariedade também no setor público onde tantas vezes o exemplo fica na gaveta.

Para que esta Casa passe das palavras aos atos e tome decisões para combater com firmeza a precariedade laboral, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou este projeto de Decreto Legislativo Regional que altera o COMPETIR+ com vista a garantir que uma parte significativa do emprego criado no seguimento dos projetos apoiados seja emprego duradouro. Propomos, assim, que 75% dos postos de trabalho criados o sejam através de

contratos sem termo, sendo esse valor reduzido para 50% no caso das microempresas. Assim, garante-se a estabilização do emprego criado, gerando o aumento de rendimentos e segurança no emprego dos trabalhadores das empresas apoiadas.

Mas a proposta que fazemos procura também trazer mais transparência e este programa de incentivos. Propomos que as centrais sindicais estejam representadas na comissão de acompanhamento dos projetos, defendemos ainda que sejam publicados no portal do Governo os postos de trabalho criados por cada projeto, assim como os vínculos contratuais dos trabalhadores durante três ou cinco anos conforme se tratem ou não de microempresas.

Os apoios públicos às empresas, como é o caso do COMPETIR+, são uma importante forma de intervenção pública na economia, assumem papel essencial numa região ultraperiférica com debilidades várias onde o investimento tem riscos e dificuldades acrescidas. Os apoios públicos às empresas dinamizam certamente o investimento e fazem crescer a economia, mas com estes tem de vir exigência, responsabilidade para com os Açores, para quem aqui vive e para quem trabalha.

É hora, pois, dos apoios públicos, que são os recursos de todos nós, mudarem para melhor também o emprego nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em termos gerais, o Partido Socialista concorda com as propostas que são apresentadas pelo Bloco de Esquerda, em termos gerais, porque a postura do Partido Socialista e também do Governo tem colocado na sua agenda e como prioridade o combate à precariedade laboral com vista a garantir maior

estabilidade e maior segurança para os trabalhadores, sempre com a finalidade máxima de garantir um aumento do rendimento das famílias. Portanto, nesses termos concordamos com aquilo que é apresentado.

Em termos de pormenor nós temos algumas alterações, motivo pelo qual apresentamos algumas propostas com o objetivo de garantir um equilíbrio, um equilíbrio entre aquilo que são os interesses das empresas em realizar investimento e aquilo que são os interesses e os direitos dos trabalhadores. É neste equilíbrio que acreditamos que existe um crescimento sustentável, que gera riqueza para a Região e que garante um aumento dos postos de trabalho que são criados.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: É também fundamental realçar e ainda hoje foram divulgados alguns dados que confirmam o bom momento da economia regional que cresce de forma sustentável, cresce devido ao investimento das empresas e que gera mais rendimento para as famílias. O rendimento disponível bruto das famílias que é hoje divulgado nos Açores é superior em 380 euros à média nacional. Isto é mais um exemplo claro da atitude responsável da governação do Partido Socialista que gera rendimento para os trabalhadores e que permite às empresas investir e gerar também riqueza para a Região.

E para já ficava por aqui.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós partilhamos os objetivos gerais do diploma e da proposta, mas é evidente que é uma moeda com duas faces. Só o crescimento económico e através do investimento privado é que é possível criar emprego e, portanto, aquilo que são

as preocupações do ponto de vista da precaridade têm que ser balançadas com aquilo que são os constrangimentos que possam surgir desta medida.

Nós temos uma proposta do Partido Socialista que será analisada de seguida, mas a questão que coloco e que é uma preocupação também nossa e queria, sobretudo, clarificar a interpretação que nós damos ao artigo 17.º, à alínea a que é apresentada a alteração e que fixa os 75% de contratos sem termo e a questão é essa: se essa norma se aplica também no caso de uma empresa que faz um investimento aos trabalhadores que já exerciam as suas funções nesta empresa ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não! Só aos novos!

O Orador: ... ou só aos novos trabalhadores.

É que a redação deixa alguma dúvida e solicitava o esclarecimento ao Sr. Deputado António Lima, ao Bloco de Esquerda, sobre essa matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente dizer, aliás, na sequência daquilo que tive oportunidade de dizer na comissão que eu penso que este diploma tem na sua globalidade objetivos que nós consideramos positivos.

Consideramos que é positivo nós contribuirmos também no âmbito dos sistemas de incentivos para uma maior estabilidade dos recursos humanos e o combate à precaridade laboral.

Aliás, como foi dito pelo Sr. Deputado António Vasco esta é uma matéria que se faz de equilíbrios, ou seja, a criação de emprego estável é algo que não se pode apenas fazer por via legislativa, porque se fizermos sucessivamente pela via legislativa não se cria emprego e se não se cria emprego o emprego não é estável. Ou seja, a estabilidade do emprego e a não precaridade é uma segunda fase de uma estratégia de criação de emprego, nunca pode ser a primeira à

partida, sob pena da mesma desincentivar a criação de emprego e não melhorar a qualidade de emprego. Daí há que trabalhar essa matéria com progressividade. No entanto, é bom lembrar, faz agora um ano, que introduzimos medidas no âmbito dos programas de apoio ao emprego de apoio às empresas precisamente para combater a precariedade, para assegurar estabilidade às empresas.

As empresas açorianas têm, neste momento e no âmbito do seu apoio ao investimento o sistema de incentivos, que é o mais intenso, abrangente e generoso, se assim se pode dizer, de apoio que existe no âmbito da União Europeia, ou seja, não há no espaço europeu empresas com tanto apoio, tão intenso a fundo perdido como existe nos Açores para apoiar o seu investimento. Complementarmente criámos um conjunto de apoios para as empresas criarem emprego. Esses apoios foram em novembro do ano passado redirecionados, redirigidos essencialmente para o emprego estável. Por exemplo, através do programa ELP as empresas podem receber, se fizerem um contrato sem termo com um trabalhador em determinadas condições, um apoio que vai até 12 mil euros por esse contrato ao longo de três anos.

Portanto, atuámos também já do ponto de vista do apoio às empresas para que façam contratos de trabalho sem termo, que estabilizem o quadro das suas empresas.

Penso que por isso a intenção que aqui é vertida, além de outros artigos que concordamos na generalidade, é que também (e é essa a interpretação clara que nós temos), naquilo que são os novos empregos que criem, os novos postos de trabalho que criem no âmbito dos sistemas de incentivos que têm uma comparticipação que pode ir até 65% nos novos postos de trabalho que criem, uma parte desses postos de trabalho sejam como contrato sem termo, uma parte dos novos postos de trabalho criados e não dos postos de trabalhos já existentes. Tendo em conta que ao mesmo tempo nós temos este objetivo, por outro lado, as empresas se o fizerem, para além dos incentivos que têm ao investimento, têm um apoio de 12 mil euros cumulativo por cada posto de trabalho que criem

em contrato sem termo, ou num período de 12 anos que acumula com os apoios no âmbito ao seu investimento.

Penso que no desenho total desta política de apoio às empresas no sentido de reforçar a contratação sem termo e a integração de trabalhadores no quadro, acho que é uma medida equilibrada, na nossa opinião, com uma percentagem não tão intensa de exigência do número de trabalhadores face àquela que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda e correspondente a um efeito progressivo daquela que é defendida pelo Partido Socialista, mas acho que é um contributo para o aperfeiçoamento dessa realidade.

Nas outras matérias, nomeadamente na comissão de acompanhamento e outras questões de clarificação de informação, nós temos também o nosso acordo a que as mesmas sejam aprovadas e nesse sentido também aperfeiçoado o próprio sistema de incentivos.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A realidade nos Açores é obviamente diferente do Corvo, na Terceira, em São Miguel e as empresas são naturalmente diferentes, o mercado é diferente, a procura é diferente, a oferta é diferente.

Deputado Carlos Silva (PS): Por isso é que as taxas são diferentes!

O Orador: E obviamente que o CDS não é a favor da economia planificada como propõe aqui o Bloco de Esquerda e como suaviza, um bocadinho, o Partido Socialista.

Nós somos a favor de uma economia de mercado.

Obviamente que numa região arquipelágica o Governo tem feito (e bem!) apoiar as empresas com alguns bons apoios, incentivando a criação de emprego estável, agora o que não podemos é obrigar as empresas privadas a ficarem com

um fardo que não podem depois sustentar no futuro, que é isso que pode acontecer. Pode ter um efeito perverso: é levar a empresa à falência ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é uma obrigação, é um incentivo às empresas!

O Orador: ... por dificuldade de pagar (e temos muitas, temos algumas) salários, porque teve, para aceder a um programa de incentivos, que ficar com mais empregados, ou mais funcionários e, portanto, nós não nos revemos na economia planificada, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Os novos!

O Orador: ... não concordamos com essa proposta do Bloco de Esquerda. Aliás, pode ter um efeito perverso nos Açores.

Emprego estável, sim! Com condições à empresa, com apoio à empresa, com apoio aos salários como se tem feito, com condições como se o funcionário for despedido naquele programa que existe a empresa ter que devolver o dinheiro, se não mantiver o funcionário na empresa ... Agora, planificar como é que as empresas vão fazer ... Nem todas as empresas são iguais, nem em todas as ilhas são quais e, portanto, há que deixar o mercado funcionar, aliás, por isso mesmo é que o Governo, reconhecendo exatamente esta diferença inter ilhas, tem programas em certas matérias específicos para as ilhas da coesão, ...

Deputado Carlos Silva (PS): As taxas são!

O Orador: ... ou para as ilhas mais pequenas, ou para as ilhas com menos mercado relativamente às taxas, exatamente. Agora, suavizar a taxa não resolve o problema.

Deputado Carlos Silva (PS): É equilibrada!

O Orador: É uma questão de conceito, é uma questão ideológica. Portanto, aqui esta proposta do Bloco de Esquerda, é uma proposta ideológica, de economia planificada, de economia estatizada e, portanto, nós não podemos concordar, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É substancialmente diferente!

O Orador: ... embora a proposta do Partido Socialista venha de alguma maneira suavizar em termos de percentagem, mas não altera em termos de conceito. Isso é que é a realidade e, portanto, nós aí não podemos concordar com o conceito.

Mais! Eu até diria, como o Sr. Vice-Presidente disse, que não é por decreto que se vai criar postos de trabalho. Concordamos plenamente. Vamos aqui agora decretar, como veio o Bloco de Esquerda fazer, que vai-se criar não sei quantos postos de trabalho, vai-se acabar com a precariedade, a gente decreta isto aqui e está resolvido.

Não! Temos que ter uma economia a funcionar, empresas dinâmicas, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Os resultados demonstram isso mesmo!

O Orador: ... empresas vivas, empresas no mercado de trabalho e a produzir e algumas, felizmente, com alguma qualidade e até a exportar com alguma qualidade, tínhamos que ter apoios à exportação mais intensos, ...

Deputado André Bradford (PS): Mais intensos? Mais intensos era pagar menos produtos!

O Orador: ... apostar como se tem apostado na diferenciação de produtos que a Região tem feito (e bem! A Região tem feito e bem!). Temos hoje produtos açorianos de marca que o Governo apostou no seu financiamento, temos hoje produtos açorianos de grande qualidade para exportar e empresas reconhecidas a nível nacional e internacional com bons produtos e, portanto, queremos empresas dinâmicas, não queremos economia estatizada, nem economia de Estado na Região Autónoma dos Açores, porque isto era um retrocesso civilizacional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já foi referenciado pelo Sr. Deputado Artur Lima na intervenção que me antecedeu, o PPM também considera que o sistema que o Bloco de Esquerda prevê e que propõe é demasiado rígido e, portanto, cria, obviamente, dificuldades às empresas.

A verdade é esta: eu considero é que as empresas devem ser dotadas da flexibilidade suficiente para poderem responder às situações conjunturais que enfrentam, às situações de mercado que enfrentam, às situações de competitividade que enfrentam.

O Bloco apresenta-nos aqui uma perspetiva que é um pouco venezuelana e não funcionou. Não funcionou! Ou seja, a partir do momento em que há uma regulamentação excessiva, em que se constrói uma estrutura de responsabilidades das empresas que é demasiado rígida, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Há incentivos às empresas na Venezuela, Sr. Deputado!?

O Orador: ... a partir daí é contraproducente, porque o que acontece é que os apoios que estão a ser concedidos não geram mais emprego, pelo contrário, podem ter é um efeito perverso e, por isso, nós não podemos acompanhar Vs. Exas e vamos votar contra a vossa iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Em relação à questão dos apoios à exportação é só para clarificar um sentido: os apoios à exportação que nós temos na Região careceram de uma notificação prévia, de negociação prévia com a Comissão Europeia e é o limite máximo que a Comissão Europeia permite em termos de regras de concorrência. Portanto, nós até queríamos ir mais além nessa matéria, a nossa proposta inicial, nomeadamente no subsistema de incentivos de internacionalização queríamos ir

mais além, mas são as regras, a regulamentação comunitária que não permitiu ir, por exemplo, além dos 90% de apoios aos transportes dos produtos que se exporta, se bem que a evolução da própria regulamentação comunitária evoluiu positivamente.

Lembro que quando entrou esse sistema de incentivos, a Comissão Europeia só permitiu o apoio às exportações aos transportes até Lisboa e com a alteração da regulamentação comunitária permitiu até ao mercado de destino do produto, o que reforçou a possibilidade desse apoio, mas há uma limitação que é uma limitação de regras comunitárias, que é o limite máximo de auxílio prestados por empresa, que é a chamada regra de minimis, que são 400 mil euros no espaço de um conjunto de anos e sobre isso não há volta a dar, não é uma questão de opção do Governo Regional, é uma opção de legislação comunitária em termos de concorrência que não a poderemos alterar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gostaria de mais!

O Orador: Aliás, nós propusemos mais, só que não pode o Governo ir para além disso pelas regras comunitárias.

Segunda questão. A questão do apoio do mercado de trabalho, o Governo considera que deve ser sempre feito essencialmente pelo lado do incentivo ao apoio e não pelo lado da regulamentação, mas também nós não estamos aqui a regulamentar e a definir como é que são os contratos, se são a termo ou sem termo. O que estamos a fazer (e penso que num sentido bem, na minha opinião e na opinião do Governo na dimensão que o PS propõe) é, por exemplo, dizer que as empresas que têm até 50 trabalhadores, que têm um apoio de 65% para um investimento, que esse investimento crie x postos de trabalho, $1/3$, um em cada três desses trabalhadores que passam a criar em termos de novos postos de trabalho, um em cada três que tenha um contrato de trabalho por tempo indeterminado, ou seja, sem ser contrato a prazo.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é equilibrado!

O Orador: Dizemos ao contrário é aceitar que 2/3 dos trabalhadores tenham contrato a prazo daqueles que decorrem do aumento do investimento e sendo que aqueles contratos por tempo indeterminado têm um apoio no âmbito do programa que foi aqui referido de 12 mil euros por três anos cumulativamente com os sistemas de incentivos.

Eu penso que isso não tem absolutamente nada ... É uma medida (e é bom dizer) que contribui para evitar abusos, porque temos que ser realistas, queremos combater o trabalho precário desnecessário e queremos combater o abuso ao trabalho precário, porque da mesma maneira que devemos equilibrar o mercado de trabalho, incentivar o mercado de trabalho, também não devemos permitir aquilo que são abusos na utilização de contratos a termo certo e a substituição permanente que existe de pessoas para necessidades permanentes das empresas e que ao fim de um ano são substituídas por outros (e nós temos esses quadros). Existem muitas empresas que têm exatamente o mesmo número de postos de trabalho e que anualmente substituem por contrato a prazo, um trabalhador por outro trabalhador. Isso não faz qualquer sentido.

Já agimos nesta matéria incentivando as empresas a que isso não aconteça através dos programas de apoio à contratação.

E mais! Através de bonificar claramente os apoios quando são contratação sem termo em detrimento da contratação a prazo. Nesse mesmo sentido, acho que aquilo que se dá é mais um passo nesse sentido e não me parece que seja violador do mercado de trabalho dizer para um incentivo que nós participamos até 65% de novos investimentos, dos novos investimentos que venham a ser feitos, os postos de trabalho que resultarem desses investimentos exigir que 1/3 desses novos trabalhadores que crescem tenham o contrato logo à partida sem termo, porque se eu vou criar, se eu vou fazer um investimento, se eu tenho mais postos de trabalho, se o ter mais postos de trabalho vou receber uma bonificação a fundo perdido que irá até mais 15% (mais 15%!), não acho que seja uma violação, uma economia venezuelana, desculpe! Não tem nada a

ver com isso. Exigir que 1/3 desses trabalhadores a sua contratação seja logo sem termo, porque das duas, uma: ou a empresa não precisa desses trabalhadores e está a criar aqui um empolamento; ou então se precisa 1/3 dos mesmos ser logo com contrato estável, integração de quadro, não é economia venezuelana, é aquilo que nós consideramos uma verdadeira economia com sentido social, com justiça e com valorização equilibrada entre as empresas e os trabalhadores evitando os abusos neste caso que existem também por parte das empresas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Lima tem agora a palavra.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos então às cinco para as sete.

Eram 18 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 19 horas.

(Após o intervalo, a Deputada Graça Silva foi substituída na Mesa pela Deputada Bárbara Chaves)

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, responder à questão do Sr. Deputado António Vasco Viveiros que já foi também respondida pelo Sr. Vice-Presidente.

A proposta de alteração que nós apresentamos tem como intuito que os novos postos de trabalho apresentados, criados no âmbito dos projetos apoiados tenham, na nossa proposta (há proposta do Partido Socialista que tem um âmbito que não vai tão longe quanto o que nós gostaríamos), mas a nossa proposta tem a ver, obviamente, com os postos de trabalho a serem criados no âmbito dos novos projetos e é por isso também que esta proposta não tem nenhum ... a proposta de alteração do Partido Socialista e nem sequer tem a nossa. Não há aqui qualquer radicalismo, nem nenhuma forma de planeamento da economia, nem nada que se pareça.

Temos um sistema de incentivos a que as empresas podem concorrer voluntariamente, ninguém as obriga. É uma capacidade, é uma opção que têm. Agora, para terem esses apoios públicos, que nós defendemos e não temos qualquer preconceito ideológico sobre esta matéria numa região como a nossa, eles devem existir, podem existir e devem ter um contributo importante para a dinamização da nossa economia e para a criação de emprego, mas esse emprego tem que ser emprego estável.

O que nós propomos é um caminho, é um primeiro passo. Não vai fazer nenhuma grande alteração, nenhuma resolução nesta matéria, mas é um passo, um sinal que esta Casa deve dar, julgamos nós, no sentido de combater a precariedade laboral nos Açores.

Mas respondendo àquilo que foi dito pelos partidos à direita, principalmente ao CDS e ao PPM, a direita vem para aqui com um discurso de que há uma intervenção anormal na economia que não deve existir, que isso iria prejudicar a economia, que isso iria prejudicar a criação de emprego, as empresas e por aí fora. Esse discurso é velho, é bolorento, já o ouvimos várias vezes, ouvimos em 2015 quando toda a gente dizia que o aumento do salário mínimo iria destruir emprego.

Vejam, Sras. e Srs. Deputados, o que é que o aumento do salário mínimo fez: criou, ajudou a criar emprego, ajudou a combater a pobreza e hoje todos debatemos aqui e que toda a gente se mostrou muito preocupada, mas quando é para atacar a pobreza com uma medida concreta, a direita fica quieta no lugar e irá votar contra esta proposta.

Deputado António Almeida (PSD): A direita?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, o que a direita quer é que talvez se eliminasse o salário mínimo, porque é uma forma de intervenção na economia, é uma forma do estado se imiscuir nos negócios das empresas. Essa direita já é velha e esse discurso nós já conhecemos e não tem lugar nesta Casa.

Esta proposta que o Bloco de Esquerda apresenta é uma proposta muito ténue, não vai mudar, não vai fazer uma revolução, como já disse, e é por isso é que é inaceitável que não tenha uma aprovação, diria eu, unânime nesta Casa.

O Partido Socialista tem uma proposta de alteração que não vai tão longe, é mais tímida do que nós gostaríamos. Será um avanço se ela for aprovada, mas nós gostaríamos que ela fosse muito mais longe.

Eu recordo que o Partido Socialista até reconhece os 75% como um valor até adequado para a criação de emprego estável, porque no orçamento apresentou uma proposta que atribui um certificado às empresas que têm e que atingem esse valor de trabalhadores com contrato a termo,...

Deputado Carlos Silva (PS): Que o senhor reclamou na altura!

O Orador: ... ou seja, é o próprio Partido Socialista que reconhece que esse deve ser um caminho a atingir. Pois bem, nós gostaríamos que assim fosse. Iremos continuar, obviamente, a lutar para que assim seja.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Bolorento, fossilizado para quem é tão jovem, para quem tem 12 anos de vida que é o Bloco de Esquerda, é o vosso discurso e o Sr. Deputado ao menos seja

intelectualmente sério, porque aumento do salário mínimo nacional a direita fez quando estava no Governo contra a sua proposta que o senhor votou contra, ou o seu partido votou contra. Portanto, o senhor tem que, pelo menos aqui, dizer a verdade e não vir para aqui mentir, que foi o que o senhor acabou de fazer.

Deputado António Lima (BE): Mentir!?

O Orador: Sim! Porque a direita no continente, como o senhor está falando (presumo que se está a referir ao Governo da República) mesmo em dificuldades e a direita quando está no poder tem uma ideia e quando tem um rumo segue-o. Eu gostava que o senhor se referisse era à esquerda caviar grega. O que é que o senhor fez, o que é que o senhor dizia e o que é que o senhor fez quando lá foi?

Essa esquerda caviar, quando se apanha no poder, se instala em poltronas e em palácios dourados, que é a sua esquerda, é que o senhor vai ter que explicar e essa é que tem o salário mínimo. Essa não tem salário mínimo, esse tem privilégios máximos dos países onde o senhor é oriundo, a sua ideologia.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde isto já vai!

O Orador: É português, é!

A sua ideologia é oriunda da exploração do povo pelos governos, Sr. Deputado, há muitos anos.

Vá à Grécia. O que é que melhorou?

Baixou-se, ajoelhou-se perante Bruxelas.

O que é que melhorou na Grécia?

Melhorou o salário mínimo?

Melhorou as condições dos trabalhadores?

Melhorou, Sr. Deputado?

Melhorou as prestações sociais?

Melhorou ou não melhorou com o governo do Bloco de Esquerda?

Deputado António Lima (BE): Governo do Bloco de Esquerda?

O Orador: Piorou, Sr. Deputado!

Então o senhor que lá está, o célebre Tsípras, que Catarina Martins foi de jato visitar mais o Louçã?!

O senhor é de que partido?

É tão arrepiante que o único dogmático e ideológico que os senhores lá têm, fugiu, foi o Varoufakis. Teve vergonha do vosso partido. Fugiu, porque os senhores traíram a vossa ideologia, contraíram agora, em Portugal, exatamente, aprovando um orçamento do Governo da República, votando a favor.

E que medidas lá tinha no orçamento a favor dos trabalhadores, Sr. Deputado, para o senhor votar a favor?

Quais eram os aumentos?

Porque é que trouxe?

Era o que os senhores queriam?

Ou os senhores agora já se contentam com migalhas, já são o partido da migalha?

É isso que está a acontecer, os senhores já se trocam e, portanto, ainda têm o distinto desprazer de ... Não, não! Nós somos coerentes no poder e na oposição, ao contrário dos senhores, que quando chegam ao poder são piores que a direita que os senhores acusam, muito piores e mais prejudiciais para os trabalhadores, para as empresas e para a economia.

Veja a Grécia até para não ir buscar outro exemplo que vos irrita, mas podíamos ir à Câmara de Lisboa quando lá estava o vosso vereador e podíamos ir a outros sítios.

Podíamos ir à CAM quando vocês tiveram a Câmara Municipal.

Já se esqueceram da vossa Câmara Municipal, que os senhores tinham? Já se esqueceu da Câmara Municipal?

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual é?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A câmara mais taurina!

O Orador: Como é que foi governada e porque é que não ganhou a seguir?

Porque governou contra o povo, Sr. Deputado.

Uns comprimidinhos para a memória fazem muito bem!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Agradeço as explicações do Sr. Deputado António Lima, do Sr. Vice-Presidente.

De facto, já vários deputados realçaram isso, há aqui um balanço que é fundamental entre a precariedade e também as condições de competitividade das empresas para a criação de emprego.

Nós temos na Região e as contas que foram divulgadas hoje, contas regionais, que nós vimos com a profundidade necessária, mas pelo menos um dos indicadores que é o investimento, a formação bruta de capital fixo, continua com níveis muito baixos e estamos a falar de contas de 2016. Esperemos que em 2017 possam ser superiores, ou seja, estamos com níveis de desinvestimento que representam cerca de 50% de 2008, mas não vimos os dados com rigor e, portanto, é ainda uma questão que tem que ser vista. Mas só os dados que vi eram 500 e tal milhões de euros, mas sujeitos a confirmação.

Deputado Carlos Silva (PS): 542!

O Orador: Mas a questão de fundo é essa. Sem deixar de parte a questão da precariedade, que é uma questão essencial, mas como também as medidas aplicam-se exclusivamente (isso já foi esclarecido) a novos investimentos e a novos postos de trabalho e, portanto, e a proposta do Partido Socialista apresenta uma taxa substancialmente mais baixa do que aquela que consta da proposta do Bloco de Esquerda, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Muito razoável!

O Orador: ... nós seguramente daremos um voto favorável àquela que é a proposta do Partido Socialista, mas não à proposta do Bloco de Esquerda.

Deputado Carlos Silva (PS): Uma boa proposta!

O Orador: Portanto, o que esperamos é que a própria economia com o seu dinamismo possa permitir que nos próximos anos nem essas medidas sejam necessárias para que a economia possa garantir, através do crescimento económico, emprego estável, evitando a prática abusiva da precaridade.

Muito obrigado.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, em primeiro lugar, saudar o PSD por votar favoravelmente, julgo eu, a proposta que será a do Partido Socialista que nós achamos que é pouco, mas que vai obviamente dar um sinal que julgamos importante.

Queria apenas aproveitar também para dizer que quem durante quatro anos esteve num Governo a cortar salários e pensões e que agora se preocupa muito com a pobreza não tem legitimidade de vir para aqui falar da Grécia. É preciso falar de Portugal, é preciso falar dos Açores e o CDS é isso que tem que fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente:

Estou muito satisfeito com a minha direita, Sr. Deputado, aliás, a única direita mais uma vez se prova neste Parlamento, mais uma vez se prova à direita de Portugal, o braço-direito dos Açores, não é verdade.

E o PPM também está na direita e vai-se ver no sentido de voto. Mas, Sr. Deputado, tivemos que resgatar um país, como já expliquei há bocado, não vou explicar outra vez, por culpa vossa.

Agora, o senhor devia-se envergonhar (da esquerda!) de votar um orçamento que aumenta 12 impostos. O senhor devia-se envergonhar de um orçamento que

o senhor votou a favor do imposto cego que atinge toda a gente. Não é só os ricos como os senhores defendem. Atinge os pobres em tudo, Sr. Deputado.

Ouçã, os impostos indiretos que os senhores têm sobre os bens atingem toda a gente, ricos e pobres, e o seu partido votou a favor de 12 impostos (12 impostos!), a maior carga fiscal de sempre em Portugal e nos Açores, o seu partido votou a favor, Sr. Deputado. Era isso que o devia envergonhar, era isso que o senhor aqui devia fazer, um ato de contrição e pedir desculpa aos açorianos por ter votado a favor do Orçamento de Estado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação do diploma na generalidade. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de DLR apresentado foi na generalidade aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade. Apenas alertava a Câmara do seguinte: o Bloco de Esquerda apresenta ele próprio uma proposta de alteração ao diploma e faz uma proposta de substituição integral à sua proposta de alteração, mas na prática apenas esta substituição integral vem reforçar parte daquilo que está alterado pelo próprio diploma em si. Portanto, no fundo, a proposta de alteração do Bloco de Esquerda o que pretende alterar ao diploma, à sua proposta originária, é efetivamente apenas as alíneas p) e q), apesar de que descreve todas as outras e é aditar um n.º 2 a este artigo 17.º do diploma originário.

Vamos então iniciar as votações.

Coloco então à votação a proposta de alteração e alerto também que vou fazer referência aos artigos que estão a ser propostos alterar que incluem o artigo 1.º

do diploma. Este diploma só tem dois artigos: o primeiro que propõe alterar o 17.º, 18.º, 20.º e 21.º do diploma em vigor. Portanto, vou fazer referência é às propostas de alteração a estes artigos.

Portanto, o Bloco de Esquerda propõe alterar o artigo 17.º do diploma original. Vou colocar à votação esta proposta de alteração. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Esta proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração do Partido Socialista também a este artigo 17.º, nomeadamente a alínea o) do n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Não fica prejudicada, porque a proposta de alteração do Bloco de Esquerda era apenas as alíneas p) e q) e um aditamento de um n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor PSD, 2 votos a favor do BE, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 1.º do diploma com ...

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra. Peço desculpa, é o ritmo do trabalho.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, é só para esclarecer, para pedir um esclarecimento.

Quando foi feita a votação do artigo 17.º, porque foram entregues propostas e depois substituições pelo Bloco de Esquerda e gerou alguma dúvida, se foi votada a alínea n) ou se mantém o original do diploma, porque há duas versões.

Presidente: O que se vai manter é o original.

Deputado Carlos Silva (PS): Do diploma ou da proposta de alteração?

Presidente: A proposta de alteração, aquilo que o Bloco de Esquerda pretende alterar ao seu diploma é, nomeadamente, a alínea p) e q) do n.º 1 do artigo 17.º e aditar um n.º 2 ao artigo 17.º.

A proposta de substituição integral que foi entregue no fundo o que vem reforçar são as alíneas deste mesmo artigo que existem neste diploma que nós estamos a votar, porque se formos ler a redação elas são exatamente iguais. Portanto, alínea n), a redação que ficará é a do diploma original apresentado pelo Bloco de Esquerda.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Poderemos votar essa alínea em separado.

Presidente: Em separado. Muito bem.

Então dentro da votação ainda ao abrigo do artigo 1.º do diploma nós fizemos as votações das propostas de alteração e vamos votar em concreto a alínea n) do

n.º 1, do artigo 17.º do diploma que está aqui, que foi debatido e que está a ser votado.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos contra PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 1.º do diploma com todas as alterações e votações que foram feitas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra de CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra de CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, o projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor PSD, 2

votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra de CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para?

Uma declaração de voto, tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta iniciativa da nossa autoria com alterações do Partido Socialista.

Votámos a favor apesar das alterações que foram realizadas e apesar de algumas dessas alterações não irem tão longe, não irem sentido que nós gostaríamos, mas o certo é que foi dado um passo, um passo mais tímido do que nós gostaríamos e do que nós propomos, mas um passo que dá, julgamos nós, um sinal à sociedade que este problema tem que ser encarado de frente, que têm que existir medidas, que se tem que passar dos discursos à ação.

Quando se parte de um programa de incentivos que tinha muito pouco ou quase nada no que respeitava à qualidade dos vínculos laborais, à sua estabilidade é, efetivamente, um avanço que não podemos deixar de reconhecer e obviamente que é com satisfação que vemos que existe, e por iniciativa do Bloco de Esquerda, um avanço nesta matéria e que ele teve uma aprovação de larga maioria nesta Casa.

A responsabilidade das empresas que são apoiadas por dinheiros públicos tem que existir. Este é um programa, como já disse, voluntário e quem concorre para conseguir apoios que são de todos nós e que são utilizados neste projeto ou naquele em vez de serem noutros tem que ter, obviamente, responsabilidade de ter atenção ao emprego que cria, à sua qualidade, de dar qualidade de vida e segurança à vida das pessoas.

Teremos certamente oportunidade de no futuro voltar a este assunto, eventualmente, a este diploma, no sentido de caminhar para que cada vez mais haja emprego de qualidade nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este não é o caminho.

A Região Autónoma dos Açores, quer com a governação do PSD, quer também com a governação do Partido Socialista, mantém basicamente o mesmo modelo. É um modelo estatizante, é um modelo que aprisiona as empresas: pedir apoio ao Governo Regional significa que a empresa fica com uma estrutura muito rígida, isso significa que a empresa perde liberdade no mercado, significa que a empresa perde liberdade de adaptação às diversas conjunturas e a médio prazo aquilo que é uma boa intenção da esquerda, o Bloco de Esquerda e do PS (concedo que é boa), mas nós já vimos ao longo destes últimos 200 anos que não funciona, este é o tipo de modelo que não funciona.

O que é que cria?

Cria uma região clientelar em que as empresas estão dependentes, estão extremamente dependentes, do poder político, em que as empresas não têm a capacidade para enfrentar conjunturas mais difíceis, porque estão amarradas a um conjunto de pré-requisitos que não lhes permitem responder com flexibilidade às situações que enfrentam e, por isso, este não é o caminho.

Há 40 anos éramos uma das regiões mais pobres da Europa. Hoje continuamos a ser uma das regiões mais pobres da Europa.

Eu considero que o caminho é exatamente o contrário, o que se deve fazer na nossa região é exatamente o contrário: deve-se criar as condições ...

Deputado Mário Tomé (PS): E a proposta?

O Orador: ... para que as empresas possam entrar no nosso mercado, possam funcionar no nosso mercado, para que as empresas tenham aqui condições

únicas no país para desenvolver a sua atividade. É assim que se multiplica a riqueza, é permitindo e dando essa autonomia às empresas.

Estas medidas não são por acaso que têm uma matriz. Quando se fazem intervenções deste tipo, cuja matriz é do Bloco de Esquerda, nós já sabemos que esta matriz ideológica é uma matriz ideológica que acentua o peso do Estado, o controlo por parte do Estado, o controlo do aparelho político em relação ao mercado e em relação às empresas. É errado, não funciona! Não funciona em sítio nenhum do mundo. Não conheço nenhum sistema económico, não conheço nenhum sistema empresarial que seja eficaz com este tipo de amarras. Não funciona, Sr. Deputado!

Dê-me um exemplo no mundo em que funcione. Não funciona!

Deputado André Bradford (PS): Não há exemplo nenhum!

Isto é uma declaração de voto?!

O Orador: Eu vou-lhe dizer o seguinte: eu considero que as empresas só funcionam em ambientes, em mercados, numa estrutura política que as apoia e que lhes dá liberdade para poderem agir e criar emprego e nesse tipo de sistemas políticos, nesse tipo de sistemas de intervenção económica funcionam. Naqueles cuja matriz é definida pelo Bloco de Esquerda e que é votada favoravelmente por Vs. Exas eu considero que é um mau caminho, no fundo é o caminho que temos percorrido nos últimos 40 anos e que não nos fez avançar absolutamente nada. Éramos dos mais pobres, continuamos os mais pobres.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para mencionar que o Partido Socialista aprovou na generalidade a proposta do Bloco de Esquerda, porque isso demonstra que é possível, através do diálogo e da procura pelos consensos com alguns partidos da oposição, construir um futuro melhor para os açorianos. Este é mais um exemplo, é uma etapa, é um

processo gradual e nós estamos a contribuir de forma responsável para a procura por melhores condições de trabalho, de um rendimento mais justo para os trabalhadores.

Infelizmente, há sempre alguma oposição que continua presa no seu castelo e no seu reino, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Há 15 dias era diferente!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): De 15 em 15 dias muda de posição!

O Orador: ... mas essa oposição não serve os açorianos.

É importante realçar ... Sra. Presidente!

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O Partido Socialista demonstra aqui uma vez mais que é o garante da estabilidade política ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é também o partido que consegue conciliar os interesses das empresas e o interesse dos trabalhadores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

É o Sr. Deputado Artur Lima. Eu disse António Lima por engano e fiz enganar também o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Lamento imenso.

Sr. Deputado Artur Lima, do CDS.

Tem a palavra, Sr. Deputado. Peço desculpa.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente:

Assistimos aqui hoje a um erro histórico na economia dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): A história vai-se encarregar de provar o contrário!

O Orador: O CDS votou convictamente contra este diploma, porque é um diploma que vai contra o desenvolvimento dos Açores, porque são medidas que vão contra as empresas dos Açores, porque são medidas que vão contra os empresários dos Açores, porque os obrigam a tomar algumas medidas e eu lembro-me disso do tempo do PSD, tenho bem na memória.

O PS deu passos para se afastar dessa política estatizante e centralista, infelizmente, com este diploma volta um bocadinho a acompanhar o que era o passado. Isso talvez foi o problema dos Açores, ter uma política alternante e não de alternativa. É preciso, de facto, termos uma alternativa política nos Açores e essa não pode passar, como já se viu, por quem vota em medidas contra o desenvolvimento dos Açores e contra o desenvolvimento das empresas.

Somos contra porque defendemos a economia de mercado, somos contra porque defendemos a concorrência e somos contra porque achamos que apoiar os empresários não é dar nenhuma esmola. Apoiar os empresários, apoiar a competitividade, é um dever do Governo. Por isso, os empresários não têm que estar de mão estendida a dar-lhe algo em troca. É um dever do Governo apoiar, não é subsidiar. Não é isso que nós queremos e o problema da economia açoriana é a subsidiodependência e isso aumenta com esta proposta aprovada por toda a esquerda neste Parlamento, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma contradição! O senhor está a contradizer-se!

O Orador: ... aprovada pela esquerda radical e pelo centro-esquerda ou por toda a esquerda neste Parlamento, apenas a direita votou contra essa proposta.

Portanto, convictamente votámos contra.

O Sr. Deputado José San-Bento é exatamente o produto desse desenvolvimento. Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): O que vem de baixo não me afeta!

Presidente: Srs. Deputados!

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, agora para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós votámos favoravelmente a proposta do Partido Socialista, já apresentámos justificações.

Há claramente uma situação na Região de elevada precariedade no emprego que, portanto, também justifica eventualmente, ainda que transitoriamente, uma medida transitória.

Há também a questão do emprego jovem em que a taxa de precariedade é de cerca de 70% e, portanto, há algumas condições excecionais que também eventualmente justificam medidas excecionais.

Por outro lado, também, há a questão de que a aplicação desta medida é exclusivamente a novos investimentos que já são comparticipados e que, portanto, transitoriamente poderão significar alguma (e é isso que esperamos) melhoria das condições relativamente à precariedade do emprego.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Avançamos agora para o ponto 10 da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 76/XI – “Estatísticas sobre desemprego e programas ocupacionais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Projeto de Resolução “Estatísticas sobre o desemprego e programas ocupacionais”.

As estatísticas relativas ao número de desempregados registados nos centros de emprego dos Açores e aos trabalhadores afetos a programas ocupacionais disponíveis nas publicações do Instituto de Emprego e Formação Profissional apresentam os resultados agrupados pelos três centros de emprego da Região que correspondem aos antigos ex-distritos.

Ao contrário de que acontece a nível nacional, não estão disponíveis informações sobre estes indicadores por concelhos, o que permitiria um conhecimento e uma análise mais aprofundados e através do seu agrupamento a consequente informação por ilhas. Sendo certo que os dados existem por via do registo da residência de cada um dos trabalhadores desempregados e em programas ocupacionais importa que sejam transformados em informação útil e pública, correspondendo à necessidade de maior transparência que os tempos atuais exigem.

Esta informação será seguramente útil a vários níveis, desde logo para as próprias autarquias locais, conselhos de ilha e em geral para todas as organizações sindicais, patronais e para o próprio exercício da atividade política.

A ser aprovada seguramente contribuirá para o aumento da transparência do ponto de vista da informação relativamente ao emprego e ao desemprego.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu alertava a câmara de que foi entregue pelo PSD uma proposta de substituição integral, portanto, é esta que será debatida, que depois será votada e já foi distribuída por todos.

Deputado Francisco César (PS): Bem melhor!

Deputado Luís Maurício (PSD): Estamos sempre disponíveis para proposta positivas!

Presidente: Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No entender do CDS há três aspetos que parecem evidentes relativamente a esta matéria, nomeadamente no que diz respeito à disponibilização da informação relativa ao número de desempregados desagregada por concelho e passível de ser integrada na publicação mensal do IEFP, bem como a informação referente ao número de trabalhadores em programas ocupacionais também desagregados por concelho e por programa específico a divulgar pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional.

Os três aspetos são os seguintes: em primeiro lugar, estes dados já existem, estão disponíveis ao Governo Regional, portanto, não implicam qualquer outra iniciativa adicional, ou esforço adicional; em segundo lugar, o Sr. Vice-Presidente afirmou em sede de comissão que caso o Instituto de Emprego e Formação Profissional assim o entendesse o Governo Regional não teria nada a opor à disponibilização desses dados desagregados por concelho; e em terceiro e último lugar, o Partido Socialista recorrentemente advoga que é um partido que é defensor da transparência, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E é! Estamos sempre a dar exemplos!

O Orador: ... tendo até há pouco tempo apresentado uma iniciativa para a criação de um portal de transparência e participação cidadã, que foi aprovado e nessa altura o CDS votou naturalmente favoravelmente, mas alertou para o facto da necessidade desse ser um primeiro passo no caminho de uma maior transparência e de uma transparência efetiva na Região.

Ora, esta é mais uma boa oportunidade para que se dê um outro passo no caminho da transparência, tendo em conta que a publicação mensal desses dados reflete de uma forma clara a realidade da Região e também a evolução

que nós temos nesta matéria. Portanto, esta é apenas uma questão de vontade política.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silva, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como já tivemos oportunidade de perceber hoje aqui, este projeto de resolução tem como objetivo a publicação de informação de desemprego de inscritos nas agências de emprego e qualificação profissional da região por concelho. Um dos seus pontos resolutivos vem exatamente na senda deste objetivo.

Também como já foi referido aqui e como todos sabemos é ao Instituto de Emprego e Formação Profissional que tem a competência ... é o Instituto do Emprego e Formação Profissional que tem a competência da publicação desses dados, portanto, que tem a competência da publicação dos dados sobre emprego e desemprego e foi por isso mesmo que o Partido Socialista hoje propôs ao PSD que alterasse o seu projeto resolução no sentido de facilitar a aprovação deste projeto de resolução, para que exatamente pudéssemos facilitar que, com essa alteração, houvesse efetivamente a publicação e o objetivo do PSD fosse aprovado, digamos, e fosse efetivado.

Também dizer que para o Partido Socialista é de relevante importância que essa publicação seja feita, no entanto, eu acho que é importante também dizer aqui que é ao IEFP também que cabe, quer a definição das variáveis de publicação da informação do desemprego, quer das variáveis, quer da designação dos mesmos.

Essas variáveis são muitas, como todos nós sabemos, desde a profissão, desde homem/mulher, idade, qualificações, atividades económicas, entre outras.

Também as designações que vão desde emprego/desemprego ocupados, indisponíveis temporariamente, entre outras.

É importante referir que também e ao IEFP, portanto, não é a Região, não é o Governo Regional, que faz a definição quer das variáveis, quer das designações das publicações da informação sobre o emprego/desemprego que é efetivamente publicado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Dizer também que quanto ao projeto de resolução em causa ressaltar que recomenda também no seu ponto dois resolutivo ao Governo Regional que publique através da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional o número de trabalhadores afetos aos programas ocupacionais também desagregado por concelho e por programa específico.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Aqui gostaria de reforçar a ideia de que ao Partido Socialista não assusta que essa publicação seja feita desagregada por concelho e por programa específico, porque isto pode ser até bastante evidente nos pareceres escritos que chegaram à Assembleia através da Comissão de Assuntos Parlamentares e Trabalho, nomeadamente as autarquias que responderam. Sete das dez autarquias que responderam são autarquias lideradas pelo Partido Socialista e essas autarquias, inclusive, responderam indicando o número de trabalhadores em programas ocupacionais e indicando os programas específicos onde cada trabalhador está inserido.

Reforçar ainda a ideia de que não é realmente uma matéria que assuste o Partido Socialista até porque se há trabalho que orgulhe o Partido Socialista é exatamente em matéria de emprego.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Reforçar que neste momento e graças a um profundo trabalho do Governo Regional temos o maior número de empregados dos últimos dez anos e a maior taxa de população ativa de sempre nos Açores.

Deputado António Almeida (PSD): Muito ativa!

A Oradora: Estamos satisfeitos com estes números, Sras. e Srs. Deputados?

Não, não estamos. Não estamos e continuamos a trabalhar, continuamos e continuaremos a trabalhar, quer no sentido de criação de mais emprego, mas também de melhor qualidade desse emprego, melhor qualidade, quer no que diz respeito à precariedade desse emprego, mas também lutando sempre por melhores salários na Região Autónoma dos Açores.

É neste sentido que nós continuaremos a trabalhar e é neste sentido, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, que o Partido Socialista aprovará este projeto de resolução, porque também sempre se pautou (sempre se pautou!) pela transparência em todas as matérias da Região, mas também nesta matéria, quer no desemprego, quer em matéria de emprego.

Deputado Bruno Belo (PSD): A Sra. Deputada até para dizer que sim, está a ter trabalho!

A Oradora: Por isso, Sras. e Srs. Deputados, reforço aqui: nós votaremos favoravelmente este projeto de resolução.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é que é possível?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para dizer que, conforme tive oportunidade de dizer na comissão, o diploma e a proposta tinham uma matéria que nós não podíamos numa primeira fase concordar, porque atribuía ao Governo a responsabilidade de publicação de uma matéria que não era do Governo Regional era do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Portanto, cabe ao Instituto de Emprego e Formação Profissional definir os critérios de publicação.

O que nós dissemos e esta proposta de alteração e de substituição integral do diploma permite e vai no sentido certo quando o que diz é que o Governo dos

Açores irá, como tive oportunidade de dizer, ter essa disponibilidade e enviar os dados da forma como está solicitada ao Instituto de Emprego e Formação Profissional. Cabe ao Instituto de Emprego e Formação Profissional o publicar ou não nesses termos, mas aqui o que compete à Região a Região fará nesse sentido. Portanto, esta proposta, com esta nova versão, tem por parte do Governo Regional o seu apoio.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vi a Sra. Deputada Graça Silva a navegar num oceano imenso de argumentos para dizer que aprova o seguinte: ...

Deputado André Bradford (PS): Então não precisa fundamentar mais nada!

O Orador: ... “O Governo Regional remeta para o Instituto de Emprego e Formação Profissional a informação em matéria de desemprego.”

Estamos de acordo, votamos a favor.

Deputado Francisco César (PS): Nós também!

O Orador: O segundo ponto diz o seguinte: “O Governo Regional promova a publicação mensal através da Direção Regional de Emprego e Qualificação Profissional a matéria do número de trabalhadores afetos a programas ocupacionais.”

Estamos de acordo, votamos a favor.

O que eu considero...

Deputado André Bradford (PS): Nós também!

O Orador: Tudo o resto, Sra. Deputada, acho que a Sra. Deputada começou aí a arranjar uma prendinha de Natal, a colocar-lhe ali grandes enfeites, mas isto resume-se a estas questões do ponto de vista estatístico.

Deputada Graça Silva (PS): Então não diga mais nada!

O Orador: A informação que o Parlamento recomenda ao Governo Regional que o Governo Regional nos remeta, o Governo Regional está de acordo, já tinha dito. Aliás, o Sr. Vice-Presidente já tinha dito que estava de acordo, não havia dificuldades e, portanto, nesta matéria, a decisão é tão somente esta.

Todas as outras explicações, aquele mastigar da argumentação, Sra. Deputada, pareceu-me que a Sra. Deputada estava a votar favoravelmente uma iniciativa tão simples, tão simples, Sra. Deputada.

Por isso, evidentemente, para não cair no seu erro termino a minha intervenção dizendo que voto favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP há diversos anos que vem alertando o Governo Regional relativamente à massificação dos programas ocupacionais na Região Autónoma dos Açores. Temos batalhado para que o Governo não continue a contribuir para a precariedade laboral nos Açores, combatendo a fragilidade do vínculo contratual a que estes trabalhadores estão expostos.

Ainda alertámos que a adesão a esta tipologia de programas tem sido isso muito procurada na Região o que leva a um disfarce da taxa de desemprego correspondente e ao preenchimento temporário de quadros.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Os programas ocupacionais generalizam a empregabilidade na administração regional que assim também ela deixa de contratar trabalhadores, especialmente nas carreiras com mais baixas qualificações, substituindo-os paulatinamente por trabalhadores em programas ocupacionais muitas vezes sem dar formação a esses trabalhadores, tendo em conta que a essência desses programas tem como objetivo dar as ferramentas necessárias para esses

trabalhadores estarem mais bem preparados para entrarem no mercado de trabalho.

Foram anos, décadas a repetirmos que haviam funcionários públicos a mais, que era preciso reduzir o pessoal da administração regional, mas, afinal, esses trabalhadores fazem falta e os mesmos partidos que se esforçaram para reduzir os números de funcionários públicos recebem estes programas de braços abertos desde que os trabalhadores não tenham direitos laborais, nem expectativas de vida.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP irá continuar a exigir que o Governo Regional ponha fim à abusiva utilização de desempregados em programas ocupacionais para colmatar necessidades permanentes de trabalho e defender a sua progressiva integração nos serviços onde obtiveram formação e experiência, sobretudo onde são efetivamente necessários. Sem a sua presença a qualidade do serviço público diminui ou corre-se mesmo risco do serviço nem sequer poder abrir as suas portas ao público.

O passo foi dado por proposta do PCP no orçamento regional para 2019 com o cumprimento da contratação de 200 assistentes operacionais para a área da saúde e da educação é importante, mas têm de ser dados outros passos que levem à contratação de mais assistentes operacionais por todos os serviços regionais, onde aqueles trabalhadores dos programas ocupacionais superam necessidades permanentes desses serviços.

Não é justo que esta desigualdade seja tão transparente e o Governo deve assumir as suas responsabilidades.

Considerando que esses trabalhadores têm responsabilidades, horários, deveres, por vezes, chegam a substituir pessoas do quadro, defendemos que também devem ser garantidos os seus direitos. Os programas ocupacionais para os desempregados são utilizados como um instrumento para aumentar a

precariedade que tem vindo a ser cada vez mais uma preocupação dos açorianos e do PCP.

Regularmente verifica-se que o desempregado colocado em programas ocupacionais obtém com sucesso a formação e a experiência que lhes é dada, mas a maior barreira ergue-se quando tenta aceder a um contrato de trabalho estável. Isto é uma utopia.

Os programas ocupacionais têm sido utilizados até à exaustão sem qualquer respeito pelas pessoas sujeitas ao programa, apesar dessas pessoas serem necessárias nas suas funções. Estes programas estão a ser utilizados de forma abusiva para suprir necessidades reais e permanentes de alguns serviços da administração pública regional. Consideramos que estas pessoas exercem funções nos locais em que estão inseridos muitas vezes sendo insubstituíveis para um funcionamento adequado dos locais.

Por exemplo, no início 2015, onde a taxa de desemprego na Região atingiu um dos valores mais elevados nos últimos 20 anos, o número de desempregados nos programas ocupacionais era de 4.891. Em junho de 2018 no quadro em que se verifica uma taxa de desemprego que é a mais baixa dos últimos anos, cerca de 8%, o número de desempregados em programas ocupacionais é de 5.065, facto que não é aceitável, sabendo-se que alguns desses cidadãos já estavam em programas operacionais antes de 2015.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos os esforços devem ser realizados para diminuir a precariedade laboral do povo açoriano, mas para diferentes realidades e contextos sociais devem ser aplicados diferentes estratégias de atuação.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP entende que para encontrar soluções de combate à precariedade do vínculo laboral com diferentes soluções, ilha a ilha, até concelho a concelho, é necessário livre e claro acesso à informação desagregada exigida por este projeto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projeto de resolução do Grupo Parlamentar do PSD faz todo o sentido. Recomenda medidas que não são nada de especial em termos de aplicação, antes pelo contrário, e o que pretende é nada mais, nada menos do que agregar dados que, neste momento, estão desagregados e desagregados por várias fontes oficiais: pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores, pelo Observatório de Emprego e Formação Profissional e pelo IEFP.

No caso do Serviço Regional de Estatística dos Açores estão, entre outros dados, dados referentes ao desemprego, ao emprego, ao subemprego e à precariedade.

No que diz respeito ao Observatório de Emprego e Formação Profissional, e de forma geral, temos se calhar dados que não estão presentes no Serviço Regional de Estatística, como a caracterização do tecido empresarial, a estrutura remuneratória dos trabalhadores por conta de outrem e, inclusive, o balanço social anual, entre outros dados também que pode podemos encontrar no Observatório de Emprego e Formação Profissional.

O IEFP também tem outros dados que não encontramos quer no Serviço Regional de Estatística, quer no Observatório de Emprego e Formação Profissional, como os desempregados inscritos nos centros de emprego, indivíduos à procura do primeiro emprego, número de ofertas de emprego, número de desempregados de longa duração e os famigerados beneficiários de programas ocupacionais. É claro que se formos consultar o site referente às estatísticas divulgadas pelo IEFP deparamo-nos com uma informação no que diz respeito aos beneficiários de programas ocupacionais que podia estar mais desagregada do que está atualmente, ou seja, os dados só estão desagregados por pelos três centros de empregos da Região (Angra do Heroísmo, Horta e

Ponta Delgada), mas faltam, de facto, dados desagregados por concelho e o projeto de resolução do PSD vem colmatar essa falha.

Portanto, consideramos que é essencial (e pensamos que essa deve ser a intenção decerto do Grupo Parlamentar do PSD) conhecer os contornos quer do emprego, quer do desemprego, quer do subemprego e da precariedade para dessa forma, a partir da altura em que conhecemos, possamos atuar.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado António Vasco Viveiros, para uma declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Queria começar por reparar um lapso.

Na intervenção inicial não divulguei que tinha havido contribuição do Partido Socialista na formulação do ponto resolutivo n.º 1 e de facto e ficamos todos satisfeitos com a aprovação desta iniciativa que seguramente contribuirá para um melhor conhecimento do desemprego e sobretudo pela realidade de ilha e em cada um dos concelhos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais declarações de voto.

Penso que ainda estamos em condições de votar o pedido urgência, até porque será significativo o resultado desta votação para a continuidade dos nossos trabalhos ou não, por isso, ponho à votação ...

Sr. Deputado Luís Maurício eu ia ...

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD)**: Sra. Presidente, como compreende e no âmbito do nosso Regimento, eu solicitava em nome da bancada parlamentar do PSD um intervalo regimental 30 minutos.

Muito obrigado.

Presidente: Sim, Sr. Deputado.

É regimental.

Nós regressamos então amanhã de manhã para apreciarmos a urgência e a votarmos.

Uma boa noite a todos.

Eram 19 horas e 59 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Marco José Freitas da Costa

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Mónica Reis Simões Seidi

As Redatoras, Ana Machado e Sónia Nunes